



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGLg

CHRISTIANE DA SILVA DIAS

“É língua oficial de Timor-Leste, quer não quer nós *temos que falar*”:

Reflexões sobre políticas e práticas linguísticas em Díli

Florianópolis

2015

CHRISTIANE DA SILVA DIAS

“É língua oficial de Timor-Leste, quer não quer nós *temos que* falar”:

Reflexões sobre políticas e práticas linguísticas em Díli

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração:
Sociolinguística

Orientadora: Prof^ª Dra. Cristine
Görski Severo.

Florianópolis – SC

2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dias, Christiane da Silva
'É língua oficial de Timor-Leste, quer não quer nós temos
que falar' : Reflexões sobre políticas e práticas
linguísticas em Díli / Christiane da Silva Dias ;
orientadora, Cristine Górski Severo - Florianópolis, SC,
2015.

158 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-
Graduação em Linguística.

Inclui referências

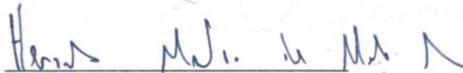
1. Linguística. 2. Políticas Linguísticas. 3. Língua
Oficial. 4. Identidade. 5. Timor-Leste. I. Severo,
Cristine Górski. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III.
Título.

Christiane da Silva Dias

**“[...] É LÍNGUA OFICIAL DE TIMOR-LESTE,
QUER NÃO QUER NÓS TEM FALAR”:
REFLEXÕES SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS
LINGUÍSTICAS EM DÍLI**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do
Título de “Mestre em Linguística”, e aprovada em sua
forma final pelo Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

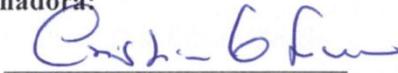
Florianópolis, 25 de maio de 2015.



Prof. Dr. Heronides Maurílio de Melo Moura

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Linguística.

Banca Examinadora:



Profª. Dra. Cristine Görski Severo

Orientadora

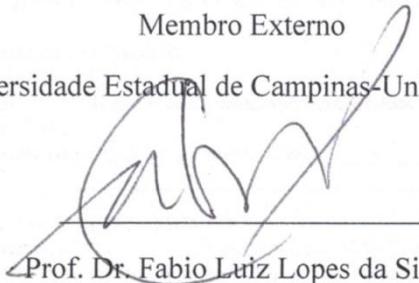
Universidade Federal de Santa Catarina-PPGLg



Prof^a. Dra. Terezinha de Jesus Machado Maher

Membro Externo

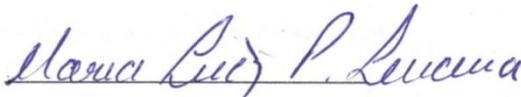
Universidade Estadual de Campinas-Unicamp-IEL



Prof. Dr. Fabio Luiz Lopes da Silva

Membro Interno

Universidade Federal de Santa Catarina-PPGLg



Prof^a. Dra. Maria Inêz Probst Lucena

Membro Interno

Universidade Federal de Santa Catarina-PPGLg

Prof^a. Dra. Edair Görski

Suplente Interno

Universidade Federal de Santa Catarina-PPGLg

Aos meus alunos, colegas e amigos de Timor-Leste.

AGRADECIMENTOS

Aos timorenses que se mostraram sensíveis à minha pesquisa e me apresentaram ao mundo que é Díli.

À minha orientadora, Cristine Görski Severo, por me motivar a ser uma pesquisadora curiosa, crítica e instigadora; pelo diálogo contínuo, pela dedicação e por toda a compreensão e carinho com que encarou o percurso desse trabalho.

Aos meus colegas do PQLP 2014/2015, especialmente: Cláudia Kreidloro, Gisa Toledo e Maria Denise Guedes, pelo incentivo sem fim, conselhos e amizade; ao Xandy Silveira, à Rosane Lorena e à Camila Tribess, pelo companheirismo e disponibilidade.

À Kelly Silva e ao Alan Carneiro, por me indicarem os caminhos para entender o Timor e pela troca de ideias.

À professora Ellen Crista da Silva, que me apresentou o campo das políticas linguísticas.

À professora Maria Clara Barros, da Universidade do Porto, que me confirmou a urgência desses estudos e me motivou a continuar na sociolinguística.

Aos professores Fábio Lopes da Silva, e Maria Inêz Probst Lucena, pelas valiosas observações na qualificação dessa pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, por resignificarem o campo da linguagem para mim, e aos funcionários do Programa, especialmente a Evelise Santos Sousa, por estar sempre disposta a resolver meus problemas e tirar minhas dúvidas.

Aos meus irmãos, que ainda tentam compreender a minha escolha pela linguística, mas que nunca me negaram ajuda. À minha mãe, principal professora da minha vida, que só pôde acompanhar o início desse trabalho.

À minha comadre Fernanda Lamego, por ser minha incentivadora desde sempre.

Aos meus colegas da pós, agora já amigos.

Ao CNPq e à Capes pelas bolsas que viabilizaram esse estudo.

“O sociólogo indiano André Bêteille escreveu: ‘Conhecer uma língua nos torna humanos; sentir-mo-nos à vontade em mais que uma língua nos torna civilizados.’ Se isto é verdade, os africanos – secularmente apontados como os não-civilizados – poderão estar mais disponíveis para a modernidade do que eles próprios pensam. Grande parte dos africanos domina mais do que uma língua africana e, além disso, falam uma língua europeia. Aquilo que é geralmente tido como problemático pode ser, afinal, uma potencialidade para o futuro. Porque a nossa habilidade de políglotas nos pode conferir, a nós africanos, um passaporte para algo que hoje se tornou perigosamente raro: a viagem entre identidades diversas e a possibilidade de visitar a intimidade dos outros.

MIA COUTO, 2009

RESUMO

Este estudo nasce do interesse da autora de problematizar as políticas linguísticas em contextos de antigas colônias portuguesas. Nesse caso, especificamente, é uma tentativa de compreender as dinâmicas do(s) discurso(s) que permeia(m) a oficialização da língua portuguesa em Timor-Leste e sua relação com as práticas linguísticas cotidianas adotadas pela população que vive e transita em Díli, capital do país e também por timorenses que escolheram estudar no Brasil. Um dos objetivos desse trabalho é tentar relatar a construção discursiva da política linguística timorense, por meio de documentos que definem as políticas linguísticas institucionais e, a partir daí, confrontar essa análise com outra, a das práticas linguísticas cotidianas. Timor-Leste é o único país asiático integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bloco de Estados que se definem a partir do fato de partilharem a língua portuguesa como idioma oficial. Do ponto de vista teórico, a pesquisa busca inspiração na linguística aplicada crítica e nos estudos pós-coloniais (CANAGARAJAH, 2005; MAKONI, 2006, 2007, 2012; MOITA LOPES, 2013; PENNYCOOK, 2001, 2007, 2010; RAJAGOPALAN, 2003, 2004). Além disso, propõe um diálogo com os estudos culturais (HALL, 2005) para refletir sobre categorias como cultura e identidade, recorrentes nos documentos oficiais como justificativa da oficialização da língua portuguesa (TIMOR-LESTE, 2002, 2008, 2012). O trabalho seguiu duas etapas metodológicas interligadas. A partir da análise de documentos oficiais de políticas linguísticas daquele país – a Constituição da República Democrática de Timor-Leste; a Lei de Bases da Educação; a Resolução do Parlamento Nacional sobre “A Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo”; e o Plano do Ministério da Educação 2013-2017 – procurou observar a relação do que institucionalmente está localizado em um plano ideal com o que é manifestado por duas comunidades de prática (ECKERT, 1992) específicas: a de estudantes timorenses que frequentam o ensino superior na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a de estudantes finalistas do curso de Formação de Professores de uma universidade em Díli. Além destas comunidades de prática, considerouse, também, a paisagem linguística (LANDRY & BOURHIS, 1997) multilíngue da capital timorense, onde a autora viveu e trabalhou por um

ano. A provocação contida nesse trabalho é que discursos institucionais monofônicos constroem a imagem de uma identidade nacional fixa. Por outro lado, as práticas cotidianas revelam um ambiente polifônico, híbrido e conflituoso. Por fim, a dissertação pretende contribuir para reflexões críticas sobre a relação política entre língua(s), cultura(s) e identidade(s) ao explorar o processo de construção política da ideia de língua.

Palavras-chave: Políticas Linguísticas. Língua Oficial. Identidade. Timor-Leste

ABSTRACT

This study starts from the interest of the author in discussing the linguistic policies in former portuguese colonies contexts. In this case, specifically, is an attempt to understand the dynamics of the discourse(s) that addresses the officialization of the portuguese language in Timor-Leste and its relation with the language practices adopted by the population that lives and moves in Dili, the country capital. The aim of this study is to try to report the discursive construction of the timorese linguistic policy, through documents that define the institutional linguistic policies and compare this analysis with the language of everyday practices. Timor-Leste is the only Asian country member of the Community of Portuguese Speaking Countries, an institution that are defined from the fact that share portuguese as an official language. From a theoretical approach, the research seeks inspiration in critical applied linguistics and postcolonial studies (CANAGARAJAH, 2005; Makoni, [2006], [2007], [2012]; MOITA-LOPES, 2013; PENNYCOOK, [2001], [2007], [2010]; RAJAGOPALAN, [2003], [2004]). It also proposes a dialogue with cultural studies (HALL, 2005) to think on categories such as culture and identity, which are present in official documents to justify the officialization of the portuguese language (TIMOR-LESTE, [2002], [2008], [2012]). This study comprises two methodological steps. From the analysis of official documents of language policies of Timor-Leste - the Constituição da República Democrática de Timor-Leste; a Lei de Bases da Educação; a Resolução do Parlamento Nacional sobre “A importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo”; and the Plano do Ministério da Educação 2013-2017 - sought to look on the relation between what is institutionally located as an ideal and what is show up by two communities of practice (ECKERT, 1992): the timorese students at Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) and senior students from an university in Dili: and the linguistic landscape (LANDRY & BOURHIS, 1997) of the Timor-Leste’s, capital city, where the author lived and worked for one year. The set here is that monophonic institutional discourses construct a fixed national identity. On the other hand, the linguistic practices reveal a polyphonic, hybrid and conflicted environment. Finally, this study aims to contribute for the critical reflections on the political connection between language(s), culture(s)

and identity(s), through scanning the process of political language construction.

Keywords: Linguistic Policy. Official Language. Identity. Timor-Leste

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Localização de Timor-Leste | 33 |
| Figura 2 - Estudantes timorenses, professores da UFSC e da UnB e autoridades após o evento <i>Saran áan mai Timor Lorosa'e!</i> | 85 |
| Figura 3 – Placa de um mercado local | 117 |
| Figura 4 – Fachada do Parlamento Nacional | 118 |
| Figura 5 – Placa <i>top-down</i> que anuncia campanha de prevenção ao HIV | 120 |
| Figura 6 – Placa <i>bottom-up</i> multilíngue | 121 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Perfil das pessoas da comunidade de prática no Brasil | 87 |
| Tabela 2 – Tempo de duração das entrevistas | 90 |
| Tabela 3 – Taxa de letramento entre pessoas de 15 a 24 anos em 2004 e 2010 | 95 |
| Tabela 4 – As línguas para os timorenses | 106 |
| Tabela 5 – Síntese das respostas dos estudantes em Díli | 109 |
| Tabela 6 – Divisão das imagens segundo a finalidade | 117 |
| Tabela 7 – As línguas das placas | 119 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-------------------------|--|
| Capes Superior | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| FRETILIN | Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente |
| Infordepe Profissionais | Instituto Nacional de Formação de Docentes e da Educação |
| IOB | East Timor Institute of Business |
| LDB | Lei de Bases da Educação |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PQLP Portuguesa | Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa |
| Unital | Universidade Oriental Timor Lorosa'e |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 25 |
| 2 A(S) LÍNGUA(S) E O PROCESSO HISTÓRICO | 31 |
| 2.1 - O REINO DOS BELOS | 32 |
| 2.2 - O TIMOR PORTUGUÊS | 36 |
| 2.3 - TIMOR TIMUR..... | 40 |
| 2.4 - A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE | 44 |
| 3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS..... | 55 |
| 3.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA & PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO..... | 55 |
| 3.2 LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA | 59 |
| 3.3 - ESTUDOS PÓS-COLONIAIS | 64 |
| 4 ANÁLISES | 68 |
| 4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 68 |
| 4.2 A(S) LÍNGUA(S) PARA A POLÍTICA LINGUÍSTICA INSTITUCIONAL | 68 |
| 4.2.1 A Constituição da República Democrática de Timor-Leste | 71 |
| 4.2.2 A Lei de Bases da Educação de Timor-Leste (29 de outubro de 2008) | 72 |
| 4.2.3 Resolução do Parlamento Nacional 20/2011 (7 de Setembro de 2011) | 76 |
| 4.2.4 Plano do Ministério da Educação 2013-2017 | 79 |

| | |
|---|------------|
| 4.3 O DISCURSO SOBRE AS PRÁTICAS – AS VISÕES SOBRE A(S) LÍNGUA(S) NA FALA DE DUAS COMUNIDADES DE PRÁTICA CONSTITUÍDAS POR ESTUDANTES TIMORENSES..... | 80 |
| 4.3.1 A comunidade de prática no Brasil | 82 |
| 4.3.1.1 Sobre as línguas do/no país | 90 |
| 4.3.1.2 Sobre as línguas e o ensino formal | 94 |
| 4.3.1.3 Sobre o “benefício” da língua portuguesa | 103 |
| 4.3.2 A comunidade de prática em Timor-Leste – reflexões de campo..... | 106 |
| 4.4 A PAISAGEM LINGUÍSTICA EM UMA REGIÃO CENTRAL DE DÍLI | 112 |
| | |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 123 |
| | |
| REFERÊNCIAS | 126 |
| APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas gravadas em Florianópolis-SC..... | 135 |
| ANEXO A – Questionário distribuído aos alunos em Díli | 136 |
| ANEXO B – Trechos da transcrição das entrevistas gravadas em Florianópolis-SC..... | 137 |
| ANEXO C – Termo de consentimento | 145 |
| ANEXO D – Imagens da paisagem linguística de Díli | 147 |

1 INTRODUÇÃO

Muitas vezes o meio acadêmico, circundado por uma redoma científica, deixa de considerar o discurso de caráter popular, desprestigiando-o. Nos estudos da linguagem isto não é diferente, desde que, em meados do século passado, a linguística se tornou uma ciência. Vários esforços (pesquisas, teses, dissertações) são promovidos para reforçar esse cariz científico e promover a linguística como uma disciplina moderna. Nessa trajetória, no entanto, algumas vezes nós, linguistas, não consideramos para nossos estudos o discurso justamente de quem faz a língua se constituir em um assunto a ser pesquisado, analisado, explicável: o falante e o escritor ordinários constituídos sócio-historicamente. A praxe epistemológica dos estudos linguísticos tem sido a de isolar a língua e analisá-la como um elemento isolado, autônomo. O que ocorre, segundo Davis (1997), pela busca da objetividade nos estudos linguísticos. Ouvir a voz do leigo para além de enxergá-la apenas como um objeto seria uma virada nessa praxe:

É somente por meio da normatização da linguagem que a língua é vista como uma espécie de comportamento padrão. Por isso, incorporar uma abordagem teórica popular é uma ampliação necessária ao estudo da linguagem. É explicitando verbalmente a sua própria compreensão reflexiva que os leigos estarão aptos a impor regularidades e restrições ao uso da língua.¹ (DAVIS, 1997, p. 34)²

Rajagoplan (2205) também compartilha dessa crítica ao positivismo e empirismo presentes em discussões geradas pela política

¹ “It is only through the normativity of language that language is seen as a form of patterned behaviour. Therefore, incorporating a folk theoretical approach is a necessary amplification of language study. It is by making verbally explicit their own reflexive understandings that lay speakers are able to impose regularities and constraints upon language use”.

² As traduções contidas nessa dissertação são de responsabilidade da autora.

linguística pelos linguistas (2005, p. 138) sobre a ideia de gestão da língua:

É um grande equívoco pensar que a política linguística deve pautar-se pelas descobertas e afirmações da linguística ou qualquer outra ciência formal. Nenhuma ciência que aborde seu objeto de estudo de maneira idealizada e desvinculada dos anseios do dia-a-dia pode-se dar ao luxo de se autoproclamar dona do saber soberano quando se trata de assuntos práticos relacionados ao seu objeto de estudo [...]. (RAJAGOPALAN, 2005, p. 138)

Como vimos anteriormente, nos últimos anos, no campo da linguística aplicada crítica, se tem discutido a necessidade de se considerar o popular para compreender a(s) língua(s). Canagarajah (2005), Coupland ([2007], [2010]), García ([2006], [2009]) Makoni ([2002], [2003], [2004], [2006], [2012]), Moita Lopes ([2006], [2013]), Pennycook (2006), Rajagopalan (2003), Severo ([2007], [2013]), são alguns dos autores que considero como preocupados em desenvolver uma visão da linguística a partir do que a sociedade apresenta, elaborar teorias que levem em conta a prática da linguagem.

Nesse sentido, a proposta desta dissertação é, por meio das vozes de timorenses, aliadas à multilíngue paisagem linguística de Díli, e o confronto destas vozes e paisagens com os discursos oficiais, averiguar as possíveis tensões que ocorrem entre o discurso oficial – relacionado às decisões governamentais na área da política linguística timorense – e as práticas e apreciações linguísticas de alunos timorenses inscritos em um contexto educacional no espaço da CPLP, a complexa trama que envolve a presença da língua portuguesa em Timor-Leste. Trata-se de um (i) país asiático de língua oficial portuguesa; (ii) país periférico (Guimarães, 1998), no jargão próprio da política econômica internacional; (iii) mas, ao mesmo tempo, região de convergência e disputa de interesses da cooperação de países estrangeiros e organizações não-governamentais, nas áreas de empreendedorismo, meio-ambiente, energia e educação, principalmente. Esta singularidade

geopolítica de Timor Leste torna o país alvo de disputas históricas por seu controle e domínio.

Tendo em vista o que foi dito no início dessa introdução, admite-se que esse trabalho deve, em primeiro lugar, se incorporar ao corpo de estudos que abordam temáticas sobre Timor-Leste – por exemplo, Silva ([2006], [2007], [2012], [2013]) na antropologia; Leach (2002), Lutz (1991), Martin (2001) e Cunha (2001), na política e identidade; Millo & Barnett (2004) na educação; e Carneiro ([2010], [2011], [2014], Baxter (1990), Hull ([2001], [2002]), Batoréo (2008) e Almeida ([2008], [2010], [2011]), na linguística; dentre outros que buscaram explicar fatores peculiares à realidade de um país asiático levando em conta a perspectiva dos sujeitos envolvidos. Ao mesmo tempo, inspirada por Said (2007) e, por mais paradoxal que isso pareça, pretende-se, modestamente, que essa dissertação tenha conseguido escapar de uma tendência *orientalista*, ou seja, a de construção de um discurso para “dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”. Pois, para citar novamente Said, “existe, afinal, uma profunda diferença entre o desejo de compreender por razões de coexistência e de alargamento de horizontes, e o desejo de conhecimento por razões de controle e dominação externa”. (SAID, 2007, p. 15). E o que se almeja com essa dissertação é justamente alargar o horizonte da pesquisa linguística em relação à realidade naturalmente multilíngue de Timor-Leste, fazendo com que esta compreensão questione tanto as práticas e discursos oficiais e acadêmicos, como ofereça reflexões sobre nossa própria relação com as línguas.

Para além da língua, Fiorin lembra que em relação à política linguística, essa epistemologia autocentrada prevalece desde o século XVIII, com a formação dos Estados nacionais, quando se

determinou uma maneira de fazer ciência, uma postura epistemológica e políticas linguísticas radicalmente diversas de toda a prática linguística até então vigente. No âmbito da epistemologia da ciência da linguagem, dominam as figuras da estabilidade e da homogeneidade: língua, competência, norma, invariantes, elementos discretos, diferenças, descontinuidades, identidade, falante nativo etc. (FIORIN 2013, p. 15)

No entanto, as mudanças pelas quais atravessaram os povos do mundo e o impacto da globalização na vida de todos exige uma revisão dessa epistemologia, em que adquire importância o que, a princípio, é descartado pela linguística na sua ânsia de fazer ciência ou, novamente recorrendo às palavras de Fiorin (2013, p. 16): “[...] adquirem relevo as margens, o descentramento, o dialogismo, as mestiçagens, os hibridismos, as imigrações, a recusa da pureza”.

Em busca dessa epistemologia baseada nas práticas linguísticas, procurou-se, neste trabalho, valorizar os discursos e as práticas linguísticas estruturantes da realidade sociolinguística de Díli. A partir daí, confrontar estas com o que é estabelecido pela esfera institucional. Para analisar essa tensão recorro aos pressupostos teóricos da linguística crítica e dos estudos pós-coloniais, principalmente.

No segundo capítulo, busco introduzir historicamente o que é hoje o território da República Democrática de Timor-Leste. Paralelamente à história, tentei pontuar o cenário sociolinguístico de cada um dos períodos nos quais dividi essa apresentação. Inicialmente, o Reino dos Belos, área da parte oriental da ilha de Timor, no sudeste asiático, que possuía essa denominação na antiguidade e que hoje corresponde praticamente à nação de Timor-Leste. Nesta época, como veremos, o cenário sociolinguístico era multilíngue, devido aos pequenos reinos em que se dividia a população e aos comerciantes de regiões vizinhas que sempre aportavam no território. Uma língua, no entanto, já se fazia franca nessa extensão, o tétum. O segundo período histórico a ser considerado está localizado no início do século XVI e diz respeito ao Timor Português, quando os portugueses e a religião católica aportaram na ilha e transformaram o território, tanto em termos de aspectos sociais quanto linguísticos. A educação em língua portuguesa e a forte penetração da igreja em uma sociedade com práticas animistas transformaram Timor e as consequências dessa colonização – tardia, no que diz respeito à implantação de uma administração colonial no território – são vistas hoje ainda com muita intensidade, principalmente na questão religiosa.

Na sequência histórica, apresento a província de Timor Timur, já província da Indonésia, resultado de uma invasão brutal do território pela vizinha Indonésia, na época presidida pelo general Suharto, que conquistou o cargo graças a um golpe militar no arquipélago. A proibição da língua portuguesa e a obrigatoriedade da língua indonésia nos sistemas educacional, administrativo e de imprensa impactaram a

vida dos timorenses, principalmente da geração que possui hoje cerca de 40 anos de idade. Por último, nesta parte do texto e foco principal da dissertação, mostro como a língua portuguesa se tornou motor da política linguística timorense, ao se tornar língua oficial ao lado do nativo tétum – com a restauração da independência no país, em 2002. A decisão levou ao projeto de reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste levado a cabo, principalmente, por meio das cooperações brasileira e portuguesa.

Esse recorte histórico tem como objetivo apresentar a complexidade dos acontecimentos que acabaram afetando a dinâmica das línguas em Timor-Leste, evitando correr o risco de reproduzir uma historicidade sobre Timor Leste iniciada com as descobertas portuguesas. Sabendo que o processo histórico não se limita a uma sucessão linear de acontecimentos, se busca aqui uma visão genérica a partir da qual seja possível realizar a contextualização do multilinguismo em Timor-Leste. Além disso, visualizar historicamente esse processo ajuda a perceber como a questão linguística em Timor-Leste foi discursivizada pelos diferentes agentes do poder na região: o estado, a religião, a escolarização etc.

Conforme lembra Macalister (2012), essas alternâncias de poder na ilha impactaram de forma contundente a sociedade timorense e as práticas linguísticas locais, além de influenciarem na própria formação do tétum, a língua “nativa” que se tornou franca e passou – e ainda passa – por um intenso processo de hibridização. Assim, “[...] a mudança linguística tem sido associada com essas três décadas de mudança política e social, desde que diferentes línguas estrangeiras – português, bahasa indonésia e inglês – têm relação com as forças políticas dominantes em diferentes períodos”³ (MACALISTER, 2012, p. 26).

O terceiro capítulo dessa dissertação apresenta os pressupostos teóricos nos quais me inspirei para analisar o confronto entre as práticas linguísticas locais e as políticas denominadas “oficiais”, que manejam o multilinguismo local, que é o principal propósito deste trabalho. Para isso, encontrei na linguística aplicada crítica, nos estudos pós-coloniais e nos estudos culturais percepções acerca de como pensar esse contexto

³ “[...] language change has been associated with these decades of social and political change, since different exogenous languages – Portuguese, Bahasa Indonesia, and English – have been associated with the dominants political forces at different times”.

sem me limitar a relatar um problema linguístico em um contexto tão peculiar como o que se tornou Timor-Leste após a chegada dos portugueses e que foi acentuado com a invasão pela Indonésia. Essa problematização parte do meu interesse de observar que, apesar da presença da língua portuguesa nos países denominados lusófonos, isso não os torna necessariamente lugares onde a população utilize a língua oficial de maneira cotidiana e majoritariamente. Acredito que pelos pressupostos da linguística estruturalista essa discussão não seria viabilizada e sim resumida a um modo de construir e resolver um presumido “problema”. Tomamos como pressuposto a ideia de o discurso que considera as línguas como problema – no interior de uma política preocupada com a “gestão” estatal e institucional – ratifica relações de poder e epistemologias coloniais e colonizatórias.

As análises a que me referi no parágrafo anterior estão distribuídas no quarto capítulo. Parto da observação de alguns documentos nos quais o governo de Timor-Leste baseia, contemporaneamente, a sua política linguística institucional para o território. Nestes procurei observar como o discurso oficial compreende as questões linguísticas e qual o direcionamento governamental para lidar com o cenário sociolinguístico local. Em seguida, conto com a voz de alguns timorenses para entender como um determinado segmento da sociedade – que reúno sob a categoria de “comunidade de prática dos alunos intercambistas timorenses” – realiza as suas trocas linguísticas no próprio país e no Brasil; investigo, ainda, a avaliação desses sujeitos em relação à língua portuguesa. Em seguida, exploro a paisagem linguística de uma região do município de Díli, em uma tentativa de mais uma vez explorar a tensão entre a dimensão institucional e as práticas linguísticas cotidianas nas políticas linguísticas *de facto*. Neste sentido, a análise da paisagem linguística pode colaborar para verificar como as ações institucionais sofrem resistência ou reforço por meio das práticas linguísticas de seus usuários.

Para encerrar esse trabalho, apresentarei algumas considerações finais no último capítulo. Pretendo, com isso, despertar o interesse da sociedade como um todo, e das comunidades de prática de contextos multilíngues em especial, pela área de política linguística, e refletir sobre os conceitos de língua e a relação entre a prática e o oficial, ideal.

2 A(S) LÍNGUA(S) E O PROCESSO HISTÓRICO

Entre Moçambique e Timor-Leste há uma distância física considerável. Moçambique está localizado na costa sudeste do continente africano e Timor-Leste no limiar entre a Ásia e a Oceania, em uma meia ilha⁴ cercada pelo arquipélago da Indonésia e tendo como vizinho ao sul a Austrália. História, cultura e sociedade também têm em cada território suas peculiaridades. A escolha da reflexão de Mia Couto sobre a realidade africana para figurar como a epígrafe desse trabalho se justifica porque, assim como o escritor moçambicano lembra, a questão da diversidade linguística em territórios que um dia foram administrados por países europeus é colocada como um problema emergencial por quem se dispõe a realizar um empreendimento dito *civilizatório* nessas regiões. Em Timor-Leste, especificamente em Díli, capital do país que está retratada nesse trabalho, asiáticos, australianos, brasileiros, europeus, neozelandeses, norte-americanos, dentre outros “internacionais”, disputam espaço para levar a cabo esse empreendimento, a que chamam de processo de reconstrução do país. Com suas roupas de *safári*, veículos *full terrain* e dotados de um messianismo enganadamente desinteressado, se espalham pelo país para descarregar suas mercadorias, normas comportamentais, culturas, crenças, línguas, enfim, seus discursos sobre a modernidade.

A primeira parte deste trabalho se dedica a contextualizar o processo histórico que resultou hoje na construção da República Democrática de Timor-Leste, a partir de referências ao cenário sociolinguístico de cada uma das quatro fases nas quais concebo essa história: Reino dos Belos; Timor Português, Timor Timur e República Democrática de Timor-Leste. Não se busca nessa introdução explicar linearmente o que foi cada um desses períodos ou hierarquizar os acontecimentos, tendo em vista que a história é um processo dinâmico e esta é apenas uma de suas versões, a contada por mim para possibilitar refletir sobre a histórica complexidade multilíngue daquele território no sudeste asiático. Muitos fatos que historiadores consideram importantes ficaram de fora dessa apresentação e outros que talvez não sejam considerados nos compêndios de história podem ter sido destacados na minha escrita. Mas considero essa contextualização histórica importante

⁴ A metade ocidental da ilha foi colônia holandesa até 1945 e hoje corresponde a uma província da Indonésia.

porque, a partir dela termos condições de lançar um olhar crítico sobre o presente.

O que já posso prever é que, a partir da leitura dessa contextualização, poderão ser encontradas noções de como a atual construção da língua portuguesa em Timor-Leste como a língua da ciência, do desenvolvimento e constituidora da identidade nacional é resultado, como outras, de uma invenção política. Pela história, notamos como língua e poder se entrelaçam desde sempre na questão linguística em Timor-Leste.

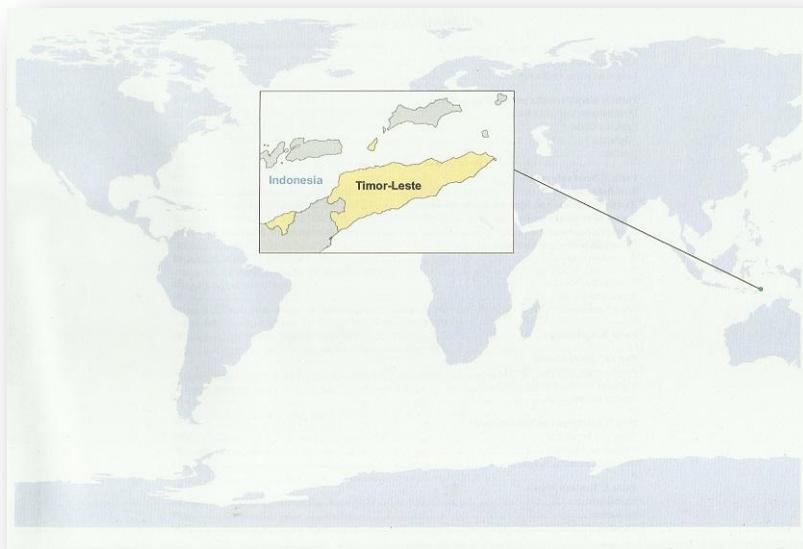
2.1 O REINO DOS BELOS

Timor-Leste é conhecido atualmente como um dos mais jovens países do mundo e, principalmente, por ser uma antiga colônia de Portugal e único país asiático de língua oficial portuguesa. No entanto, o território onde hoje está localizado o país integra uma moderada rede ancestral de comércio transnacional, onde transitam até hoje chineses, javaneses, árabes, indianos, além do povo austronésio e papua (SILVA, 2014)⁵. Geograficamente essa área do Oceano Pacífico é conhecida como Anel de Fogo, devido à ocorrência intensa de terremotos. Para a antropologia, fala-se em Indonésia Oriental, tendo em vista o compartilhamento por parte das populações dessa área de certos padrões culturais.

A capacidade/necessidade de se comunicar em várias línguas também é uma característica dessa zona. A região onde fica seu território é uma das mais multilíngues do mundo, que vai de Vanuatu e Ilhas Salomão até a Indonésia, passando pela Papua Nova Guiné (MELLO, 2005).

⁵ Comunicado pessoal durante curso preparatório para professores e professoras selecionadas para integrar o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, em 26 de fevereiro de 2014.

Figura 1 – Localização de Timor-Leste



A ilha de Timor, especificamente, está localizada entre os mares de Banda (ao norte) e Timor (ao sul). Em um período remoto, a população da ilha se organizava em duas confederações: Servião (no que hoje corresponde à metade ocidental da ilha) e dos Belos (região oriental da ilha, que hoje conhecemos como Timor-Leste). Nesta porção oriental da ilha do Timor, viajantes ancestrais procuravam o território em busca principalmente do sândalo, então abundante na região. Neste processo, interagem com o tradicional povo maubere, que, por sua vez, se reunia em pequenos reinos, aparentemente autônomos. Uma língua comum, nessa época, ainda não era característica da região, conforme lembra Mattoso (2012, p. 28): “Os grupos étnicos cultivaram desde sempre uma forte coesão interna, baseada na estrutura do parentesco e no respeito sagrado pelos chefes e os velhos, mas ignoravam uma fala comum a toda a ilha.” Já na metade ocidental, conforme ressalta Thomaz (2008), o baiqueno já era uma língua comum, enquanto “Na metade oriental, pelo contrário, fala-se quase uma vintena de línguas diferentes [...]” (THOMAZ, 2008, p.359).

No entanto, dois fatores mudariam essa realidade e fariam surgir na ilha uma língua comum. O primeiro deles, segundo Costa (2012), foi a subjugação da metade oriental da ilha por um reino específico, ainda entre os séculos XV e XVI:

Antes da chegada dos portugueses, o reino de Ué-Hali (situado a 30km a oeste da fronteira) estendeu o seu domínio sobre toda a metade oriental da ilha, e impôs a sua língua, o tétum. [...] Com a presença de “datos”⁶ de Ué-Hali, como poder reinante ou representante do liurai⁷ de Ué-Hali em vários reinos, o tétum tornou-se língua oficial e foi preciso um intérprete – *durbasa* (perito em língua) – para traduzir as ordens para as línguas locais. (COSTA, 2012, p. 215)

Thomaz (2002), no entanto, trabalha com esse fato como hipótese e acrescenta ainda um segundo reino como dominador da região na época:

[...] em uma determinada época, que não podemos precisar mas antes do século XVII, um povo (os Belos), falando uma língua austronésica (o tétum), expandindo-se a partir da região que primitivamente ocupava e não podemos identificar, estendeu o seu domínio sobre toda a metade oriental de Timor, impondo, nas regiões em que o seu domínio foi mais efectivo, a sua língua como língua própria; que desse domínio resultou a imposição dos Belos como casta nobre em toda a região, e a sujeição de todos os reinos aos de Bé-Hali e Luca, um e outro de língua tétum [...] dessa sujeição de todo o país aos datos belos sob a suserania de dois reinos de língua tétum, resultou a divulgação dessa língua como língua veicular em toda a região. (THOMAZ, 2002, p. 72)

⁶ Termo utilizado para designar a classe nobre ou a classe burguesa (para o mundo europeu).

⁷ Diz respeito ao chefe tradicional de um reino.

Além disso, a necessidade cada vez mais crescente de comunicação com os comerciantes estrangeiros levou os ilhéus a desenvolverem ainda mais o tétum, que seria identificado como a língua franca local (ALBUQUERQUE, 2012). Thomaz (2008) destaca a curiosidade do tétum local ter sido a língua utilizada para a interação com os viajantes, tendo em vista que no território da atual Indonésia e na parte ocidental da ilha, o malaio (a atual língua indonésia conhecida como *bahasa* indonésia) ter superado o baiqueno e se tornado a língua veicular.

[...] Timor sempre foi uma ilha isolada, e o seu comércio externo relativamente escasso. Talvez por isso, a língua malaia era em Timor apenas utilizada como língua de comércio nos portos da costa norte, sobretudo em Oecussi e em Díli; e não deixa de ser significativo que enquanto que na capital do Timor holandês, Cupão, o malaio acabou por se impor como língua de relação quotidiana, destronando o baiqueno que, com toda a probabilidade aí era originalmente o falar vernáculo, em Díli foi a língua veicular interna do território, o tétum, que se impôs, em detrimento do mambae antes falado, e não o malaio, língua franca do comércio marítimo de médio e longo curso. (THOMAZ, 2008, p. 356)

É importante retomar aqui a questão da construção da língua tétum como língua franca. Hoje esta língua é considerada como a principal língua “nacional”, mas os estudiosos da história do Timor não deixam claro se, neste período que corresponde à existência do Reino dos Belos – praticamente até final do século XV e início do século XVI –, o tétum utilizado nas interações comerciais tenha sido o tradicional, chamado *terik*. Considerado mais “original” do que o atual tétum praça (o tétum da capital Díli), era uma língua mais utilizada no interior do pequeno território, ao contrário da costa, onde até hoje predomina o tétum. Mesmo assim, convém ressaltar que a língua franca – seja ela qual for – não foi desenvolvida a partir de demandas dos habitantes do território, mas antes foi criada para atender às necessidades de interação com os “outros”. Tanto que séculos após o surgimento do tétum como língua franca, nem toda a população do atual Estado timorense o utiliza como sua língua, mas antes continua a realizar suas práticas em suas

línguas locais, ou línguas maternas como as pessoas denominam as línguas domésticas e ancestrais espalhadas pelo território. Como explica Mattoso,

[...] ainda hoje a língua veicular, o tétum-praça ou tétum-díli, só é falada por uns 80% da população nacional, e muitos fazem-no com dificuldade. Trata-se, de resto, de um crioulo do português, o que mostra bem o seu carácter importado; ou seja, o facto de não ter nascido das necessidades locais dos próprios Timorenses, mas do contacto de alguns deles com os colonizadores portugueses ou com os seus intermediários de Malaca, Larantuca ou Solor. (MATTOSO, 2012, p. 29)

Esta configuração sociolinguística – práticas linguísticas dentro de cada reino realizadas nas respectivas línguas locais e contato com o estrangeiro e inter-reino na língua tétum, terik ou praça – prevalece no Reino dos Belos até que uma nação europeia também se interessasse pelo comércio na região. O surgimento do Timor português é o assunto do próximo tópico.

2.2 O TIMOR PORTUGUÊS

O cenário multilíngue e multiétnico da metade oriental da ilha de Timor teve contato, no início do século XVI, com mercadores e religiosos portugueses. Em uma região cercada por hinduístas, islamitas e budistas, com população local que convivia com práticas animistas, a religião católica, mais do que o Estado português, se implantou desde o primeiro momento. As próprias fronteiras geográficas atuais de Timor foram definidas a partir dos fatos históricos que se seguiram a esse movimento.

Desde 1515, a ilha de Timor recebia mercadores portugueses que de lá extraíam o sândalo e levavam este produto para ser comercializado em Malaca ou Macau. Na trilha dos comerciantes vieram os missionários dominicanos, em 1556 (THOMAZ, 2008, p 322). Começava aí na região o domínio português sobre a ilha – ainda

não sob a forma administrativa colonial, mas religiosa e cultural, como explica Thomaz:

No fim do século XVI, porém, os missionários dominicanos começaram a converter ao cristianismo alguns régulos [...] Até o fim do século XIX a presença portuguesa teve um carácter de protectorado: a soberania plena exercia-se apenas em três ou quatro lugares do litoral, e o resto era governado pelos régulos a seu talante, sob uma suserania quase simbólica da Coroa, representada pelo Governador. (THOMAZ, 2008, pp. 322-323).⁸

A igreja católica, no entanto, logo cedo se mobilizou no território e superava a ausência do estado, segundo Hull (2002). “O estado português foi frágil durante o seu período colonial”, confirma Silva (2012). A instituição religiosa fundou as primeiras instituições de ensino, desenvolveu um registro gráfico para o tétum e traduziu o primeiro catecismo católico na língua nativa, além de ter publicado dicionários e gramáticas.⁹

Com forte hibridização com o português, o tétum virou uma espécie de símbolo de status entre a sociedade timorense da época: “a conversão ao cristianismo conferia um estatuto social superior, o Tetum-Praça tornou-se a língua dos batizados, adquirindo um prestígio nunca rivalizado por nenhuma língua autóctone no Timor português” (HULL, 2002, p. 2).

A criação efetiva de uma administração direta de feição colonial chegou a Timor com o governador Celestino da Silva e suas campanhas de “pacificação” pelo interior da ilha (1894-1908), quando foi

⁸ O primeiro governador do Timor português foi Antonio Coelho Guerreiro, que chegou ao território em 1703.

⁹ A igreja também colaborou para tornar o tétum-praça, de Díli, capital de Timor-Leste, a língua franca no território, ao transformá-lo na língua da evangelização e dos ritos.

estabelecida em todo o território uma rede de postos militares, depois substituída por postos administrativos.

É com o governo de Celestino da Silva, empossado em 1894, que se implanta propriamente um Estado colonial em Timor-Leste, preocupado, entre outras coisas, em promover uma ocupação efetiva do território e em edificar um sistema de administração que facilitasse a exploração comercial organizada dos recursos humanos e naturais aí existentes em benefício metropolitano. (SILVA, 2012, p. 41)

As “guerras de pacificação” foram um conflito brutal com os liurais (lideranças nativas) e fizeram surgir um ressentimento popular contra o colonizador. Mas a violência do primeiro colonizador, não teria, com a forte inserção da igreja na sociedade daquela época, afetado o imaginário dos timorenses em relação ao seu pertencimento a uma cultura que o diferenciava do país vizinho. E um elemento forte dessa cultura era a língua portuguesa:

A aristocracia timorense sentia-se respeitada, e esta consideração induzia o respeito dos seus dependentes pelo governo português. [...] Em suma, apesar dos inevitáveis e muito concretos abusos coloniais, os Timorenses sentiam-se, em geral, considerados como *gente* pelos Portugueses. (MATTOSO, 2012, p. 9).

Ao que Hull acrescenta:

A brutalidade da tropa portuguesa na repressão das rebeliões e o sistema dos trabalhos forçados (públicos) fez nascer um ressentimento popular que está na origem da tradição anticolonial da sociedade timorense. Mas os timorenses passaram a distinguir o detestado colonialismo português e a cultura portuguesa, que fazia parte da vida de muitos deles (HULL, 2002, p. 2).

Este “fazia parte da vida de muitos deles”, sobre a cultura portuguesa, é um discurso que sobreviveu em Timor-Leste desde essa época. A não problematização das atitudes levadas a cabo no território asiático durante o período português marcou profundamente essa sociedade, a ponto de vários autores timorenses como Abílio Araújo, Luís Cardoso e Luís Costa ainda hoje atribuem à cultura portuguesa uma dos “pilares” da identidade nacional de Timor.

A fragilidade do estado favorecia uma tensão no território, que durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) voltaria a ser ocupado, desta vez por japoneses, australianos e holandeses, repercutindo no Timor as disputas do conflito militar. Com o final da guerra, o território voltou para as mãos de Portugal, onde seu então presidente, o ditador Salazar, adotou um “eufemismo jurídico” (D’ÁVILA, 2011, p. 29) para evitar se submeter à crescente campanha internacional pela descolonização e autodeterminação dos povos: transformou o que era de fato colônia em “território ultramarino” e recomeçou a construção do estado timorense. Por quase 500 anos os portugueses influenciaram na invenção de uma identidade timorense, principalmente por meio da religião católica. Paralela a essa construção de Timor como uma região colonial, se torna necessária a criação de um sistema – educacional, administrativo – que dê suporte a essa burocracia. A gestão de uma elite local foi também uma iniciativa da igreja que possibilitou esse processo, já que as instituições religiosas existentes em Timor-Leste à época da colonização portuguesa foram, segundo Silva (2012):

[...] em grande parte, responsáveis pela gestão da elite local do país. Pelos bancos das instituições educacionais mantidas por dominicanos, salesianos, jesuítas, madres canossianas etc. passaram muitos daqueles que à época da pesquisa ocupavam as funções técnicas e políticas de maior prestígio no Estado timorense. (SILVA, 2012, p. 378)

A maioria da população da ilha, no entanto, não tinha acesso nem à educação e nem a essa língua. Dados coletados também por Silva (2012) dão conta de que entre 1970 e 1975, ou seja, já no final do período do Timor português, ocorria uma pequena difusão da língua

portuguesa. O número de falantes variava entre “15 a 20% do total da população, incluindo os metropolitanos. Nesse período, a quantidade de metropolitanos lotados no território girava em torno de 2.000 pessoas e a população timorense era estimada em 680.000 habitantes (SILVA, 2012, p. 42).” Ou seja, a língua portuguesa no território, durante o período português, era um recurso destinado à elite. Com a Revolução dos Cravos e a retirada de Portugal dos territórios “ultramarinos”, Timor vai ser incorporado à Indonésia e uma nova configuração linguística vai refletir no território, como procuro descrever a partir do próximo subitem.

2.3 TIMOR TIMUR

A restauração da democracia em Portugal, com a Revolução dos Cravos (25 de abril de 1974), fez supor que poderia virar realidade o reclamado direito à autodeterminação de Timor-Leste. Em 28 de novembro de 1975, um dos partidos políticos criados no território – a Fretilin¹⁰ – proclamou unilateralmente a independência. No entanto, o estado independente teve uma duração efêmera. Já na primeira semana de dezembro do mesmo ano, a Indonésia, com o apoio dos Estados Unidos, ocupou militarmente o território. Pouco tempo depois, em 17 de julho de 1976, o governo de Jacarta proclamou Timor-Leste como a 27ª província da República da Indonésia e colocou o território ocupado sob a administração de um governador. Assim, entre 1975 e o final de 1999, o antigo Timor Português foi incorporado à República Indonésia como sua 27ª província, então denominada de *Timor Timur*.

Se na época dos portugueses, foi a igreja católica que difundiu a língua portuguesa e educou os timorenses, em Timor Timur esse papel foi desempenhado por outra instância de poder, o próprio Estado Indonésio. A relativa omissão do colonizador português por uma gestão mais ostensiva da colônia timorense, juntamente com outros fatores, criou condições para que a Indonésia impusesse sobre Timor-Leste uma estrutura e uma gestão estatais muito mais presentes e colonialmente eficientes do que Portugal. Mattoso (2012, p. 140) contabilizou a administração indonésia: “De facto, a Indonésia tinha investido muitos

¹⁰ Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente.

bilhões de rupias em estradas, escolas, edifícios públicos, serviços administrativos e serviços de saúde, [...] reduziu enormemente a taxa de analfabetismo (de 90% em 1975 para 52% em 1990).” Além disso, para muitos timorenses, a cultura burocrática indonésia – também presente nas universidades estatais – foi seu primeiro contato com a “modernidade”.

Por meio de um rígido controle militar e também discursivo, o governo da Indonésia subjuguou os timorenses. A língua indonésia funcionou como vetor de unificação nacional, mediante políticas de ensino e de divulgação da língua, bem como de criminalização do uso da língua portuguesa. Durante o tempo em que anexou o território do Timor-Leste, a Indonésia introduziu um sistema governamental e administrativo, uma nova língua de ensino (bahasa indonésio) e posteriormente proibiu o português em todas as instâncias. No mínimo, uma geração foi formada nesse período e, por meio da língua imposta, acessava a cultura, a educação, as instâncias governamentais e o direito, enfim, o discurso oficial:

No coração do esforço de “integrar” Timor-Leste à estrutura administrativa indonésia estava o uso da informação. Pegando carona em uma teoria da modernização, pela qual as lealdades primordiais vão sendo quebradas quanto mais as fronteiras do Estado se estendem aos domínios das pequenas tradições, Jacarta procurou projetar a mudança pelo campo da linguagem, da educação e da ideologia. Onde Portugal demorou em estender sua presença para além do nível do *suco*, a Indonésia entrou com todo o aparato da mídia de massa, incluindo apresentação de filmes, exibições, mídia impressa, rádio e televisão, sem mencionar a imposição de uma nova língua e de um novo conceito de Estado ao povo timorense. (GUNN, 2007, pp. 49-50)

Os reflexos dessa política são notados ainda hoje nas ruas de Díli. Em lojas e bancas de rua é possível observar vendedores conversando em língua indonésia. A música e os programas de TV do país vizinha ainda fazem sucesso entre os timorenses. E a Indonésia ainda é um país que recebe professores do Timor para cursos de

doutorado, por exemplo. Pelo menos três professores que trabalham em universidades públicas e privadas em Díli, com os quais mantive contato, optaram por estudar na Indonésia por causa “da facilidade da língua”.

A questão linguística em Timor-Leste nessa época revela uma política tradicional de imposição, com uma forte questão simbólica de representar um país por uma língua única, conforme Calvet (2007): “O poder político sempre privilegiou essa ou aquela língua, escolhendo governar o Estado numa língua ou mesmo impor à maioria a língua de uma minoria”. Silva (2012) relata o que ocorreu linguisticamente em Timor-Leste:

A homogeneização linguística foi uma política fundamental no processo de incorporação de Timor-Leste à Indonésia, de modo que o aprendizado da língua indonésia foi obrigatório e o uso da língua portuguesa absolutamente proibido. Uma vez que os oficiais do Estado indonésio não compreendiam o português, sua utilização representava uma ameaça ao controle e governabilidade do território. (SILVA, 2012, pp. 45-46)

Importante ressaltar, conforme Gunn (2007) detalha, que essa política alcançou sucesso principalmente devido à expansão do ensino:

Além de propagar uma visão de mundo essencialmente centrada em Jacarta, é importante notar a função da língua indonésia como condutora de uma cruzada cultural indonésia. Ao substituir o português, o indonésio se tornou a língua impressa dos timorenses, já que, na sua maioria, as línguas indígenas de Timor eram – e ainda não – línguas orais. Onde 77% da população continuava analfabeta, o projeto indonésio de expandir a educação primária tornou-se fundamental na batalha pelos corações e mentes dos timorenses. (Gunn, 2007, p. 50-51).

Por outro lado – e por uma ironia pós-colonial (ALMEIDA apud SILVA, 2012, pp. 46-47), “que usa a cultura do colonizador como mobilizadora simbólica para ação do colonizado” –, a língua portuguesa adquire nessa época o status de língua da resistência ao invasor de então. Claro, frequentadores das escolas católicas na época do Timor português, a elite desse movimento de resistência, que não ficou no país durante a invasão, se exilou no exterior (Portugal, Austrália, Moçambique e Angola, principalmente) de onde ajudou a tramocar a guerra contra o dominador indonésio. Gunn (2007) confirma que “[...] a nata da sociedade timorense, os herdeiros do poder nacional em Timor-Leste, estavam ou mortos ou na diáspora (GUNN, 2007, p. 46)”, enquanto a população comum ou aderiu aos indonésios ou fugiu para a montanha, realizando nesses ambientes suas práticas linguísticas principalmente por meio das línguas locais.

Por meio das culturas nativas timorenses e com uma preciosa ajuda da igreja, o povo timorense, no entanto, continuava a ter na língua portuguesa uma forte referência linguística e identitária. Em um texto de 1993, ou seja, ainda durante o período da ocupação Indonésia, Anderson, ao tentar compreender o insucesso do país vizinho em “absorver” o Timor-Leste, concluiu que fatores como a língua e a religião, dentre outros (como, por exemplo, o reflexo nacionalista deixado pela ocupação holandesa no arquipélago) fizeram emergir na Indonésia um discurso sobre o Timor-Leste em que os timorenses são considerados como “eles” e não como “nós”: “A linguagem é do superior e civilizado em relação ao inferior e bárbaro. Não anda muito longe do racismo e revela uma profunda incapacidade para ‘incorporar’ os timorenses do leste, um sentimento não reconhecido de que na verdade eles são estrangeiros” (ANDERSON, 1993, p. 3).

Nesse sentido, a lembrança da violência da ocupação aliada à atitude indonésia de apagar a língua e a cultura coloniais que, de uma maneira ou de outra já se misturavam com identidade timorense, e a disseminação do discurso da pró-independência em língua portuguesa promoveram uma resistência no imaginário de sua população a aderir completamente à Indonésia. Tais relações de poder, contudo, não foram estanques, mas são complexas e móveis.

A decisão perspicaz da igreja de, com a proibição da língua portuguesa, adotar o tétum como a língua dos rituais, foi decisiva, nessa época, para incrementar na sociedade basicamente animista o comprometimento com a “fê católica”:

[...] em 1981 [...] a missa passou a ser celebrada na língua do povo. [...] A Igreja protegia os perseguidos, defendia a sua dignidade e atribuía à sua língua o estatuto de língua sagrada. [...] a partir daí ocorre uma conversão em massa dos timorenses ao catolicismo, processo que iniciara na década de 1960, mas que a partir de 1979 atingiu seu ápice. Em 1970 havia 28% de católicos; em 1980, uns 80%. (MATTOSO, 2012, p. 104-105)

Até hoje, nas principais igrejas de Díli, como tive oportunidade de acompanhar, as missas são em tétum. Alguns cultos protestantes são em tétum e possuem tradução para o português. Para Anderson (1993), a partir daí se constrói o nacionalismo timorense:

Este elemento comum católico num certo sentido substituiu aquele tipo de nacionalismo de que falei noutros lugares, o qual deriva da articulação entre imprensa e capitalismo. Além do mais, a decisão da hierarquia católica em Timor Leste de usar Tetum, e não indonésio, como a língua da Igreja, teve efeitos profundamente nacionalizadores. Transformou o Tetum, de uma língua local ou língua franca em certas partes de Timor Leste, na língua da religião e da identidade de Timor Leste. (ANDERSON, 1993, p. 6-7)

A queda de Suharto na Indonésia e o fim de um longo período de crescimento econômico na região, dentre outros fatores, possibilitaram de forma lenta a retomada do território pelos timorenses. Em 1999, após um histórico plebiscito, a população decidiu que queria autonomia da Indonésia. Por meio da Organização das Nações Unidas, quatro missões prepararam o país para a tão sonhada restauração da independência, que chegou em maio de 2002. A partir daí, estava entregue ao povo de Timor a responsabilidade pela administração do território, com autoridade legislativa, executiva e judiciária.

2.4 A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

A transição de Timor Timur para a República Democrática de Timor-Leste (atual denominação do país) contou um interstício de administração da ONU (já sinalizado na seção anterior). O território foi comandado, até maio de 2002, pela UNTAET (Administração Transitória das Nações Unidas para o Timor-Leste, em português)¹¹, estabelecida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Durante o período que permaneceu na ilha, a UNTAET exerceu sobre o território plena autoridade legislativa, executiva e judiciária e, ao lado do multilinguismo peculiar timorense, levou para ilha muitas línguas e muitos discursos.

A permanência dos funcionários da ONU em território timorense durou cerca de três anos – entre 25 de outubro de 1999 e 20 de maio de 2002. Em março de 2002, por exemplo, havia em Timor-Leste 7.687 militares – 6.281 soldados, 1.288 policiais e 118 observadores militares; além destes, estavam incluídos como em serviço pela UNTAET 737 civis internacionais e 1.745 funcionários comuns. Integravam o grupo, nacionais de Argentina, Austrália, Áustria, Bangladesh, Benin, Bolívia, Bósnia, Brasil, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Fiji, Filipinas, Gâmbia, Gana, Irlanda, Japão, Jordânia, Malásia, Moçambique, Namíbia, Nepal, Níger, Nigéria, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Portugal, Quênia, Reino Unido, Rússia, Samoa, Senegal, Sri Lanka, Suécia, Tailândia, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Vanuatu e Zimbábue¹². A pluralidade linguística levada para Timor por estas pessoas era, no entanto, traduzida para praticamente uma língua, o inglês, que se tornou a língua “oficial” no território durante esse período e, neste sentido, era promovida como um capital importante também entre a sociedade local, conforme atesta Carneiro (2014):

[...] com a implementação da primeira missão da ONU, a UNTAET (United Nations Transitional Administration in East Timor), a instalação de embaixadas, mais tarde a construção de acordos de cooperação com diversos países, bem como a chegada de ONGs internacionais e a formação de ONGs nacionais com o suporte de fundos internacionais, a língua inglesa torna-se um

¹¹ *United Nations Transitional Administration in East Timor.*

¹² <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/etimor/etimor.htm>

recurso social importante. (CARNEIRO, 2014, p. 162)

A prevalência de discursos de poder em língua inglesa foi parcialmente interrompida com a restauração da independência do território, em 20 de maio de 2002. A nova Constituição declarava em seu artigo 13º, que trata das línguas oficiais e línguas nacionais¹³:

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado.

No entanto, a decisão que é atribuída como um ato soberano da Assembleia Constituinte formada para redigir a Constituição, a precede. Silva (2012), ao relembrar as negociações para a definição do idioma oficial e nacional de Timor-Leste afirma que essa escolha foi anterior à resolução constitucional e ocorreu longe da ilha asiática, mas em Portugal, um dos países – ao lado de Moçambique, Angola e Austrália, principalmente – que recebeu timorenses que deixaram o país às vésperas ou durante a ocupação pela Indonésia:

Em 1998, a Carta Magna da Primeira Convenção Nacional de Timorenses na Diáspora, ocorrida em Portugal, afirmava que a língua portuguesa seria o idioma oficial do país. O documento final da conferência “Plano de Desenvolvimento Estratégico para Timor-Leste” sugeria não só que a língua portuguesa fosse o idioma oficial, mas que o currículo a ser adotado nas escolas timorenses fosse similar ao existente no sistema de ensino português. As resoluções do Congresso do CNRT, em agosto de 2000, previam o mesmo. (SILVA, 2012, p. 338)

Nesse sentido, o atual Diretor do Instituto de Estudos da Paz e Conflitos Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da

¹³ Uma análise da Constituição enquanto um dos documentos que baseiam a política linguística em Timor-Leste será feita no capítulo 4.

Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, Antero Benedito da Silva¹⁴, lembra que a ideia inicial era a inclusão de uma única língua como oficial, o português; o que possibilitou a inclusão da língua franca local como também oficial foi uma mobilização e pressão aos deputados da Assembleia Constituinte por parte de estudantes e professores. Durante a existência de Timor Timor, o professor integrou a resistência timorense nas montanhas, onde frequentou uma escola mantida pela Fretilin; mas, devido à intensificação do conflito, Antero precisou deixar o país no início dos anos 1990.

Felizmente o Parlamento aceitou essa tese e a Assembleia Constituinte, em 2001, aceitou essa proposta e já considerou o tétum como língua oficial, Antes disso, **o tétum foi só língua nacional, não foi língua oficial**¹⁵. (...) Através de campanha, críticas, lobby na Assembleia Constituinte, o tétum foi adotado língua oficial do país. (...) Foi uma grande decisão do Parlamento Nacional adotou duas línguas oficiais, para resolver esse ressentimento dos juventudes médios, senão, talvez, eles foram considerado *the last generation* em termos de tétum.¹⁶

Foi neste contexto que progressivamente a população timorense, pelo menos a da capital, Díli, voltou a ter contato com a língua portuguesa, que, após duas décadas e meia, não era mais tão presente no cotidiano dos timorenses, principalmente entre os mais jovens, devido, em especial, à política linguística de silenciamento da língua portuguesa levada a cabo pela gestão indonésia. Mello (2005)

¹⁴ Entrevista pessoal.

¹⁵ Grifo meu.

¹⁶ As entrevistas realizadas pela autora com timorenses e transcritas aqui respeitam a fala dos entrevistados e não serão adaptadas a uma ou outra norma padrão do português. Considero, assim como Albuquerque (2011), que a língua portuguesa em Timor-Leste já tem condições para ser compreendida como uma “variedade emergente” da língua portuguesa, com marcações próprias de número e gênero, flexão verbal, concordância nominal e fonologia, resultado de hibridismos do português com a língua tétum e com as línguas maternas de cada um dos entrevistados.

constatava, em 2002, que a língua era uma questão conflituosa para as gerações que cresceram na época indonésia:

A geração urbana de menos de 30 anos de idade [...] o português é um idioma distante e muito mais difícil que o bahasa indonésio, que muitas vezes foi aprendido na escola. Essas pessoas não veem sentido em aprender português, existe mesmo o perigo de que surja um certo rechaço a esta língua como língua oficial. (MELLO, 2005, p.2)¹⁷

De fato, mais recentemente, Gunn (2007) atribuiu à questão linguística o conflito que houve no país e que resultou na saída do governo do primeiro primeiro-ministro do país, Mari Alkatiri, em junho de 2006. Gunn (2007, p. 53) acredita que “[...] alguns dos recentes distúrbios (de meados de 2006) tenham sido estimulados por apoiadores de partidos políticos e grupos resistentes à língua portuguesa e em favor da língua indonésia”.

Em um território recém-independente, que buscava a todo momento se inserir na modernidade, o cenário linguístico-discursivo estatal refletia as tensões que não incluíram a sociedade civil comum na discussão sobre a língua oficial. Segundo a antropóloga brasileira Kelly Cristiane da Silva, que trabalhou como voluntária no gabinete do primeiro-ministro timorense entre 2002 e 2003 – portanto, nos dois primeiros anos da restauração da independência –, os documentos legislativos de Timor-Leste, pelo fato de serem publicados em língua portuguesa, não podiam ser compreendidos por parte da população e, assim, limitava a agência dessa população em relação às decisões de poder governamentais. Sobre as línguas da gestão administrativa, tem-se:

[...] O cotidiano da comunicação na cidade, em especial nos corredores da administração pública, era polifônico e poliglota. Ao menos quatro línguas eram utilizadas: o inglês, o português, o

¹⁷ “La generación urbana [...] el Portugués es un idioma lejano y mucho más difícil que el Bahasa Indonésio, que muchas veces ya fue aprendido en la escuela. Esas personas no ven sentido en aprender Portugués, existe mismo el peligro de que surja un cierto rechazo a esta lengua como lengua oficial.”

tétum e a língua indonésia. Esse poliglotismo se traduzia em poligrafia na imprensa local. É, pois, sobre essa babel linguística e cultural que as estruturas administrativas do Estado timorense e seus discursos de formação nacional estão sendo forjados (Silva, 2012, pp. 28-29). Tal fato dificultava a participação ativa da imensa maioria da sociedade civil local no debate sobre as questões regulamentadas pelo Estado pelo simples fato de elas lhe serem parcialmente ininteligíveis (SILVA, 2012, p. 391)

No âmbito da oficialização das línguas diante de uma realidade linguística plural, apesar de ser considerada uma língua histórica nacional e franca, o tétum, isoladamente, era considerado “incompleto” para fins de fortalecer uma política linguística nacional e internacional. Sua co-oficialização, junto à língua portuguesa, teve a finalidade de integração e de apoio à língua portuguesa:

Entre os retornados, o tétum não bastava como única língua nacional e oficial do país em função de sua considerada precariedade lexical e sintática. Afirmava-se que o tétum não comportava flexão verbal complexificada, nem a expressão de abstrações ou conceitos técnicos necessários para a promoção do desenvolvimento. [...] o tétum tem sido considerado, por alguns grupos da elite, como uma língua inapropriada para a administração pública por carecer de termos técnicos. (SILVA, 2012, p. 50).

O escritor timorense Luís Costa enumera pelo menos quatro fatores que justificam a oficialização da língua portuguesa e destaca a ousadia do país com a decisão de adotar duas línguas oficiais:

A escolha da língua portuguesa contabiliza: um peso simbólico (por ser língua da resistência à invasão indonésia, língua usada para dar informações ao mundo sobre a luta e os efeitos da invasão), um aspecto identitário (o do seu passado sem grandes imposições, sem grande impacto),

um *aspecto afetivo* (ligação ao catolicismo, igreja que em conflitos de guerra – segunda guerra mundial, invasão indonésia – nunca abandonou o povo) e um *aspecto geoestratégico* (Timor, confinado à Indonésia e à Austrália). *A escolha da língua tétum* constitui, por um lado, uma ousada afirmação da identidade de um povo, mas, por outro, a assunção do compromisso de defesa, desenvolvimento e promoção de uma língua em situação altamente desfavorecida¹⁸. (COSTA, 2012, pp. 215-216)

Assim, entre os timorenses era e ainda é senso comum a defesa da língua portuguesa devido ao seu caráter instrumental e político, inscrito estruturalmente na língua, como o fez o linguista timorense Benjamim Corte-Real:

O fato de o tétum ser um crioulo que tem na língua portuguesa uma de suas principais fontes lexicais faz dela o idioma de mais fácil aprendizagem para os timorenses. E o fato de ser uma língua latina facilitaria aos seus falantes o aprendizado do francês, do espanhol, do italiano etc [...] a partir da qual os timorenses teriam acesso aos demais idiomas europeus. (CORTE-REAL, 2007, p.7)

Mas, como observa Silva (2012, p.340), Corte-Real, assim como outros elaboradores das questões linguísticas, “considerava a performance da língua portuguesa em Timor-Leste, do ponto de vista da relação estabelecida com os idiomas locais, como um fenômeno deslocado dos padrões de relações sociais em que ela era colocada em uso”. Também não se considera, nessa discussão sobre qual (s) língua (s), uma reflexão crítica sobre o próprio conceito de língua. Trata-se, sobretudo, de considerar a língua como uma invenção, como ressaltam Makoni & Meinhof:

¹⁸ Grifos originais.

Uma língua é uma invenção, uma construção [...] uma capacidade para a linguagem é natural aos humanos, mas as línguas são um produto de intervenções sociais e históricas. (MAKONI & MEINHOF, 2006, p. 193).

O que se tem como um dos efeitos de uma política linguística que oficializa o português, em parceria com o tétum, à revelia da consideração da realidade multilíngue local, é que, apesar disso, o território de Timor-Leste convive em suas práticas locais com uma alta diversidade linguística, conforme atestou Carneiro (2010) quando chegou à capital do país:

Ao chegar ao aeroporto em Díli, Timor-Leste, as placas de propaganda indiciam uma complexa situação linguística: o anúncio de uma instituição financeira indonésia, o banco Mandiri, está em indonésio; curiosamente a propaganda do banco Australian and New Zealand (ANZ) está em português, a língua oficial; o de uma organização não governamental (ONG) norte-americana, Buy Local que atua no país, está em inglês, com a tradução para a língua co-oficial, o tétum. (CARNEIRO, 2010, p. 1).

Porém, a “gestão” da diversidade apresentada nesse ambiente linguístico é ainda de padrão monolíngue. Atualmente, Timor-Leste recebe intervenções de especialistas portugueses e brasileiros no que se denominou “Política de Reestruturação da Língua Portuguesa”. O governo de Portugal mantém no Timor-Leste professores que desenvolvem vários programas na área do ensino de português e da educação em geral.

Um exemplo da iniciativa brasileira nessa área foi o curso de redação oficial em língua portuguesa, realizado poucos meses após a restauração da independência, entre agosto e setembro de 2002, promovido pela Embaixada do Brasil em Díli e pela Escola de Extensão da Universidade de Brasília. Esta foi uma das primeiras contribuições do Brasil na área de educação com Timor-Leste (MELLO, 2005). Outro exemplo, pelo lado brasileiro, é o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP), sob os cuidados da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior, do Ministério da Educação. O objetivo desse programa é contribuir para a melhoria da qualidade da educação e para a reintrodução da língua portuguesa naquele país. O programa é formado por quatro projetos: Profep – Formação de Professores em Exercício na Escola Primária de Timor-Leste; Procapes – Capacitação de Professores de Educação Pré-Secundária e Secundária; ELPI – Ensino de Língua Portuguesa Instrumental; e o projeto de Implantação da Pós-Graduação na Universidade Nacional Timor Lorosa´e (UNTL). Carneiro (2015) destaca que esse tipo de cooperação busca legitimar a língua portuguesa na ilha asiática:

Ao longo do processo de construção da Independência, que leva à oficialização da língua portuguesa, ocorre, em paralelo, um processo social de (re) construção dessa língua como língua legítima em discursos que circulam em diferentes espaços institucionais, o que inclui a esfera governamental e escolar, entre outras. Em paralelo, ocorre a construção de acordos de cooperação com Portugal e Brasil que levam a elaboração conjunto de diversos instrumentos de política linguística (cursos de língua portuguesa, de formação de professores, produção de material didático, de programas televisivos etc.) que contribuem para a inserção desse repertório linguístico nas práticas sociais cotidianas do país. (CARNEIRO, 2015, p. 112)

Ribeiro (2014, sem numeração) critica esse processo, o qual enxerga como um projeto de imposição:

Colonizar ou neo-colonizar e civilizar sempre estiveram juntos; por isso é recorrente encontrar, sob a forma de cooperação, a imposição de um assistencialismo em língua portuguesa que civilize sem “lhes” perguntar (a eles) – como reclama Appadurai – o que querem (o que quer o outro) e como querem (como quer esse outro) a cooperação.

Em relação a essa observação do sociólogo português, constatee, em Díli, uma situação paradoxal. Ao mesmo tempo em que escutava discursos de valorização da língua portuguesa e de uma necessidade urgente de aprender a língua, como professora muitas vezes frustrou-me a ausência e até o abandono dos alunos às aulas de língua portuguesa. Por exemplo, em uma turma na qual estavam matriculados inicialmente 27 estudantes (todos funcionários públicos), somente 6 concluíram o curso. As explicações para esse abandono, pelo menos em relação aos alunos com os quais consegui acesso mesmo sem eles estarem frequentando a aula, variavam desde a impossibilidade de trabalhar e estudar a dificuldades para apreender a língua portuguesa, já que não era esta a língua com que realizavam as suas práticas cotidianas. Da mesma maneira, em pelo menos um curso localizado em uma instituição privada, o ânimo do reitor com os cursos de língua portuguesa não era acompanhado da presença desta em sala de aula, tendo em vista que a maioria das disciplinas era dada por professores com fluência em língua indonésia ou inglesa.

Também revelador das intenções do Brasil, pelo menos no que diz respeito à cooperação educacional com Timor-Leste, o depoimento de um representante do Ministério das Relações Exteriores, durante reunião preparatória com professores selecionados para atuar em Timor-Leste pelo PQLP a partir de março de 2014. De acordo com a autoridade, ao comentar sobre o que motiva o governo brasileiro a enviar professores (e consequentemente conceitos políticos, educacionais, pedagógicos, culturais etc) ao país asiático, ele afirma: “tá muito relacionado com o problema da língua portuguesa em Timor-Leste, [...] para que Timor-Leste se aproxime desse universo político e cultural da lusofonia”.¹⁹ O representante do Itamaraty ainda acrescentou que a língua portuguesa “é a afirmação de sua (dos timorenses) identidade cultural para se diferenciar do invasor do passado”, sem especificar a que invasor ele se referia: se aos portugueses, aos japoneses ou aos indonésios.

¹⁹ Comunicado pessoal de Eduardo Seabra, da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, durante palestra no curso preparatório para professoras e professores selecionados para integrar o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste, em 27 de fevereiro de 2014.

Nota-se, com isso, que o “problema da língua” do Timor-Leste é plenamente analisável do ponto de vista da política linguística, que diz respeito à determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade. Retomando Calvet (2007), pode-se pensar que nenhuma sociedade, no entanto, escapa ao “problema da língua”: “as relações entre língua(s) e vida social são ao mesmo tempo problemas de identidades, de cultura, de economia, de desenvolvimento”. Embora, neste caso, seja pertinente a indagação: “Problema para quem?”.

3 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

3.1 POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANEJAMENTO LINGUÍSTICO

A emergência da área dos estudos da linguagem conhecida como política linguística se dá no momento logo após o processo de descolonização de territórios da África e da Ásia. Mobilizados pelos “problemas linguísticos” de estados nascidos a partir desse processo, linguistas ocidentais – notadamente norte-americanos e europeus, no início de formação desse campo – tomam como preocupação o manejo das situações linguísticas em locais onde a diversidade linguística foi – e ainda é – uma característica visível de sociedades às quais outras nações desejavam impor a constituição de um Estado nos moldes da visão colonial. O multilinguismo como problema e a nomeação e categorização das línguas foram os mobilizadores da área em seus primórdios (Severo, 2013). Nesse sentido, considera-se como uma das obras fundadoras da área *Language problems of developing nations* (FISHMAN; FERGUSON & DASGUPTA, 1968). Política linguística, no entanto, não é um conceito isolado na área; ele se liga – em relação direta de subordinação – a outro, o de planejamento linguístico.

Calvet (2007) resumiu política linguística como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade” e o planejamento seria a implantação dessas decisões em um determinado cenário. (CALVET, 2007, p. 11). Por isso, para ele, não é possível separar a política linguística de sua aplicação. Se política linguística trata de uma intervenção sobre as situações linguísticas, pensar nessa área do saber significa também considerar o poder que é constitutivo dessas decisões, ou seja, as relações de força que tensionam o ambiente linguístico de uma determinada sociedade e que dividem as variedades linguísticas utilizadas pela população para veicular seus discursos em dominantes e dominadas.

Para o linguista tunisiano, o poder, no entanto, é uma prerrogativa do Estado juridicamente constituído. Neste ponto, convém destacar que, conforme alertou Foucault (1976, 1979), não se pode compreender “o poder”, como uma entidade exclusivamente vertical, restrita aos mandos jurídicos ou do Estado, o que existe antes são

complexas “relações de poder”, alimentadas pela produção, circulação e recepção dos discursos. Nesse caminho, alguns discursos produzem mais efeitos de “valor de verdade” do que outros. Por isso, para além de se buscar conceituar o que é política linguística e o que é planejamento linguístico, cabe aqui ressaltar a complexidade dos termos, sujeitos a concepções ideológicas nem sempre ressaltadas e também tidos como locais de manutenção de poder onde, por outro lado, também agem forças de resistência.

Wodak busca em Hebert Christ (1955:55 apud WODAK, 2007, p. 148) reflexões sobre o modo de compreender o conceito de política linguística, ao destacar sua dinamicidade:

[...] qualquer influência pública sobre o raio de comunicação das línguas, [...] somatório das iniciativas políticas de-cima-para-baixo e de-baixo-para-cima que dão suporte a determinada língua ou a um conjunto delas no que concerne a sua validade pública, sua funcionalidade e sua disseminação. Como todas as políticas, a política linguística é também sujeita a conflitos e deve ser regularmente reorganizada mediante discussão e debate constantes. (WODAK, 2007, p. 148)

Ao ressaltar a validade pública, a funcionalidade e a disseminação das intervenções políticas nas línguas, conforme vimos acima, é necessário distinguir que para sua gestão, as políticas linguísticas buscam lócus com orientações aparentemente opostas. Às práticas linguísticas desenvolvidas a partir do modo como a própria sociedade se mobiliza para resolver seus problemas cotidianos de comunicação, dá-se a denominação de gestão *in vivo*. Outro tipo de gestão das situações linguísticas são as elaboradas por linguísticas que pensam em hipóteses geradas a partir de parâmetros científicos e são chamadas *in vitro* (CALVET, 2007). Estas se tornam leis para imposição aos falantes de forma institucional. Na observação de Calvet:

Essas duas abordagens são extremamente diferentes e suas relações podem, às vezes, ser conflituosas se as escolhas *in vitro* forem no contrapé da gestão *in vivo* ou dos sentimentos linguísticos dos falantes. [...] Os instrumentos de planejamento linguístico aparecem, portanto,

como a tentativa de adaptação e de utilização *in vitro* de fenômenos que se manifestaram *in vivo*. E a política linguística vê-se então diante, ao mesmo tempo, dos problemas de coerência entre os objetivos do poder e as soluções intuitivas que são frequentemente postas em prática pelo povo. (CALVET, 2007, p. 70-71)

Nesta pesquisa, considera-se que uma política linguística *in vitro*, no entanto, não é uma entidade exclusiva que estabelece as relações linguísticas em uma sociedade, predominantemente *in vivo*; pois a gestão de línguas vai além do que preveem instâncias legitimadoras, como governos – para retomar as ideias de Foucault – precisando, também e, sobretudo, prever já em sua elaboração, de acordo com Rajagopalan (2004), a participação de quem é afetado por essa política linguística. O que seria, nesse caso, uma tarefa para os pesquisadores:

Política e planejamento linguísticos são áreas em que os envolvidos dificilmente podem ignorar o que as pessoas comuns “nas ruas” sentem e pensam. E isso porque o conceito de linguagem em jogo é necessariamente político. Até onde o leigo se sente implicado, a sua língua nacional é e sempre será uma bandeira patriótica. [...] O único modo pelo qual nós, linguistas, podemos contribuir para os temas práticos que envolvam a linguagem é adotar um olhar crítico diante de nossa própria prática. (RAJAGOPALAN, 2004, p. 35)

Além desse olhar crítico, Severo (2013) destaca que não se pode desconsiderar o papel da dimensão ideológica e discursiva da política linguística, que por meio do planejamento linguístico contribui para manter determinadas hierarquias e *status quo*. De Kumaravadivelu estendo essa compreensão ideologia da área, pois, segundo ele,

[...] o uso da linguagem é moldado e remoldado por forças institucionais, processos históricos e agendas políticas dominantes e de como a linguagem pode funcionar (e, frequentemente, funciona) como transportador e tradutor de ideologia que serve a interesses claros. (Kumaravadivelu, 2006, p. 143)

Não se pode desconsiderar a importância do surgimento de preocupações entre os estudiosos da linguagem relativas à política e ao planejamento linguísticos, a partir do contexto que as propiciou: o processo de descolonização levado a cabo a partir de meados do século passado. No entanto, se atentarmos para o fato de que as reflexões sobre a linguagem não podem estar desvinculadas dos processos históricos e sociais pelos quais se move continuamente a humanidade, chegaremos à conclusão de que hoje o termo planejamento linguístico não é suficiente para explicar a implementação de uma política linguística impregnada de discursos ideológicos e relações de poder. Por isso, Bianco (BIANCO, 2004, apud SEVERO, 2013, p. 455), ao refletir sobre o termo, propôs o conceito de planejamento discursivo, no qual estaria contemplado o “trabalho ideológico das instituições, mídia, discursos de autoridade, entre outros, na produção e circulação de crenças sobre as línguas, o que afeta diretamente os usos linguísticos”.

Pretendo, assim, destacar que nos dias atuais há que se questionar a manutenção do caráter positivista da área, reforçado pelos modelos científicos adotados a partir da sociolinguística. Sendo assim, nos próximos capítulos tentarei expor outras áreas às quais uma política linguística moderna pode se relacionar para compreender a relação política entre a(s) língua(s) e a(s) sociedade(s). Ao considerar a possibilidade do diálogo com estas outras áreas e inspirada pelas críticas a epistemologia vigente na área até cerca de 1990 (SPOLSKY, 2004; SILVA, 2011) – principalmente no que diz respeito ao seu caráter hegemônico e homogeneizador –, espero que para compreender e atuar na seara da política linguística seja considerado o lugar da prática como importante definidor das decisões a serem implementadas. Para isso, retomo Calvet, que admite a agência dos falantes para o sucesso ou insucesso do que é pretendido por instâncias institucionais:

[...] as políticas linguísticas funcionam no modo da imitação, [...] elas tentam reproduzir *in vitro* o que acontece milhares de vezes *in vivo* na história das línguas. Mas vimos também que, às vezes, tais políticas fracassam, que elas colidem com dificuldades práticas: a imitação atinge, então, seus limites. E esse princípio de evolução tendencial para um nível de ineficiência poderia ser um tipo de vingança das línguas, ou seja, dos falantes sobre os que pretendem lhes impor uma evolução. (CALVET, 2007, p. 160)

Para acompanhar essa evolução, observo, a partir de Silva (2013), que uma nova epistemologia baseada justamente na análise das práticas e representações linguísticas poderá contribuir para desviar o foco dos estudos em torno de políticas linguísticas exclusivamente como análise de legislação oficial. Silva destaca pelo menos dois autores que considera capazes de colaborar para essa “transformação epistemológica” na área. Em relação aos tradicionais conceitos de política e planejamento linguístico, o autor destaca o modelo de Spolsky (SILVA, 2013, p. 313), que leva em conta três componentes relacionados hierarquicamente: “representações, práticas e gerenciamento (ações)”. Já Shohamy, segundo Silva (2013, p. 316) propõe um modelo mais amplo, com papel relevante das ideologias na definição das políticas linguísticas. A discussão em torno desses conceitos, no entanto, não caberá ainda nesse trabalho, já que optei por recorrer aos campos abaixo (linguística aplicada crítica e estudos pós-coloniais) para desenvolver as análises relativas ao contexto de Timor-Leste. No entanto, busquei em Shohamy, como se verá no capítulo 4, algumas reflexões sobre a consideração da paisagem linguística para efeitos de observação da política linguística desse país.

3.2 LINGUÍSTICA APLICADA CRÍTICA²⁰

Considero as reflexões da linguística aplicada (doravante LA) imprescindíveis a um trabalho que pretende explorar as práticas linguísticas no complexo cenário multilíngue e multidiscursivo de Timor-Leste, tensionado sobre os efeitos da imposição de categorias, como “língua oficial”, sobre a vida de seus habitantes e no ambiente linguístico cotidiano. No entanto, uma LA que se feche em si mesma e se limite a explicar a prática a partir de teorias linguísticas tradicionais e estanques não basta para perseguir esse objetivo. Nesse sentido, procuro

²⁰ Assumo que a inclusão de autores repartidos nos três tópicos que tratam dos pressupostos teóricos desta dissertação foram escolhas minhas, a partir da compreensão que tive com as leituras realizadas. Mas admito que o enquadramento de um ou outro autor nos campos nos quais dividi este capítulo (política e planejamento linguísticos, linguística aplicada crítica e estudos pós-coloniais) não são fixos, pois a partir de uma reflexão mais acurada concluí que a maioria dos autores apresenta reflexões compatíveis para transitar nessas três áreas.

nesta seção destacar algumas concepções da linguística aplicada crítica (doravante LAC), considerando-a uma abordagem epistemológica dinâmica e com capacidade não de apontar soluções, mas de problematizar e atualizar os desafios impostos aos estudos da linguagem em um pensamento pós-moderno. Esse questionamento é necessário, pois, conforme lembra Kumaravadivelu (2006, p. 139), “uma linguística aplicada modernista se esforça para preservar as macroestruturas da dominação linguística e cultural”.

Para ir além dessa percepção moderna é necessário ampliar o que a LA tradicional tem oferecido, que, resumidamente, compreendo como a área dos estudos da linguagem que busca a imposição de projetos teóricos na prática didática, principalmente, do ensino de línguas e da solução de problemas decorrentes da linguagem. Linguistas aplicados contemporâneos, no entanto, se propõem a rever essa postura e defendem que o campo aplicado é propício para, a partir dele e em diálogo com diversas áreas das ciências humanas, produzir teoria e avançar em uma investigação interlinguística, interdisciplinar e intercultural (KUMARAVADIVELU, 2006; MOITA-LOPES, 2006, 2013; PENNYCOOK, 2006; RAJAGOOPALAN, 2006). O engano dessa LA tradicional talvez seja a necessidade de se provar científica e, com isso, compreender a linguagem como uma entidade autônoma, de acordo com Pennycook (2006):

A grande falta de sorte da LA é que, com o objetivo de conseguir credibilidade acadêmica, ela tem desesperadamente tentado ser tão científica quanto à linguística, celebrando sua cada vez maior cientificidade com uma ênfase em compreensões estreitas de linguagem e abordagens limitadas de pesquisa. O modelo de linguagem desenvolvido na linguística e adotado na LA oferece pouca probabilidade de compreensão da não-autonomia da linguagem. (PENNYCOOK, 2006; pp. 77-78).

A crítica só é possível se pensarmos na construção da disciplina LA como inserida no processo histórico que a gerou. Kumaravadivelu (2006) lembra que parte dessa tendência positivista da LA remonta ao

período de formação da disciplina durante a ascendência do estruturalismo e do modernismo. O estruturalismo isolou a língua de seus falantes; disso decorre a LA se debater, durante seu processo de formação epistemológica, com uma compreensão restrita do fenômeno linguístico. Questões como ideologia, poder e natureza social do evento linguístico não eram contempladas pela LA tradicional. A transição de uma LA moderna para pós-moderna só e possível se sua ação investigatória se estender para além da compreensão da linguagem como sistema e de a categoria língua ocupar a centralidade no processo de comunicação. A partir do momento que a língua for compreendida como *somente uma*²¹ entidade no complexo processo político que é a construção do(s) discurso(s), é que a LA terá condições de se colocar como uma epistemologia atual para a compreensão dos fenômenos linguísticos. Kumaravadivelu, ao refletir sobre a LA na era da globalização, considera que a noção de discurso proposta por Foucault é capaz de dialogar com as atualizações da área:

Ao caracterizar a linguagem como um, e somente um, dos vários organismos que constituem o discurso, Foucault (1970, por exemplo), estende de modo significativo à noção de texto linguístico. Um texto significa o que significa não por causa de quaisquer traços linguísticos objetivos inerentes, mas porque é gerado pelas formações discursivas, cada qual com suas ideologias particulares e modos particulares de controlar o poder. Nenhum texto é inocente e todo texto reflete um fragmento do mundo em que vivemos. Em outras palavras, os textos são políticos porque todas as formações discursivas são políticas. Analisar texto ou discurso significa analisar formações discursivas essencialmente políticas e ideológicas por natureza. (KUMARAVADIVELU, 2006, p. 140)

À rigidez metodológica da LA tradicional, o autor propõe uma área dinâmica, que possibilite compreender as questões da linguagem em contextos múltiplos. (PENNYCOOK, 2006, p. 67). A linguística aplicada, ao contrário do que supõe, não é solução para os problemas atuais, mas cabe a essa reconhecer que o conflito é próprio do desenvolvimento humano. Pennycook (2006) situa pelo menos três posturas críticas para dar significado ao termo:

²¹ Grifo meu.

[...] crítico no sentido de desenvolver crítica e objetividade; crítico no sentido de ser relevante socialmente; crítico seguindo a tradição neomarxista de pesquisa; e crítico como uma prática pós-moderna problematizadora. (PENNYCOOK, 2006, p. 67)

Desafiando o posicionamento de defesa “cientificista” que se tornou o campo da linguística, Pennycook (2006) sugere uma “forma de antidisciplina ou conhecimento transgressivo”. E ressalta que ao linguista aplicado crítico cabe sempre um modo de pensar e fazer problematizador.

Em uma área que muitas vezes, se declara imune às ideologias e ao comprometimento político – replicando estes sem problematizar –, Pennycook propõe como desafio ao linguista aplicado crítico imaginar novas formas de politização, ao invés de declarar uma escolha por uma outra “posição” política. Pois, como lembra Foucault (2013), o conhecimento está enredado com o poder. Parece haver entre os acadêmicos um pensamento metafórico de que as disciplinas são gavetas, ou caixas, fechadas em si mesmas. Ao busca um diálogo com outras áreas do conhecimento, muitas vezes retiramos dessas caixas conceitos, modos de pensar e os transferimos para a nossa pesquisa. Este não é, no entanto, o pensamento da linguística aplicada crítica. Para Pennycook (2006, p. 72), são fictícias as fronteiras entre as disciplinas. Reconhecer essa transversalidade fluida imanente às disciplinas e atravessá-las é o desafio de uma epistemologia transgressiva que está sempre em movimento. O termo transgressivo me parece importante no sentido dado por Pennycook (2006) para ser capaz de atualizar a área, reconhecendo o hibridismo:

Utilizo a noção de teoria transgressiva para marcar a intenção de transgredir, tanto política como teoricamente, os limites do pensamento e ação tradicionais. (...) as teorias transgressiva não somente penetram território proibido, como tentam pensar o que não deveria ser pensado, fazer o que não deveria ser feito. (PENNYCOOK, 2006, pp. 74-75)

A utilização do termo “transgressivo”, defendido pelo autor, diz respeito à “necessidade crucial de ter instrumentos tanto políticos como epistemológicos para transgredir as fronteiras do pensamento e da política tradicionais.” (PENNYCOOK, 2006, p. 82). Acrescento a percepção do caráter dinâmico de compreender a linguagem.

Outra possibilidade que a linguística aplicada crítica traz para uma reflexão sobre a necessidade de atualizar a LA e a do modo de fazer “indisciplinar” (MOITA-LOPES, 2006, p. 97). Essa LA indisciplinar também não recorre à teoria para explicar fatos da linguagem, mas tampouco propõe um diálogo com outras áreas das ciências humanas que não considere também a prática, o social, o político e a história. Para Moita-Lopes, a pesquisa em LA indisciplinar busca respostas para uma vida contemporânea multifacetada, que exige respostas também múltiplas e que façam da LA uma área mestiça, híbrida, ou seja, que faça sentido para o mundo atual.

Em uma LA que quer falar à vida contemporânea é essencial, não a teorização elegantemente abstrata que ignora a prática, mas uma teorização em que teoria e prática sejam conjuntamente consideradas em uma formulação de conhecimento na qual a teorização pode ser muito mais um trabalho de *bricolage*, tendo em vista a multiplicidade dos contextos sociais e daqueles que os vivem. (MOITA-LOPES, 2006, p. 101)

Ao que acrescentam Makoni & Mainhof (2006) sobre o conceito de língua e a relação com os “leigos”:

Em LA, devemos levar em consideração não apenas os pressupostos sobre “língua” construídos em diferentes disciplinas, mas também como os discursos sobre “língua” são compreendidos pelos usuários leigos da linguagem, refletindo as complicações que surgem quando linguistas aplicados estão tentando servir ao público “leigo”. As pessoas leigas não necessariamente têm categorias correspondentes às dos linguistas aplicados e, mesmo que tivessem, os significados que dariam às mesmas categorias seriam

diferentes. (MAKONI & MEINHOF, 2006, p. 196)

Em políticas linguísticas – área na qual procuro situar esse trabalho como uma contribuição à reflexão – a postura crítica se torna uma demanda a partir do momento que, para além das decisões formuladas nesse nível, condicionam processos como educação, mídia, defesa do multilinguismo e de minorias linguísticas etc.. As formas de intervenção política na língua dizem respeito também às práticas sociais como eventos dinâmicos, dialógicos e em constante processo de negociação.

3.3 ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

A formatação de regiões “complexas” linguisticamente em nações lusófonas pós-período colonial justifica redimensionar o conceito de língua sobre o qual são pensadas políticas linguísticas nesses espaços, a partir de uma reflexão histórica, política e social. Estão em jogo conceitos (políticos) de línguas: ou se trata da língua como um evento de natureza estrutural, autonomista, homogeneizador, ou como constituidora e constituinte das práticas sociais. Para essa mudança epistemológica contribuem os estudos pós-coloniais, conforme depreendemos de Makoni (2013)²² segundo o qual, “nos estudos pós-coloniais se cria um novo 'centro' de conhecimento. Você tem que ter como desafio sua própria interpretação”.

Essa espécie de “nova via” para os estudos da linguagem viria como uma tentativa de romper alguns limites da linguística, conforme já sinalizado por Pennycook (2004, p.40): “a exigência de cientificidade [...]; seu paradigma excludente e inflexível; seu normativismo; sua falta de auto-reflexão”. Tais limites, afirma o autor, não teriam sido rompidos com o pós-estruturalismo, favorecendo, ainda, uma cumplicidade entre a linguística e o colonialismo que só reafirmaria a urgência de se construir diferentes formas de entender língua, identidade e uso de língua:

²² Comunicação pessoal durante minicurso Políticas Linguísticas e Identidades em África: por uma perspectiva pós-colonial, UFSC, 2013.

“muitos linguistas ainda não perceberam que sua visão acerca da equivalência entre as línguas não é um ‘pronunciamento linguístico inocente’”, adverte (PENNYCOOK, 2004, p. 42). Para Lopes da Silva e Rajagopalan (2004), esse paradigma torna a linguística excludente e auto-centrada.

Partindo dessas advertências, também se considera como opção teórica nessa pesquisa as contribuições dos estudos pós-coloniais, como produtivos para compreender um evento complexo que é o discurso sobre a língua portuguesa em documentos oficiais nos quais se baseia a política linguística de Timor-Leste e, em contraponto a isso, o manejo da(s) língua(s) por essa comunidade em um ambiente plurilinguístico, pluridiscursivo e pluricultural, e que, aparentemente, quer se mostrar independente de colonizadores do passado.

Esse olhar crítico lançado para o Timor-Leste parte do pressuposto de que foram os processos de colonização levados a cabo por Estados europeus e a introdução do letramento via missões de evangelização que fizeram emergir a compreensão de “identidades compartilhadas com base em línguas” (MAKONI & MEINHOF, 2006). Ao analisar especificamente a situação na África Subsaariana, Makoni & Meinhof (2006, p. 196) defendem que “antes da colonização, da introdução do evangelismo cristão e do letramento, a noção de ‘língua’ como marca de identidade social não existia”. Ou seja, a dinâmica colonial inscreve-se nos conceitos e práticas que norteiam a Linguística moderna em geral e as políticas linguísticas em específico.

Makoni (2012) aponta, ainda, que a Linguística (estruturalista, descritiva, classificatória), o colonialismo e a noção eurocêntrica proposta no conceito de Estado-nação (uma língua/uma nação/um povo) contribuíram para a construção da noção de língua que hoje permeia o imaginário de parte da sociedade, a de uma entidade estrutural homogênea e distintiva, regulada por normas. Acrescenta-se a isso as descrições linguísticas, levadas a cabo pela linguística colonial, que constituíram – e continuam a constituir – uma “forma de intervenção social” (MAKONI & MEINHOF, 2006, p. 193). Tais categorias, para Rajagopalan (2003), estariam previsivelmente se mostrando cada vez mais incapazes de corresponder a uma realidade atual de globalização e intensa interação entre culturas, por isso, sua proposta de que:

[...] nós, linguistas, devemos, com urgência, rever muitos dos conceitos e das categorias com os

quais estamos acostumados a trabalhar, no intuito de torná-los mais adequados às mudanças estonteantes, principalmente em nível social, geopolítico e cultural, em curso neste início de milênio. (RAJAGOPALAN, 2003, p.25).

Outro risco que os linguistas correm ao priorizar a perspectiva de governos e estados-nação para a(s) língua(s) é desconsiderar as experiências e perspectivas dos usuários. Pois, como alertam Makoni e Meinhof,

As descrições linguísticas usadas pelos governos podem, para as práticas linguísticas locais, parecer insensíveis ou até coercitivas, enquanto as descrições linguísticas localmente detalhadas podem não parecer práticas em uma perspectiva governamental. [...] O conhecimento “local” é específico de um lugar e plural. (MAKONI & MEINHOF, 2006, pp. 208-209)

A preocupação de Timor-Leste em se definir como um Estado moderno tornou-se urgente após a restauração da independência em relação à Indonésia, realizada em seguida ao fim da anexação por este da metade da ilha que até então era território português²³. A elite revolucionária (do país e das diásporas em África, Austrália e Portugal, principalmente) timorense, que construiu um governo constitucional com o apoio (tardio) da “solidariedade internacional”, dirigiu sua atenção no início do processo de formação da nação para a decisão de qual língua seria escolhida como oficial na Constituição. Se considerarmos a principal lei que dispõe sobre “língua” em Timor-Leste, tem-se que o português e o tétum são línguas de status nacional e oficial. As outras línguas nativas, que desde antes do século XVI permeiam as práticas sociais no território do Timor (ALBUQUERQUE, 2012), são declaradas como línguas nacionais, com uma valoração simbolicamente inferior no texto oficial. Essa categorização das línguas (oficiais, de

²³ Conforme detalhado no capítulo 2, Timor-Leste proclamou sua independência em relação a Portugal em 28 de novembro de 1975. No entanto, em 7 de dezembro do mesmo ano, o governo indonésio declarava Timor como sua 27ª província.

trabalho, nativas etc), para Makoni & Meinhof (2006, p. 206), são reveladoras das crenças que os governos, de uma forma geral e não especificamente o de Timor-Leste, têm sobre línguas.

A oficialização das línguas tétum e português na Constituição, se não inventou, pelo menos aprofundou o problema da língua em Timor, com o português – língua oficial – se tornando a língua dos discursos acadêmico, administrativo, jurídico, religioso e da mídia oficial. Neste contexto oficial, retomo Calvet (2007, p. 79), que considera que, “a política linguística começa realmente quando se renomeia as línguas, e um dos efeitos das leis linguísticas pode se manifestar simplesmente no nome que o texto jurídico dá às línguas”. Por isso, o presente trabalho considera as decisões oficiais de seleção, nomeação e classificação das línguas. Imbricado a este aspecto, outro fator que pode contribuir para o chamado “problema da língua” em Timor-Leste é a forte inserção que os estudos linguísticos, forjados a partir de um viés eurocêntrico e “científico”, têm tido nas formas de se pensar (política) e praticar (planejamento) as políticas linguísticas do país.

4 ANÁLISES

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido a partir das reflexões apresentadas sobre políticas e práticas linguísticas em Timor-Leste e da análise do corpus de pesquisa composto por documentos institucionais que fornecem pistas sobre a política linguística oficial do país; entrevistas com estudantes timorenses no Brasil e em Timor-Leste e fotografias tiradas em um quarteirão da região central de Díli, maior distrito e capital do país.

Para desenvolver as reflexões em relação aos documentos, procurei nestes todas as menções sobre as línguas. A partir daí, relacionei estes discursos com os pressupostos teóricos detalhados anteriormente. Além disso, analisei qualitativamente a fala dos estudantes e organizei as informações obtidas pelas fotografias da paisagem linguística dada.

Acredita-se que com essa confrontação entre os discursos oficial e das comunidades de prática, aliada à observação da paisagem linguística da região citada acima, seja possível obter pistas das dinâmicas discursiva e linguística que envolvem essa meia ilha, que vem, desde o seu processo de restauração da independência, em 2002, se construindo como nação que adotou o tétum e o português como línguas oficiais, a par do país estar situado em uma região multilíngue e com intensa mobilidade de cidadãos nacionais e internacionais.

4.2 AS LÍNGUAS DE ACORDO COM A POLÍTICA LINGUÍSTICA INSTITUCIONAL

Um dos objetivos deste capítulo é destacar, nos documentos institucionais selecionados, os aspectos que dizem respeito a pelo menos dois fatores: 1) a escolha das línguas oficiais (e definição das nacionais); 2) os sentidos que essa(s) língua(s) tomam nos discursos dos documentos oficiais. Com isso, pretendo refletir sobre como o

multilinguismo é compreendido institucionalmente em Timor-Leste. As análises destes documentos são baseadas nos aportes teóricos detalhados anteriormente neste trabalho.

Os documentos oficiais que, para efeitos dessa pesquisa, foram selecionados para se fazer uma reflexão sobre o que orienta a intervenção estatal na língua em Timor-Leste, são, com exceção da Constituição Federal, aqueles pensados para organizar a área educacional direta ou indiretamente (como é o caso da Resolução do Parlamento Nacional 20/2011). O texto oficial, muitas vezes, reforça discursivamente a construção de uma identidade de resistência em relação à língua e um empenho institucional pelo comprometimento do timorense com essa resistência. É o que se encontra, por exemplo, na introdução da Resolução do Parlamento Nacional:

[...] Em Timor-Leste, pela sua intrínseca diversidade linguística e cultural, e pelas cicatrizes deixadas pela ocupação que se seguiu à Proclamação da Independência, a política da língua é também essencial à construção da identidade nacional, à consolidação do Estado de Direito, à afirmação do país na região e no mundo e, sobretudo, à garantia de coexistência pacífica no seu seio. [...] Sem a língua portuguesa, o tétum praça, virando-se para as línguas oficiais dos países vizinhos, tornar-se-ia historicamente irreconhecível e, dada a dimensão relativa e consequente força centrípeta das economias daqueles, a identidade cultural nacional acabaria por ser absorvida, a unidade interna e o Estado de Direito enfraquecidos e as liberdades políticas neutralizadas. (Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011 in: Jornal da República, Sério I, nº 33, Página 5132).

O que nos leva primeiramente a recorrer a Castells (2004), quando trata da questão da identidade, afirmando que uma das três formas e origens de construção de identidades é a de resistência:

Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, proponho uma distinção entre

três formas e origens de construção de identidades: Identidade legitimadora [...]. Identidade de resistência [...]. Identidade de projeto [...]. (CASTELLS, 2004, p.24).

De uma forma geral, evidencia-se nestes documentos atitudes vinculadas à identidade de resistência, na definição de Castells: “Criada por autores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência [...]” (CASTELLS, 2004, p. 24). Deve-se lembrar que a *resistência* é um conceito caro e intensivamente utilizado nos discursos do governo de Timor-Leste. De maneira geral, o termo resistência remete ao invasor indonésio, e não ao colonizador europeu. SILVA (2012) observa que em Timor “a colonização portuguesa tem sido discursivamente construída, retrospectivamente, como uma experiência positiva” (SILVA, 2012, p. 46-47). Este movimento, destacadamente no período da dominação indonésia no território (1975-199), teve entre seus líderes personalidades que hoje ocupam postos de comando no governo que adotou o sistema de república parlamentarista, entre eles: Taur Matan Ruak, atual presidente da República; Rui Araújo, primeiro-ministro; e Kay Rala Xanana Gusmão, Ministro do Planeamento (*sic*) e Investimento Estratégico.

Pode-se resumir que os documentos do governo de Timor-Leste apresentam informações de destaque explícito aos idiomas oficiais, o que demonstra que as mesmas são privilegiadas pelas políticas linguísticas. É possível perceber que governo de Timor-Leste se preocupa em deixar clara uma política linguística, mas esta reside num plano ideal, ou conforme depreendemos de Calvet (2007), uma política *in vitro*. Na região pesquisada, a política e a prática linguísticas nem sempre seguem os mesmos rumos. A realidade, que Calvet chama de política *in vivo*, segue por outros caminhos, evidenciando que o planejamento linguístico, o qual deve efetivar as políticas adotadas, ou não possuem força adequada para se estabelecer, ou sofrem resistência por parte dos usuários, devido às necessidades e intenções comunicativas cotidianas. Este ponto será melhor desenvolvido na segunda e terceira seções deste capítulo.

4.2.1 A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

A Constituição da República Democrática em Timor-Leste foi escrita em português. Esse fato sintomaticamente registra o valor e o papel que iria ganhar a língua a partir daí. Silva (2012) esclarece que integrantes da diáspora timorense, principalmente em Portugal, é que pensaram o documento que seria adotado em todo o país após a restauração da independência:

A escolha da língua portuguesa como idioma oficial e nacional de Timor-Leste precede a resolução constitucional que a institui. Em 1998, a Carta Magna da Primeira Convenção Nacional de Timorenses na Diáspora, ocorrida em Portugal, afirmava que a língua portuguesa seria o idioma oficial do país. O documento final da conferência “Plano de Desenvolvimento Estratégico para Timor-Leste”, sugeria não só que a língua portuguesa fosse o idioma oficial, mas que o currículo a ser adotado nas escolas timorenses fosse similar ao existente no sistema de ensino português. As resoluções do Congresso do CNRT²⁴, em agosto de 2000, previam o mesmo. (SILVA, 2012, p. 338)

Na Constituição, o tétum e o português são previstos como línguas oficiais, conforme indicado no artigo 13.º (línguas oficiais e línguas nacionais):

1. O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.
2. O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado. (TIMOR-LESTE, 2002, p. 11-12)

²⁴ O CNRT – Conselho Nacional da Resistência Timorense – compreendia uma rede política do movimento de resistência à época da dominação do território pela Indonésia. Em 2007, o CNRT se transformou em um partido político, liderado por Xanana Gusmão, e com o nome alterado para "Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste".

A oficialização das línguas demandou uma série de ações, principalmente na área da educação, no serviço público e no sistema judiciário. Segundo Calvet, essa intervenção se justifica para que o planejamento linguístico possa de fato intervir no peso das línguas, na sua presença simbólica (CALVET, 2007, p.73) colaborando com a construção do imaginário de uma nação (ANDERSON, 1982).

O documento ainda prevê, em seu artigo 159.º, sobre as Línguas de trabalho: “A língua indonésia e a inglesa são línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.” (TIMOR-LESTE, 2002, p. 45)

Compreendo que essa previsão é uma tentativa, de certa maneira, de conciliar certa tradição linguística do país com a manutenção do uso da língua indonésia, sendo que a expressão “enquanto tal se mostrar necessário” caracteriza a intervenção política e de poder sobre o uso das línguas. Sobre os discursos que legitimam e distribuem oficialmente as línguas, cabe retomar as ideias de Foucault (2013, p.52), para quem: “[...] cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”. Nessa perspectiva, a visão que subjaz o regime de verdade sobre as línguas nos documentos timorenses se apoia em uma visão científica e estruturalista da língua e repousa no mito de que as línguas existem ontologicamente fora de um evento comunicativo (MAKONI & MEINHOF, 2006). O que gera tensões já detectadas por Carneiro (2010), que observou que no Timor-Leste, “as políticas linguísticas e educacionais sofrem, no processo de planejamento, de uma tensão entre os agentes locais e internacionais envolvidos no processo de planejamento, ou seja, de implementação das políticas”.

4.2.2 A LEI DE BASES DA EDUCAÇÃO DE TIMOR-LESTE (29 de outubro de 2008)

O processo de construção dessa lei foi decorrente da primeira missão de especialistas brasileiros em Educação em Timor-Leste (BORMANN & SILVEIRA, 2007). Segundo os autores,

[...] a implementação da língua portuguesa vem sendo apoiada e estimulada, principalmente, por Brasil e Portugal; a partir daí devemos considerar

uma complexa rede de relações entre as agências de cooperação internacional, a própria nação e os diferentes intelectuais timorenses e estrangeiros que intervêm no processo de ensino da e em língua portuguesa. (Bormann e Silveira, 2007, p. 236).

Essa missão também auxiliou a elaboração de uma Proposta de Desenvolvimento para o Currículo Nacional, para que se pudesse efetivar o proposto na lei. Na leitura desses documentos constata-se semelhanças com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/1996) do Brasil no tocante à Organização do Sistema Educativo (cap. II, Artigo 7º) e ao Planejamento Curricular, Artigo 35º – Princípios do Planejamento Curricular. Segundo esse artigo, o ensino e aprendizagem das línguas oficiais devem ser estruturados de forma que todos os outros componentes curriculares do ensino básico e do ensino secundário contribuam, sistematicamente, para o desenvolvimento das capacidades ao nível de compreensão e produção de enunciados, orais e escritos, em português e tétum.

Essa política leva à reflexão sobre quais são os impactos do letramento na vida dos timorenses e no modo como passam a significar suas “próprias línguas”, o papel que atribuem às línguas oficiais e nacionais. Segundo Makoni & Meinhof (2006, p. 195), “a objetivização da língua encoraja aqueles que elaboram políticas a pensar em termos de que pessoas possuem línguas, ou de quantas pessoas podem ser persuadidas a usá-las, ou de como essas línguas podem ser dadas a pessoas.” No caso de Timor, acredito que em de nome de um discurso que busca construir a ideia de uma nação moderna, a gestão das línguas apaga os sujeitos. Esse tipo de gestão vai refletir, como veremos adiante, nas políticas linguísticas *de facto*, que partem da prática desses sujeitos.

Em relação ao Ensino Básico, o Artigo 12º – Objetivos do Ensino Básico – prevê como objetivos: garantir o domínio das línguas portuguesa e tétum, proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira, desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, línguas oficiais e nacionais, história e cultura timorense, numa perspectiva de humanismo universalista e de solidariedade e cooperação entre os povos.”

A questão que ora se coloca na seleção deste artigo é como os timorenses, ou o “público leigo”, compreendem esse discurso sobre as línguas na sua relação com valores identitários e culturais do país, sendo

que, neste contexto, faz-se necessário ver a língua por um prisma diferente (MAKONI & PENNYCOOK, 2005), reexaminando os conceitos de língua feitos fora de arcabouços eurocêtricos, conforme proposto por Makoni & Meinhof (2006) para se pensar as questões de língua na África. Como exemplo disso, coloco em discussão a foto abaixo. O registro foi feito em um restaurante em Díli e mostra uma caixa na qual os clientes devem deixar uma “gorjeta” para os funcionários. Alguns poderiam questionar em que língua está o texto da caixa, mas ele é totalmente compreensível para clientes e para as funcionárias, que escreveram a mensagem.



No sistema escolar timorense, as línguas de ensino são o português e o tétum, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, artigo 8º, sendo que o sistema educativo compreende a educação pré-escolar, escolar, extraescolar e a formação profissional, organizando-se para a educação ao longo da vida. No decorrer do documento são explicitados os objetivos de cada fase, sendo que, na educação básica, está previsto que se alcance a “proficiência das línguas portuguesa e tétum”, bem como a introdução aos estudos de uma língua estrangeira, ou seja, um discurso instrumental sobre a língua, de onde se constrói um discurso também sobre os sujeitos, conforme a crítica de Abdelhay et al, em relação aos países africanos:

Também é (não) notável que os discursos hegemônicos institucionais tendem a tratar a alfabetização como uma "habilidade mensurável".

E, conseqüentemente, "pobres/baixas taxas de alfabetização" têm sido ideologicamente associadas a macro-categorias de identificação. (ABDELHAY et al, 2014, p. 1)

Com a leitura integral deste documento, constatam-se, não por acaso, semelhanças estruturais e discursivas no que se refere aos objetivos e funções da educação em Timor-Leste com a legislação educacional brasileira, fato que pode ser explicado pela elaboração conjunta deste documento pela primeira missão de cooperação do Brasil em Timor-Leste (BORMANN & SILVEIRA, 2007).

Nesse contexto, caberia refletir politicamente sobre duas questões, que, ao serem concebidas como alvo de políticas públicas, não são neutras: o currículo e as práticas de letramento. Isso porque, conforme Makoni & Meinhof (2006, p. 200), citando Reagan (1996), “a investigação sobre educação ocidental em contextos não ocidentais sujeita as práticas educacionais a um tratamento análogo ao do ‘orientalismo’, ao enquadrar tal tratamento como socialização”.

Nos artigos 12º, 17º e 35º, além de outras passagens que permeiam o documento, destaca-se o Artigo 13º dos Princípios do Planejamento Curricular:

O ensino-aprendizagem das línguas oficiais deve ser estruturado, de forma que todas as outras componentes curriculares do ensino básico e de ensino secundário contribuam, sistematicamente, para o desenvolvimento das capacidades ao nível de compreensão e produção de enunciados, orais e escritos, em português e tétum. (TIMOR-LESTE, 2008, não paginado)

O modelo de escola, das aulas e das práticas dos professores não é neutro, mas uma opção cultural e política. Na análise destes artigos, nota-se, novamente, que a política curricular e o currículo prescrito para a educação em Timor-Leste são, de certo modo, uma adaptação do modelo do currículo brasileiro e da LDB. Ademais, o currículo não pode ser estendido simplesmente de um contexto social, histórico e cultural a outro, pois a política sobre o currículo é um condicionamento da realidade prática da educação que deve ser incorporado ao discurso sobre o currículo.

Educação e letramento, então, poderiam ser repensados para tentar responder e intervir, do ponto de vista da comunidade timorense, na questão do plurilinguismo de Timor-Leste, onde práticas e línguas se hibridizam e onde também podemos encontrar o que, Couto (2009), ao refletir sobre ecologia linguística, nomeia como “multilinguismo territorial”, ou seja, o resultado de uma decisão política que criou um Estado em uma área onde convivem duas ou mais línguas. Ou, ainda, conforme proposto por Ofelia Garcia e Li Wei (2013) quanto ao conceito de *translanguaging*, assumindo como alvo educacional as práticas comunicativas que hibridizam línguas, extrapolando o próprio conceito de língua como unidade; tais concepções serão desmembradas teoricamente na dissertação. Na análise dos documentos, observamos que o multilinguismo é um dado estatístico que classifica a diversidade cultural particular de mais um país da comunidade da língua portuguesa. A situação legal de cada língua é o motivo alegado nos documentos para tentar definir/limitar as práticas em cada língua.

4.2.3 RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO NACIONAL 20/2011 (7 de Setembro de 2011)

Nove anos após a promulgação da Constituição Federal, que determinou o tétum e o português como as duas línguas oficiais do país, o Parlamento de Timor-Leste elaborou uma resolução direcionada ao governo executivo. Esse tipo de instrumento legislativo é uma recomendação, que, pelo mesmo por princípio, deve ser acatada, pois prevê prazos para a execução das “sugestões”. O documento “Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo” tem um título significativo e curioso. Apesar de usar língua no plural, só prevê, em relação ao tétum, “uma revisão da norma ortográfica”, que seria conduzida pelo Instituto Nacional de Linguística “em cooperação com as instituições responsáveis pelas escolas religiosas, uma comissão de peritos,

nacionais e de outros países lusófonos”. A resolução recomenda principalmente três atitudes do executivo²⁵:

- A criação de uma rede universal de ensino pré-escolar nas línguas oficiais que prepare as crianças, durante pelo menos dois anos, para entrar em contacto com o curriculum em língua portuguesa a partir do 1º ano;

- a introdução, a partir de Janeiro de 2012, do curriculum oficial em língua portuguesa para o terceiro ciclo, feito pela *Universidade do Minho* e entregue ao Ministério da Educação em Agosto de 2010, e do curriculum oficial em língua portuguesa para o ensino secundário, feito pela *Universidade de Aveiro*²⁶ e entregue em Maio de 2011, o que deverá ser precedido e acompanhado por formação intensa dos correspondentes professores, sob a responsabilidade das referidas universidades;

- a expansão para todas as capitais de distrito, incluindo a capital nacional, de Escolas de Referência nas quais todos os finalistas da formação inicial adquiram, durante um ano, pela prática acompanhada por docentes portugueses, os melhores padrões educativos em língua portuguesa, antes de serem colocados no sistema. (TIMOR-LESTE, Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, Jornal da República, p. 5134)

O Parlamento Nacional da época enxerga a língua portuguesa como um centro de convergência de toda a diversidade sociolinguística e cultural de Timor-Leste, que teria perdido sua identidade e peculiaridade na região durante ocupação indonésia. Assim, justifica seu apoio ao status (língua oficial) e incentivo em adotá-la plenamente no ensino escolar. O Parlamento também procura desconsiderar o fato de

²⁵ A avaliação é minha, tendo em vista que outras recomendações não dizem respeito diretamente à questão da língua, mas formação de professores, distribuição de alunos por turma etc.

²⁶ Os grifos são meus.

que, ao promover o português como oficial, as outras línguas do território corram o risco de perder sua “legitimidade” (CARNEIRO, 2013, p. 193). No entender da resolução aprovada por essa câmara:

O desafio, consagrado constitucionalmente em 2002, de adotar o tétum e o português como línguas oficiais, apesar de o tétum ter sido até então uma língua franca sobretudo falada e de o português ter sido entretanto reduzido a 5% da população, não foi mais do que o corolário da consolidação da identidade cultural e política de Timor-Leste, antes e durante a ocupação, e da sua afirmação pela diferença, que sempre existiu, em relação à outra metade da ilha e às ilhas vizinhas. (TIMOR-LESTE, Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011, Jornal da República, p. 5133).

A língua também é, para o Parlamento, facilitadora de uma “união”, com os demais países “lusófonos”: este seria um caráter estratégico da língua, que permitiria a interação com “povos historicamente irmanados no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”, o que reforça, em Timor-Leste, o imaginário de uma comunidade lusófona.

Por fim, na resolução, o parlamento prevê que a presença da língua portuguesa na ilha pode, ao se hibridizar com a língua nacional, enriquecer o tétum de Díli. É curioso o tratamento de língua “desinteressada” ao português. Para o Parlamento, sem o português, o tétum praça sucumbiria às ameaças dos vizinhos estrangeiros:

A evolução desta consolidação seria, pois fortemente prejudicada pela eventual ruptura da relação de complementaridade que existe entre as duas línguas oficiais, que permite que o tétum praça possa continuar a importar vocábulos de uma língua íntima e desinteressada à medida que se adapta às necessidades da administração do Estado de Direito soberano e à evolução da sociedade. Sem a língua portuguesa, o tétum praça, virando-se para as línguas oficiais dos países vizinhos, tornar-se-ia historicamente irreconhecível e, dada a dimensão relativa e

consequente força centrípeta das economias daqueles, a identidade cultural nacional acabaria por ser absorvida, a unidade interna e o Estado de Direito enfraquecidos e as liberdades políticas neutralizadas. (TIMOR-LESTE, Parlamento Nacional, 2011, p. 5133)

Sobre as disputas pelas línguas, existem, segundo Bakhtin (1998), duas forças operantes na vida social, a centrípeta e centrífuga. À primeira, visa à manutenção da língua por meio de normas impostas, favorecendo a unificação e centralização das línguas; a segunda opera de acordo com a tendência ao dinamismo e à mudança da língua, favorecendo a descentralização e ao plurilinguismo. Segundo o autor, “é possível dar uma análise concreta e detalhada de qualquer enunciação, entendendo-a como unidade contraditória e tensa de duas tendências opostas da vida verbal” ([1934-35]1998 p. 82). Assim, toma-se o problema das línguas em Timor Leste como lócus de materialização de uma tensão entre centralização/fechamento/unificação e descentralização/abertura/diversificação.

4.2.4 PLANO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO 2013-2017

Este documento consiste em um plano geral de ação deste órgão governamental para o período que vai de 2013 a 2017. Ele pode ser considerado como uma espécie de guia do Estado para a área em todos os níveis educacionais. Além disso,

[...] reflete as prioridades dos novos responsáveis políticos e integra as contribuições dos dirigentes e quadros técnicos do Ministério da Educação. A estrutura do documento respeita sete áreas fundamentais: (i) Educação Pré-Escolar, (ii) Ensino Básico, (iii) Ensino Secundário, (iv) Ensino Superior, (v) Ensino Recorrente, (vi) Gestão Geral, e (vii) Plano de ação no âmbito da Presidência de Timor-Leste da CPLP em 2014. (TIMOR-LESTE, 2012, p. 2)

Este documento expõe duas visões sobre a questão linguística no sistema educativo. A primeira é que tanto o português, quanto o tétum são classificados como sendo disciplinas prioritárias. No que tange exclusivamente à língua portuguesa, é mencionado que esta língua é “Língua não materna na condição de objeto de acordos com instituições educativas dos países da CPLP para a formação de professores”.

Nesse sentido, é interessante notar que, dentro desse Plano, há a disposição de se referir à língua, especificamente a portuguesa, como um objeto, nesse caso uma disciplina escolar tanto internamente quanto externamente em relação aos acordos de cooperação com países da CPLP. No entanto, é necessário perceber que tornar essa língua uma espécie de artefato institucional é operá-la no sentido de uma modernidade institucional, que visa a manutenção do poder do Estado sem se ater às reais necessidades de seus usuários. Fardon e Furniss (2003) alertam para essa objetificação da língua, a partir de sua categorização em língua da educação, nacional etc. Essa crítica dos autores estará mais detalhada no próximo tópico deste capítulo.

4.3 O DISCURSO SOBRE AS PRÁTICAS – AS VISÕES SOBRE A(S) LÍNGUA(S) NA FALA DE DUAS COMUNIDADES DE PRÁTICA CONSTITUÍDAS POR ESTUDANTES TIMORENSES

Após ter detalhado, no capítulo anterior, as visões institucionais sobre a(s) língua(s), baseadas em documentos que estabelecem pistas sobre a política linguística de Timor-Leste, a partir de agora passo a considerar os discursos dos falantes da(s) língua(s), especificamente estudantes de graduação e pós-graduação timorenses, baseados no Brasil e em Timor-Leste. O objetivo desta seção é esclarecer de que modo a questão linguística é discursivizada pelos estudantes, como eles compreendem e manejam os seus repertórios linguísticos, e também entender que sentido a língua portuguesa, especificamente, toma para esse público, a partir de suas experiências de aprendizagem e usos linguísticos. Em resumo, pretendo aqui refletir sobre como as políticas linguísticas governamentais podem ou não se refletir nas práticas linguísticas dessas comunidades e como estas resistem, ressignificam essas políticas.

Para isso, o trabalho contou, nessa fase, com duas etapas metodológicas, que consistiram (i) na realização de entrevistas semiestruturadas no Brasil e (ii) uma pesquisa com elementos etnográficos baseada em uma experiência docente em Díli. No Brasil, a pesquisa envolveu sete estudantes timorenses de cursos de graduação e pós-graduação, que fazem intercâmbio na Universidade Federal de Santa Catarina, campus de Florianópolis. Em Timor-Leste, a investigação foi feita entre estudantes finalistas do curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa, da Universidade Oriental Timor Lorosa²⁷ (Unital), durante minha codocência na disciplina Sociolinguística, sobre a qual tecerei detalhes no item 3.2.2.

Para efeitos dessa pesquisa, decidi envolver estes participantes por entender que eles formam o que Eckert e McConnell-Ginet (1992), inspiradas em Lave e Wenger (1991), compreendem como uma comunidade de prática dentro da sociolinguística qualitativa:

O conceito de comunidade de prática retira da noção de comunidade sua caracterização em termos de localização ou população e define uma comunidade pelo seu engajamento social [...] é um conjunto de pessoas agregadas em razão do engajamento mútuo em um empreendimento comum. Modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder – em resumo, práticas – emergem durante sua atividade conjunta em torno do empreendimento. (ECKERT & MCCONNELL-GINET, 1992, p. 102)

²⁷ A única universidade pública de Timor-Leste é a Universidade Nacional Timor Lorosa^e (UNTL). Pelos padrões do Brasil, a Unital é considerada uma universidade privada. No entanto, devido às diferenças nesse conceito pública/privada entre Brasil e Timor-Leste, - como, por exemplo, o pagamento de mensalidades pelos alunos timorenses em ambas - não entraremos em maiores detalhes aqui sobre essa característica da Unital, considerando que ela não é relevante para essa análise. Atenta-se para o fato de que os alunos timorenses que frequentam o nível superior correspondiam, em 2010, a cerca de 1% da população adulta, de acordo com GUSMÃO (2010), com base em dados do Ministério da Educação, Política da Educação e Cultura de Timor-Leste 2006-2010. Donde se conclui que é ainda a elite timorense que consegue ter acesso ao ensino superior.

Os estudantes que viajam ao Brasil para continuar sua formação e os alunos da disciplina de sociolinguística em Timor-Leste estruturam-se, no meu entender, em comunidades de prática por serem indivíduos que dão sentido às suas práticas, (re)constroem suas identidades sociais, memórias e discursos por meio de suas agências dentro de um grupo que compartilha processos de aprendizagem. Só podemos compreender esses indivíduos a partir do seu pertencimento a essas comunidades e das trocas aí realizadas. No entanto, é necessário destacar que comunidades de prática existem por toda a parte, podem ser fluidas ou formais em sua organização e que os indivíduos não estão envolvidos necessariamente em somente uma, tendo em vista que as atividades humanas são de toda a parte, com finalidades variadas e nos mais diversos ambientes: escola, trabalho, família etc.

A partir do exposto, esta seção do capítulo 4 se divide em outras duas subseções; na primeira situo a comunidade de prática no Brasil e, tendo feito um recorte das falas obtidas durante as gravações com os estudantes, traço considerações a respeito de três temas definidos após a transcrição das entrevistas: i) Sobre as línguas do/no país; e ii) sobre as línguas e o sistema educativo; e iii) sobre o “benefício” da língua portuguesa. A segunda subseção traz reflexões feitas a partir de uma abordagem com elementos da etnografia, possibilitadas por meu trabalho em sala de aula em Díli. Mesmo sem focar prioritariamente a política educacional neste trabalho, sigo a recomendação de Erickson (1986), que destaca o espaço da sala de aula como uma possibilidade para compreender a sociedade:

A pesquisa interpretativa no ensino, não é só um método alternativo, mas uma visão alternativa de como a sociedade funciona e como escolas, salas de aula, professores e estudantes atuam dentro da sociedade. (ERICKSON, 1986, p. 158)²⁸

4.3.1 A COMUNIDADE DE PRÁTICA NO BRASIL

²⁸ “Interpretive research on teaching, then, is not only an alternative method, but an alternative view of how society works and of how schools, classrooms, teachers. and students work in society.”

Em fevereiro de 2013, pela primeira vez, a Universidade Federal de Santa Catarina recebeu para intercâmbio acadêmico um grupo de 13 estudantes de Timor-Leste. A chegada dos estudantes faz parte de um programa de cooperação entre os governos brasileiro e timorense. Das 13 (treze) pessoas, 11 (onze) estão matriculadas em cursos de pós-graduação e 2 (duas) na graduação. Todos vieram ao Brasil com bolsas compartilhadas entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vinculada ao Ministério da Educação do Brasil, e o Ministério da Educação de Timor-Leste.

Considero importante agora fazer um breve relato da minha aproximação com o grupo. Ao saber da chegada desses estudantes por meio de um colega comum, me interessei por compartilhar com os timorenses meus pensamentos sobre a dissertação que começava a desenvolver. Mas mais do que conhecê-los e informá-los do meu objetivo, no convívio com os timorenses passei a considerar a possibilidade de convidá-los a participar da pesquisa, motivada pela curiosidade que as práticas multilíngues de todos me despertou. Provenientes de um país que tem na Constituição a língua portuguesa como uma das línguas oficiais – ao lado da língua tétum, conforme detalhado no capítulo anterior –, o grupo praticamente não utiliza a língua portuguesa fora do ambiente da sala de aula, a não ser que o interlocutor seja um falante de língua portuguesa. Entre eles, ocorrem trocas linguísticas em tétum e nas várias línguas regionais próprias de cada um de Timor-Leste, além da língua indonésia. Em menos de uma semana após nosso primeiro encontro, já me sentia à vontade entre todos. Alguns, mesmo sem termos sido apresentados pessoalmente, já me cumprimentavam com extrema simpatia.

Em um primeiro momento, me envolvi com essas pessoas por meio de reuniões que tinham como objetivo organizar uma festa para apresentar esses novos estudantes à comunidade universitária da UFSC. Os nossos encontros foram quase quinzenais até o dia da festa; e me foi pedido pelos organizadores que contribuísse com a revisão formal dos textos dos discursos em língua portuguesa que os estudantes fariam no dia do evento. Convém acrescentar que os estudantes, chamados bolseiros e que fazem intercâmbio no Brasil, recebem, ainda em Timor-Leste, aulas de língua portuguesa e de conteúdos referentes aos cursos

que frequentarão aqui, ministradas por professores brasileiros²⁹. A comissão organizadora da festa era formada por, além de timorenses, professores e pesquisadores do Grupo de Estudos interdisciplinar da UFSC, DICITE (Discursos da Ciência e da Tecnologia na Educação), por professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, do Centro de Ciências da Educação, do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências Biológicas. Três professores desse mesmo grupo são responsáveis pelo intercâmbio e também são os coordenadores acadêmicos do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP), que mantém naquele país cerca de 50 professores brasileiros. Sobre esse programa apresentarei mais detalhes ao final deste capítulo.

A festa chamada *Saran áan mai Timor Lorosa 'e!* (uma tentativa de traduzir para o tétum a expressão *Bem-vindo a Timor-Leste*³⁰) foi realizada no dia 31 de outubro de 2013 e contou com a presença do então embaixador do Timor-Leste no Brasil naquela época, Domingos de Souza, como uma das principais autoridades. Dentre vários discursos, o representante dos alunos, após elogiar e agradecer a oportunidade de participar dessa iniciativa de Brasil e Timor-Leste, pediu desculpas à plateia por seu “português ainda não bom”.

²⁹ Por não ter participado diretamente da formação dos bolsеiros em Díli e por ter tomado conhecimento dessas aulas por meio de reuniões em que o assunto era tratado e conversa com colegas cooperantes, não discutirei essa formação e como a aprendizagem é realizada ainda em Timor-Leste.

³⁰ É importante destacar aqui como entre timorenses e organizadores da festa a língua é vista como uma entidade “pura”, imune a hibridismos e empréstimos. Em Díli, capital de Timor-Leste, para receber turistas e estrangeiros que visitam o país há várias placas com a expressão *Bemvindo iha Timor-Leste* ou *Bem-vindo iha Timor-Leste* (Bem-vindo a Timor-Leste se quisermos traduzir para a língua portuguesa). No entanto, para decidir sobre o nome do evento, os organizadores pediram aos estudantes que traduzissem a expressão *bem-vindo*, se esquecendo que o tétum praça, considerado por muitos pesquisadores a língua franca do país, apresenta hibridismo e acolhe empréstimos de diversas línguas, conforme constatou Silva (2012). A autora percebeu que entre 2002 e 2003 havia pelo menos três variedades do tétum praça em Díli, uma com influência do português; uma com influência do bahasa indonésio; e uma com influência do inglês; e que cada uma dessas variedades era utilizada de acordo com o local de residência das pessoas durante o período em que Timor-Leste foi uma província da Indonésia. Atualmente a língua conserva esse hibridismo, mas, em termos de léxico, o português é a língua que mais fornece empréstimos para o tétum.

Figura 2 - Estudantes timorenses, professores da UFSC e da UnB e autoridades após o evento *Saran áan mai Timor Lorosa'e!*. (Fonte: http://noticias.ufsc.br/files/2013/11/DSC_0007.jpg)



A esta resumida experiência de campo sobre meu encontro com os estudantes timorenses, acrescento a partir de agora a transcrição de alguns trechos seguida das reflexões que proponho para analisar as sete entrevistas realizadas com integrantes dessa comunidade de prática. O que caracteriza essa comunidade é o fato de que nela os estudantes compartilham, além da(s) língua(s) – a comunicação entre eles é realizada principalmente em tétum ou por meio das línguas regionais do Timor – e dos costumes do país de origem, o mesmo propósito por estarem no Brasil: continuar a formação iniciada em Díli. Para refletir teoricamente sobre a fala dos timorenses optei metodologicamente por recorrer ao que propus em um capítulo anterior como os pressupostos teóricos desse trabalho. Assim, creio deixar claro a partir de que perspectiva essas pessoas compreendem suas práticas linguísticas. A questão de se analisar a representação na fala dos timorenses é discutida

por alguns estudiosos do sudeste asiático, entre eles Silva (2014), que constatou que:

Ao contrário da percepção que aborda a fala como representação, suporte ou expressão de algo que existe fora e antes dela, de modo que ela, a palavra, seria desprovida de agência, em muitos contextos leste-timorenses a palavra tem poder. Assim como as pessoas, o manejo adequado das palavras cria situações, impõe certa ordem das coisas. (SILVA, 2014, p. 133)

Nas gravações pode-se perceber que a dimensão cultural da palavra para os timorenses é carregada de certo respeito que chega a soar como a repetição de um enunciado pronto, quase sempre já emitido no discurso de alguma autoridade. Por mais paradoxal que alguns discursos possam parecer, observei em Díli que, ao lado do cenário multilíngue peculiar local, há realmente entre o povo timorense uma postura de considerar especificamente a língua portuguesa como um recurso valioso para o país, o que poderá ser observado nas falas abaixo. Mattoso (2012), ao propor um relato sobre a história de Timor-Leste, principalmente no período da resistência à Indonésia, a partir de um de seus principais líderes, Konis Santana, observou que:

[...] o respeito, para os Timorenses, é um valor primordial no plano das relações humanas. Verifiquei depois, por experiência própria, como esse valor influencia as relações entre as pessoas, Respeitar os mais velhos, as autoridades, os padres, as religiosas, os liurais, os dirigentes de qualquer sector ou função, os pais e mães, os irmãos e irmãs mais velhos [...], segundo uma variada escala hierárquica cheia de ramificações e subtilezas, é uma exigência fundamental da ideologia social timorenses. (MATTOSO, 2012, p. 9)

Este exercício de confrontar os discursos dos timorenses com a teoria é interessante para perceber até que ponto esse mesmo discurso já não é uma maneira de resistir à língua portuguesa, pois, por mais repetitiva que soe a fala, a prática me revelou uma postura multilíngue.

O que quero ressaltar daqui para frente são colocações dos entrevistados a partir dos três temas já enumerados anteriormente. Por meio dessas categorias – elencadas a partir das falas analisadas – é que realizei minhas reflexões.

As entrevistas realizadas no Brasil envolveram conversas com sete estudantes entre os dias 10 e 11 de dezembro de 2013 no campus da UFSC em Florianópolis. Os nomes dos participantes da pesquisa foram trocados por outros comuns em Timor-Leste, com o objetivo de respeitar o anonimato dos participantes, já que, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado pelas pessoas que colaboraram para esse trabalho, havia uma cláusula que previa esse anonimato.

Um perfil dos estudantes envolvidos na pesquisa feita ainda no Brasil encontra-se na tabela a seguir:

Tabela 1 - Perfil das pessoas da comunidade de prática no Brasil

| Nome, idade | Nascimento (Distrito) | Língua(s) que fala | Língua (s) “da família” | A(s) língua(s) da escola ³¹ |
|-------------|-----------------------|--------------------|-------------------------|--|
|-------------|-----------------------|--------------------|-------------------------|--|

³¹ Línguas por meio das quais os indivíduos tiveram acesso às disciplinas escolares antes de frequentar o curso superior. Conforme já vista no capítulo anterior, as línguas atuais do sistema educativo de Timor-Leste são o tétum e o português, de acordo com a Lei de Bases da Educação. No entanto, a realidade, como pude constatar presencialmente e por meio de relatos de alunos, é diferente. Há escolas que adotam ainda a língua indonésia e outras que, nos primeiros anos do nível escolar, utilizam a língua materna pelo menos para explicar os conteúdos às crianças. Nesse sentido, continua a causar discussão no Parlamento Nacional dois decretos-lei do governo que preveem a formalização do ensino em língua materna na educação pré-escolar e nos dois primeiros ciclos do ensino básico (sobre a divisão do sistema educativo timorense ver nota de rodapé 10). Para alguns parlamentares, essa formalização prejudica a presença da língua portuguesa no sistema escolar.

| | | | | |
|-----------------------------|----------|--|-------------------|-------------------|
| Jerito, 42 | Viqueque | Português Tétum Makasai Naueti Waimaha Kairui Malaio | Tétum | Indonésio |
| José, 40 | Viqueque | Naueti Tétum Makasai Malaio Indonésio Português Inglês | Tétum Naueti | Malaio e tétum |
| Vasco, 23 | Baucau | Naueti Makasai Fataluku Tétum Kairui | Naueti Makasai | Indonésio |
| Santina, 28 Díli | Díli | Tétum Mambai Kemak Indonésio Inglês | Tétum Mambai | Indonésio |
| Expedito, 37 | Viqueque | Tétum Makasai Naueti Waimaha, Midiki | Tétum | Indonésio |
| Milton, 33 | Viqueque | Tétum Naueti Makassai | Makassai | Indonésio |
| David, 43 | Manufahi | Bunak Português Tétum | Bunak | Indonésio |

Considero que a língua, nos níveis discursivo e estrutural, é um local de hibridizações. Essas novas “formas” produzidas a partir desse fenômeno são legítimas expressões da agência de falantes nesses mesmos níveis. Por isso, ao fazer a transcrição ortográfica das entrevistas, preservei o que ouvi e compreendi. Procurei, ainda, respeitar ao máximo a variedade da língua portuguesa que começa a se formar em Timor-Leste e que difere, principalmente, em aspectos fonológicos e morfossintáticos, de outras variedades do português (Brasil, Portugal e países do PALOP). O objetivo foi desenvolver uma transcrição ortográfica ampla e ser fiel à fala dos timorenses.

O que considerei irrelevante ou até mesmo incompreensível durante a transcrição foi retirado do texto, mas está sinalizado com três pontos e entre colchetes – [...] –, para ficar claro que ali pode ter havido um corte/intervalo no fluxo do discurso da pessoa entrevistada, natural ou motivado por escolha minha. A escolha das falas a partir das quais proponho essa análise foi realizada a partir de três critérios: i) compreensão do que ouvi; ii) adequação das respostas ao questionamento feito; iii) relevância da resposta. Admito que essa relevância não passa de um critério subjetivo, mas esclareço que nesse sentido procurei levar em conta a não repetição de uma resposta já dada por outro participante. As categorias utilizadas para dividir as falas em temas foram as que, ainda durante as entrevistas, mas ainda mais no processo de transcrição, ressaltaram no que se propunha, inicialmente: ser uma conversa sobre o lugar da(s) língua(s), a visão sobre a(s) língua(s) e especificamente sobre a língua portuguesa em Timor-Leste, e o reflexo dessa língua exógena no cotidiano local. Com o decorrer da pesquisa e o estudo dos documentos oficiais é que decidi realizar o confronto das práticas que me foram passadas por esses discursos com as políticas institucionais linguísticas.

Finalmente, um aspecto que é importante considerar quando se observa o conteúdo dos discursos é o lugar de onde a pesquisadora fala. O reconhecimento, por parte dos estudantes, de que se trata de uma professora de língua portuguesa que já havia revelado a intenção de trabalhar em Timor-Leste, pode ter gerado nos estudantes expectativas sobre quais as respostas poderiam soar mais “adequadas”. Além disso, é

necessário mencionar que todas as entrevistas foram feitas em língua portuguesa, o que pode influenciar na elaboração final das respostas pelos entrevistados. Cada entrevista consumiu um tempo de gravação distinto, baseado nas respostas dos estudantes, que foram informados de que poderiam se expressar durante o tempo que achassem necessário, como se pode observar na próxima tabela:

Tabela 2 - Tempo de duração das entrevistas

| Nome do entrevistado/a | Duração da entrevista |
|------------------------|-----------------------|
| Jerito | 20'19'' |
| José | 13'50'' |
| Vasco | 28'47 |
| Santina | 16'41'' |
| Expedito | 17'08'' |
| Milton | 11'13'' |
| David | 15'57'' |

4.3.1.1 Sobre as línguas do/no país

O multilinguismo de qualquer região geográfica do mundo, de maneira tradicional, é resultado de um cálculo numérico que resulta em uma quantidade de línguas catalogadas, inicialmente, por linguistas e/ou missionários. O censo é um dos instrumentos utilizados por governos, principalmente para legitimar a existência de um determinado número de línguas em um país, no embalo de uma “vontade de saber” (Foucault, 2006) do Estado, produzindo saberes sobre as línguas com estatuto de verdade. Enumerar e classificar as línguas de acordo com categorias pré-definida não leva em conta, em alguns casos, a pluridiscursividade local e transforma a(s) língua(s) em algo estático, imaculado e intocável. E também não considera o trânsito linguístico/discursivo nos quais os falantes se envolvem em cenários multilíngues. Fardon & Furniss (2003), ao refletirem sobre um cenário específico, o de alguns países do continente africano, sugerem que a capacidade desse povo de atuar em várias línguas é ressaltada, por políticas linguísticas oficiais, como um aspecto negativo, em que a complexidade linguística se torna um problema a ser gestado. Isso é reforçado pela incapacidade ou falta de vontade de autoridades estatais em contemplar a diversidade e a

dinâmica linguística próprias de um cenário como esse. Pelo contrário, o que os Estados promovem é a objetificação da língua:

A linguagem pode ser objetificada espacialmente, ou pseudo-espacialmente, em termos de genealogias e listas, mas pode também ser objetificada de maneira funcional atribuindo usos setoriais a diferentes línguas. A alocação pode ser formalmente instalada, onde determinadas línguas africanas e europeias são atualmente línguas oficiais ou nacionais de estados contemporâneos para serem usadas em determinados propósitos (econômico, legal, político, educacional, burocrático e assim por diante), ou pode ser baseada informalmente no senso comum que práticas linguísticas particulares são necessárias para a "linguagem do comércio", "linguagem do coração", "linguagem da religião" etc. (FARDON & FURNISS, 2003, p. 13)³²

Um exemplo disso é a discussão que se trata atualmente em Timor-Leste, sobre dois decretos-lei do governo que incluem o ensino em línguas maternas na educação pré-escolar e nos dois primeiros ciclos da educação escolar. Para alguns parlamentares e linguistas locais, esses decretos representam uma ameaça ao desenvolvimento da língua portuguesa no país³³. Nas entrevistas realizadas, o que foi percebido é que a objetificação da diversidade linguística de Timor-Leste é também é uma marca no discurso dos timorenses, que se preocupam em

³² “Language may be objectified spatially, or pseudo-spatially, in terms of genealogies and lists, but it may also be objectified functionally by allotting different languages sectoral uses. The allocation may be formally installed, where particular African and European languages are current in contemporary states as official or national languages to be used for definite purposes (economic, legal, political, educational, bureaucratic and so forth), or it may be based informally in common recognition that particular language practices are required for the ‘language of commerce’, ‘language of the hearth’, ‘language of religion’ etc.”

³³ Essa é, por exemplo, a posição do presidente do Instituto Nacional de Linguística, Benjamin Corte-Real, manifestada em entrevista gravada no dia 7 de março de 2015, e do primeiro Primeiro-Ministro de Timor-Leste, Mari Alkatiri, também em entrevista realizada em 8 de março de 2015.

legitimar numericamente as manifestações linguísticas, diferenciando língua de dialeto, o que revela a valoração que o grupo dá à própria diversidade:

Jerito - Timor-Leste tem 17 língua nacionais e 36 dialetos. [...] Eu só fala mais ou menos é 6 línguas. [...] língua tétum todo mundo saber e nós sempre utilizamos essa língua. [...] porque língua tétum é segunda língua oficial do Timor-Leste depois de língua portuguesa.

Expedito - Lá Timor-Leste existe 36 dialetos.

Essa preocupação com a “contabilidade linguística” pode ser vista como herança de uma ideologia colonial, que buscou apreender a realidade do território a partir de uma ilusão numérica. Appadurai (1993), por exemplo, ao criticar essa prática numérica utilizada pelos britânicos na Índia, sugere que esse processo constituiu uma tentativa de controle da realidade local por meio da burocracia colonial:

[...] gradualmente os números se tornaram a mais importante parte da ilusão do controle burocrático e uma chave do imaginário colonial no qual abstrações contáveis, como pessoas e recursos em um nível imaginável e para todos os propósitos possíveis, criaram a sensação de controle da realidade indígena. (APPADURAI, 1993, p. 117)³⁴

Confirma-se nesses excertos a percepção por parte dos entrevistados de que para cada língua há um uso social, definido a partir das práticas dos falantes. Trata-se de uma disciplinarização das línguas, conforme funções, papéis sociais, finalidades e contextos de uso, muito embora se observe que as práticas linguísticas reais tendam a misturar muitas delas ao invés de enquadrá-las em setores pré-definidos. Dentre todas as línguas, o tétum – também língua oficial constitucionalmente –

³⁴ “[...] numbers gradually became more importantly part of the illusion of bureaucratic control and a key to a colonial imaginary in which countable abstractions, of people and resources at every imaginable level and for every conceivable purpose, created the sense of a controllable indigenous reality.”

é ressaltado pelos estudantes como a língua franca no território. Ao mesmo tempo, a língua indonésia, imposta à população durante 24 anos, continua, no entender dos estudantes, com uma forte presença no território:

José - Quase a maioria da população do meu país fala a língua malaio, metade também um dialeto que a maioria é puxa a novas gerações formadas na época de colonização indonésia, então quase a metade da população fala a língua malaio e também tétum.

Vasco - Na minha família nós usamos a língua naueti, porque nós somos naueti. Mas nós moramos dentro da sociedade de makasai, então, por exemplo, maioria na minha escola maioria são pessoas makasai, então eu tentei falar makasai com elas para interagir com elas. [...] nos locais que é mais isolado tem alguém que não sabe o que é tétum. [...] é a língua mais falada.

Santina - Com família sempre tétum, todo dia sempre fala tétum, às vezes mistura inglês. [...] Meu pai fala bem português, mas ela nunca aplica, quando aplica quando coisas que é importante ela quer falar com nós.

Expedito - Para todo mundo, para todo mundo é tétum.

A partir das análises realizadas no cenário africano por Zeleza (2006), pode-se acrescentar, a respeito da enumeração das línguas, conforme vista nos excertos iniciais, a compreensão de que as línguas são vistas como objetos autônomos, o que implica em pelo menos duas manobras discursivas:

Primeiramente, estabelecendo barreiras entre línguas e dialetos nas quais algumas línguas são unificadas [...] e outras são separadas [...] de acordo com a cartografia da administração colonial e a evangelização. [...] Em segundo lugar, como as línguas indígenas foram inventadas ou reinventadas, as metalinguagens para descrevê-las também foram inventadas. (ZELEVA, 2006, p. 22)³⁵

Na fala de Vasco, por exemplo, *ser naueti é falar naueti*. De fato, as atuais fronteiras de Timor-Leste também foram construídas pelas metrópoles coloniais e as ideias de pertencimento dos grupos etnolinguísticos locais são, sim, resultado de uma construção realizada pela elite de Díli nas escolas católicas a partir da década de 1960. De acordo com Simião (2014), é dentro dessas escolas que se começa a tomar corpo a noção de unidade nacional³⁶.

Um estudioso timorense, o escritor Luis Costa, acrescenta que, a partir dessa construção de uma identidade nacional e para além das necessidades cotidianas de comunicação, as línguas em Timor “descrevem uma visão particular de uma realidade e, ainda, a forma como a comunidade que fala essa língua conceptualiza o mundo que a rodeia” (COSTA, 2012, p. 214).

4.3.1.2 Sobre as línguas e o sistema educativo

³⁵ “First, establishing boundaries between languages and dialects in which some languages were unified [...] and others were separated [...] according to the imperatives of colonial administrative cartography and evangelization. [...] Second, as indigenous languages were being invented or reinvented, the metalanguages to describe them were also being invented.”

³⁶ Comunicação pessoal feita durante a palestra “Desafios para Compreender e Agir nos Mundos de Timor-Leste”, pelo antropólogo Daniel Simião, durante a Formação de Professores Cooperantes do Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP/Capes), no Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (Infordepe) em Díli, no dia 10 de outubro de 2014.

Conforme pode ser observado na tabela 1, a maioria das pessoas da comunidade de prática no Brasil que participou da pesquisa frequentou a maior parte de sua vida escolar³⁷ o período em que a língua indonésia era a língua do sistema educativo. Pelo menos Vasco, de 23 anos, Santana, 28, Expedito, 37, e Milton, 33, nasceram nessa época. Jerito, 42, José, 40, e David, 43, nasceram ainda durante a época do Timor Português, mas foram alfabetizados quando o território já era Timor Timur. Se considerarmos que o período de ocupação indonésia foi de 1975 a 1999, a geração que hoje tem, no mínimo, 40 anos, se formou e foi submetida à língua indonésia durante toda a sua vida escolar (além de ser a língua predominante na mídia, discursos oficiais etc). Ainda hoje a utilização da língua indonésia supera o da língua portuguesa entre os jovens, como mostram os dados compilados pelo censo de 2010 (DIRESAUN NASIONAL ESTATÍSTIKA, 2010) sobre a taxa de letramento, até aquela época, de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, em comparação com os dados de 2004. Além disso, a língua indonésia, conforme pude observar durante o ano que vivi em Díli, também é utilizada, por exemplo, nas legendas dos filmes exibidos pela principal casa de cinema da cidade (localizada no shopping *Timor Plaza*) e na maioria dos programas de televisão.

Tabela 3 – Taxa de letramento entre pessoas de 15 a 24 anos em 2004 e 2010

| Ano | Tétum | Indonésio | Português | Inglês |
|-------------|-------|-----------|-----------|--------|
| 2010 | 77.8 | 55.6 | 39.3 | 22.3 |
| 2004 | 68.1 | 66.8 | 17.2 | 10.0 |

Por todos esses fatores, a língua indonésia, ou o malaio³⁸ como também a chamam os timorenses, ainda é um recurso linguístico importante para essa comunidade de prática, conforme podemos ver nos depoimentos que seguem:

³⁷ A atual organização do sistema educativo em Timor-Leste compreende a educação pré-escolar e a educação escolar. A educação escolar, por sua vez, se divide em ensino básico (para crianças com idade a partir de 6 anos e com duração de nove anos divididos em três ciclos), ensino secundário e ensino superior. Na época indonésia, segundo GUSMÃO (2010), os níveis da educação escolar atual correspondiam ao ensino fundamental, médio e superior.

³⁸ O bahasa indonésio, ou a língua indonésia, conforme lembra Calvet (2007), foi a língua oficializada pela Indonésia a partir do malaio.

Jerito - Timor-Leste é em primeiro lugar nós utilizamos a língua malaio, ou mais conhecido lá é língua indonésia. [...] Mas depois de independência, restauração da independência 2002, 2002, o nosso governo escolheu a língua portuguesa é a língua oficial, mas [...] neste momento utiliza a escola básico até a escola médio todo utiliza a língua portuguesa, mas na universidade utiliza língua mistura, maior parte utiliza a língua malaio e explica como a língua tétum, porque língua tétum é segunda língua oficial do Timor-Leste depois de língua portuguesa. [...] escrevemos a língua portuguesa, depois explica como língua malaio ou língua tétum para os alunos melhor compreender.

José - Quando eu era [...] estudante, eu usei língua malaio e língua tétum lá na escola. [...] A universidade lá no Timor era a Indonésia e eu usei também tétum e malaio. [...] Atualmente no meu trabalho eu utiliza língua tétum e língua português como língua oficial, língua que oficialmente utiliza na área educação. Eu misturo um pouco com o tétum quando...

Pesquisadora - Português e tétum?

José - Português e tétum.

Vasco - Português nós não falamos português porque naquele momento no meu ensino básico era na era da Indonésia, né? Então nós não falamos língua portuguesa. Quando depois da independência, no 2003, eu já tava no ensino médio, então iniciamos a nossa língua portuguesa, mas a língua portuguesa como uma aula, uma aula; daí a tempo a aula de português nós falamos português, mas durante a aula a língua referência do ensino é língua indonésia. [...] Quando era eu criança, comecei ensino básico até ensino superior que língua que na formação é indonésia e inglês. Inglês não é só a língua, mas é matéria inglês. Então comecei ensino pré-secundário, aqui ensino fundamental, e até ensino superior. [...] As aulas tudo em indonésio.

Santina - Dar aula é indonésio; depois 2009, 2010, assim, fui dar aula com o português, mas é área que eu deu é tétum com tétum; religião e moral é com tétum.

Expedito - Eu acho que lá Timor-Leste para transformar o meu conhecimento para todos alunos preciso bem conhece três língua. Primeiro, o português; segundo, língua malaio; e terceiro, língua tétum. Porque a maioria pessoa, maioria estudante lá Timor-Leste talvez não entenda bem português. Por isso, para facilitar entendimento dele e talvez com língua português quando eles não entende bem, talvez através de língua tétum; quando língua tétum ele não entende bem talvez com língua, língua malaio. Mas quando a pessoa que tem conhecimento sobre língua inglês pode ser através de língua inglês. Baseado na necessidade das pessoas que encontremos [...] na sala de aula.

É interessante observar como, mesmo considerando a língua portuguesa com certo prestígio, por ser a língua oficial, os entrevistados reconhecem que a necessidade e o público para o qual se fala é que ditam os usos e práticas linguísticas, pelo menos em relação ao ambiente educacional. Isto pode ser constatado, por exemplo, na fala de Expedito. Este posicionamento é no mínimo curioso, já que, na visão, por exemplo, de Berenblum, “o sistema educacional, baseado numa única língua comum, contribui para a afirmação da identidade nacional”. (BERENBLUM, 2003, p. 126). Ou seja, pelo menos em relação a esta comunidade de prática, posso depreender que não é a escola o lugar onde se produz essa afirmação, apesar de, conforme visto nos documentos institucionais, ser esta uma das metas da política linguística timorense. O multilinguismo e os hibridismos, conforme inferidos na fala de Jerito, talvez sejam os principais recursos de professores de Díli para alcançar seus objetivos comunicativos durante a aula. Outro recurso que emerge nas práticas linguísticas educacionais é o *trasnlanguageing* (GARCIA, 2009), conforme pode-se notar na fala de Expedito. Ao dispor de um repertório linguístico amplo, o aluno busca adaptá-lo conforme o seu interlocutor, mas não somente pela alternância do código, mas, também, pela dimensão discursiva.

No entanto, como perceberemos a seguir, os discursos dos timorenses concebem a língua portuguesa como uma língua de prestígio. Essa noção foi construída a partir de três fatores principais: a colonização portuguesa, a religião católica e a resistência de muitos timorenses ao governo indonésio. Para os participantes da pesquisa, é preciso aprender a língua portuguesa, reconhecer seu valor simbólico como marca da resistência ao *invasor*³⁹ indonésio e como constituidor da identidade “lusófona” timorense. Nesta discussão fica mais forte a impressão do discurso monofônico gerado em torno da importância da língua portuguesa em Timor-Leste. Um discurso construído, à primeira vista, de maneira vertical, pois como se pode notar após a leitura dos documentos oficiais, soa como um eco destes. Tal aspecto se confirma quando Silva (2012), ao relatar uma reunião ocorrida em 2002 para discutir o sistema de justiça de Timor-Leste, atribui como fala do então Ministro da Justiça:

A língua portuguesa é a língua da identidade timorense e *quer queira quer não esta é a língua oficial*⁴⁰. A questão é de boa vontade para aprender a língua portuguesa. Os que já sabem português vão e os que ainda não sabem vão receber treinamento. (SILVA, 2012, p.363)

Sobre as concepções que as pessoas da comunidade de prática compartilham sobre a língua portuguesa, para fins desta pesquisa considero algumas afirmações feitas durante as entrevistas reveladoras da repercussão que o discurso oficial promove entre a elite que tem acesso ao conhecimento nesta língua. Mesmo que um dos entrevistados recorde que o português, historicamente, é uma “língua estrangeira” e língua *do colonizador*, ironicamente, os estudantes reforçam que a língua oficial de origem europeia “faz parte” do processo de libertação timorense, conforme já está “consagrada na Constituição”.

³⁹ É interessante observar, tanto no Brasil como em Díli, como os vocábulos *invasão* e *ocupação* são utilizados para se referir ao período que compreendeu a província de Timor Timur. Para explicar fatos ocorridos no Timor Português a referência é a palavra *colonização*, embora nesta época guerras tenham ocorrido entre portugueses e timorenses contrários à metrópole colonial.

⁴⁰ Grifo meu.

O valor simbólico de ter sido a língua utilizada pelas “lideranças”, se referindo aos que comandaram a resistência à Indonésia, parece ser irretocável, porquanto alguns entrevistados se referem à língua portuguesa como “língua dos guerrilheiros” e “língua da resistência”. É uma suposição tentadora considerar que o fato de ter sido por meio dela (língua portuguesa) que se intermediou o processo de restauração da independência de Timor-Leste (pré-1999) – por meio de uma campanha internacional –, muitos timorenses considerem que esta língua tem a capacidade, por exemplo, de aproximar o país asiático da comunidade internacional “moderna”, enquanto integrante da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O que ressalta é o fato de praticamente toda a comunidade de estudantes considerar que, enquanto cidadão de Timor-Leste, existe em cada timorense a obrigação de se saber a língua portuguesa, reproduzindo assim o discurso feito no passado pelo Ministro da Justiça, conforme está relatado acima. Os extratos abaixo possibilitaram essa reflexão:

Jerito - língua portuguesa é língua oficial do Timor-Leste, *quer não quer, nós tem queremos para aprender e falar.* [...] Língua portuguesa em princípio é língua oficial do Portugal [...], mas depois de 100, 1515, quando português, português chegou lá em Timor-Leste, [...] Timor-Leste faz parte de Portugal, é uma província de Portugal, uma província ultramarina de Portugal. E naquele momento a língua portuguesa também língua oficial, porque Timor-Leste faz parte da Portugal. [...] Depois disso, nós timorense reconhece língua portuguesa é língua oficial. Por isso é durante ocupação indonésia no Timor-Leste, os nossos guerrilheiros sempre utilizaram a língua portuguesa é língua oficial e também língua comunicar para outro país. Para apoiar o nosso luta, a nossa luta. Para reconhecer isso, 2002, o primeiro legislação do Timor-Leste escolheu a língua portuguesa é língua oficial para reconhecer a luta.

José - Primeiro, quer dizer língua é uma como meios de comunicação, né? Para conhecer o mundo, para conversar e exprimir o que as pessoas sentem, as pessoas conhecem, para outra

peessoa. Isso língua. Como língua português que para mim é uma língua que é importante para nosso país. Todo também já escolheu como língua oficial, então no futuro é importante para nós para tem que aprender mais e falar mais uma das línguas, além de tétum, também no país.

Vasco - Pra mim a língua portuguesa é uma língua, língua estrangeiro e língua [...] colonialista né? Porque na verdade os portugueses foi nos colonizar... Na minha mente é isso, língua estrangeira e língua colonizado. Mas agora eu percebi que a língua portuguesa já era uma faz parte da identidade, pra mim, porque a língua portuguesa já foi uma língua, a nossa língua oficial, né? E também porque ela tem, uma língua que tem história, história da nação, né? Ela também faz parte da nossa processo da libertação, daí... Antes disso é uma língua estrangeira pra mim, mas agora eu entendi que a língua português também é como uma língua de identidade própria.

Santina - *porque nossa língua oficial eu tenho que, quer não quer, eu tenho ser obrigatório, tem que ser, que é a língua.*

Expedito - Eu acho que língua português é um língua que é mais importante para nós, porque ela é já consagrada na minha Constituição. Baseada historicamente, Timor-Leste durante ocupação indonésia fazer luta para ganhar independência e língua. Língua comunicação que os liderança utiliza é língua português, para comunicar com outro país. Para pessoa indonésia quando escreve língua português ele não entende bem o quê que é contido de carta. (*risos*) Por isso o nosso lideranças já formula em língua português. Um língua histórico porque que ajuda através de transformação política de Timor-Leste. Por isso o nossa liderança já consagraram na Constituição.

David - Para mim a importância da língua portuguesa... primeiro lugar, por que o meu país adota a língua português? Uma pergunta que eu preciso de responder com base mais fundamento. [...] Primeira razão: os guerrilheiros. Os

guerrilheiros quando resistir para ter a independência, eles usaram a língua português para cooperar com outros países lá no exterior, por exemplo, o país Portugal, Brasil, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique. Para dar o apoio, os guerrilheiros usaram a língua português, para fazer a cooperação, dar o apoio para os, o Timor-Leste, para ter a independência. E depois, o Portugal colonizou o Timor-Leste a partir de 1512 até 1975, isto é uma valor histórica. Por isso, os timorenses não deixaram a língua português vai acabar. É preciso crescer. Durante Portugal ocupou Timor-Leste vários atos que parece não é bom, mas alguns muito bom para nós. Alguns é bom. [...] Os benefícios (da língua portuguesa): primeiro lugar, para ter uma força política, porque o Timor-Leste adopta o sistema, a política que faz parte, a política europeia e também política que faz parte o país que dentro do CPLP. Então tem entrar a esta organização para ter mais força. Para criação espírito de amizade que tem a história que é mais importante. [...] Eu penso que com a língua portuguesa pode melhorar alguma coisa, por exemplo, aumenta o conhecimento dos timorenses, porque é a língua como instrumento da comunicação. Para dominar o mundo, é uma maneira para dominar o mundo e também faz parte a língua. Você domina a língua domina o mundo. [...] Primeira vez, quando meu país adota a língua português como a língua oficial no ano 2002, os timorenses enfrentam muitas dificuldades. [...] Mas agora, *quer não quer*, os timorenses precisam de aprender a língua português porque já é escrita na Constituição RDTL, na Lei de Base da Educação e na Estatuto Função Público também. Mas não só língua português, mas também a língua tétum, a nossa própria língua.

Implícito na fala dos timorenses está a questão da valorização da língua como uma questão nacional. David, por exemplo, lembra que língua portuguesa está consagrada na Constituição, na Lei de Bases da Educação e no Estatuto do Funcionário Público como língua oficial, de

ensino, e língua que os trabalhadores precisam dominar, respectivamente. Sucintamente, a construção de uma unidade nacional é uma questão que surgiu no contexto Europeu a partir do século XVIII, quando a identidade nacional era inerente ao sentido de pertencimento a uma comunidade nacional, baseada em uma determinada língua. Conforme recorda Fiorin,

Até então, o que se falava num território não tinha sido objeto de uma política. [...] Muitas das línguas nacionais europeias não existiam como tal antes do século XIX. Elas foram forjadas, constituídas, inventadas no curso da elaboração dos Estados nacionais. Em Portugal, tem papel relevante na criação de uma identidade linguística o Marquês de Pombal. Ele tinha a nítida consciência do papel da língua no forjamento de uma identidade comum, evidentemente ainda baseada no princípio *cujus Regis, ejus língua*. (FIORIN, 2013, pp. 14-15)

Na verdade, a difusão da língua nacional reflete o nascimento da nação, pelo menos na Europa Ocidental, como uma organização sociopolítica. Nesta concepção, caberia ao Estado a função de “manter uma cultura e uma língua comuns” (Berenblum, 2003), em um empreendimento que contaria, fundamentalmente, com o apoio da escola como local de uso e consolidação dessa língua nacional e da cultura comum. A partir da fala dos estudantes percebe-se que essa visão “unificadora” da língua é ecoada em Timor-Leste, uma região de latente diversidade e heterogeneidade social e linguística. Nessa mesma direção argumentativa, Hall acrescenta que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a “nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades”. (HALL, 2005, p. 51)

Mas não problematizar a escolha do português, ao lado do tétum, como língua oficial, é corroborar para que quem não maneje uma dessas línguas continue à margem das decisões e se arrisque a seguir repetindo o discurso oficial sem refletir sobre a sua prática, principalmente porque a ideia de nação moderna e unificada pela língua implica na manutenção desse discurso da língua única. Pois, como

afirma Berenblum, “essa língua cultural das elites dominantes que se transformará na língua oficial dos Estados modernos”. (Berenblum, 2003, p. 126). Se considerarmos que, assim como está explícito na fala de Jerito, Santina e David, que se comunicar em língua portuguesa é, mais do que um recurso, uma obrigação, convém questionar que benefícios o investimento nesse discurso pode trazer para os timorenses, tendo em vista a baixa taxa de letramento nessa língua que ainda apresenta os jovens do país. Além disso, o que se conhece como “a língua dos guerrilheiros” não era, durante a resistência indonésia, a língua falada pela maioria dos habitantes de Timor-Leste, mas por uma minoria letrada.

4.3.1.3 Sobre o “benefício” da língua portuguesa

A importância da língua portuguesa para os estudantes timorenses se dá principalmente por ser um instrumento que vai permitir o desenvolvimento do país, ou seja, colocar o país, após os 24 anos sob jugo indonésio, no caminho da modernidade. Este desenvolvimento se daria por meio de um sentido de pertencimento ao mundo da lusofonia e também por permitir que, a partir da língua portuguesa, se tenha acesso à “ciência”. Esse é o discurso recorrente nas entrevistas abaixo:

Jerito: Primeiro, língua portuguesa, neste momento faz parte da cultura do Timor-Leste, primeiro. Segundo, a língua portuguesa durante a luta, 24 anos, utiliza essa língua. Para reconhecer isso, nós, jovens, tem é receber. Nós não sabemos essa língua, mas nós quando pensamos o quê que acontece no passado, nós sempre relembrar a língua portuguesa é uma é um instrumento que ajuda timorense, Timor-Leste, hoje conseguir o nosso objetivo. [...] a língua portuguesa se nós não utilizamos isso, talvez o Portugal não queira apoiar nós para independência. Porque o Portugal da relação com Timor-Leste é por causa da língua portuguesa. [...] nós utilizamos a língua portuguesa significa nós é mais perto com União Europeia. [...] nós queremos ou não queremos, tem estudar porque essa língua oficiais e língua

que... língua da resistência durante a ocupação da Indonésia.

José: Primeiro atualmente para mim é importante porque hoje estuda atualmente estuda na UFSC, que tem que aprender a língua portuguesa como a língua academia, língua de estudo, para comunicar com os professores, os amigos e para buscar o conhecimento da ciência através de livros, abordagem da teoria do estudos; isso é importante para mim hoje, depois para futuro para um melhor país.

Vasco: a língua portuguesa é importante porque meu país em si mesmo ele usa língua portuguesa como língua oficial. Daí, pouco um pouco, no futuro a língua portuguesa aumenta ali no Timor-Leste. Eu tenho saber, eu sou um cidadão do Timor-Leste, eu tenho saber a língua portuguesa. [...] Essa língua já é consagrada na Constituição. E tem uma história. A língua portuguesa tem a sua papel importante, a seu papel importante na nossa libertação. Por exemplo, na nossa proclamação no 28 de novembro, ali no 75, foi proclamada a língua portuguesa e as Constituições foi [...] escrita a língua portuguesa. E os nosso guerrilheiro durante 24 anos lá na guerrilha tava se comunicando com a língua portuguesa. E o nosso governantes agora como Xanana, como Ramos Horta, como Mari Alkatiri, como ININT, eles estudam, eles são frutos da portuguesa. Eles são frutos da portuguesa. A portuguesa tem merece para ser a nossa língua.

Santina: antes de independência, quando era... quando ainda não era independência, os lideranças sempre fala português para fazer clandestir, né, a resistência. Então, porque essa língua que o indonésio não sabe, não sabe. Então, só para falar português para falar alguma segredo. Política do nosso país. Depois de isso então a independência eles põe essa língua para língua oficial, segundo. Aí depois, essa é uma política para entra no país, CPLP.

Expedito: Porque é instrução que é mais importante para contribui desenvolvimento Timor-Leste, só educação. Todos currículo que... currículo ciência que desenvolve para ciência, para seres humanos lá Timor-Leste, agora já até ensino básico até universidade, já escreve com língua português. Por isso eu acho que língua português mais importante porque um língua único que transforma a ciência para todos os estudantes lá do Timor-Leste. [...] língua português é mais importante para Timor-Leste para cooperar com outro país CPLP, melhorar o nosso desenvolvimento para frente.

A recorrência de menção ao organismo da CPLP para justificar a importância da língua portuguesa e os benefícios que sua oficialização proporcionam a Timor-Leste, como foi ressaltado explicitamente por Santana e Expedito, se tornou ainda mais notável a partir de 2014, quando Timor-Leste assumiu a presidência rotativa da Comunidade. No entanto, há quem questione essa supremacia de uma comunidade lusófona sobre as diversas identidades, línguas e sociedades dos países que a constituem. O filósofo português António Pinto Ribeiro é um dos críticos que atribuem ao conceito da lusofonia uma forma de neocolonialismo e de desrespeito pelas particularidades identitárias de cada país, provocando uma espécie de apagamento da dominação colonial ao atribuir o início da história desses países às “descobertas”, impedindo o reconhecimento das múltiplas identidades locais. Nas palavras de Ribeiro (2014, sem numeração):

[...] a lusofonia, no logro de ser uma pátria de uma língua comum, uma forma torpe de neocolonialismo, é também a prova da incapacidade de construção de um país pós-colonial que não consegue olhar as suas ex-colônias numa relação de confronto de interesses e de respeito pelas identidades que cada um desses países pretende construir.

Para concluir, proponho na tabela abaixo a seguinte sistematização sobre as avaliações dos entrevistados a respeito das línguas:

Tabela 4 – As línguas para os timorenses

| Língua | Percepções |
|---|--|
| Língua Portuguesa | Língua da ciência, língua da resistência, língua da cooperação com Portugal, língua oficial, língua do colonizador |
| Língua indonésia | língua do colonizador, língua do invasor, língua de escolarização |
| Língua Tétum | (segunda) língua oficial, língua de escolarização (língua da ciência) |
| Línguas naueti, makasai (locais) | língua da sociedade geograficamente localizada, língua da família |

4.3.2 A comunidade de prática em Timor-Leste – reflexões de campo

Desde 2004, o Brasil, por meio de um acordo bilateral de cooperação internacional, envia professores para Timor-Leste pelo Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP-Capes). No país asiático, os brasileiros assumem tarefas que vão desde a formação de professores do ensino básico a aulas em cursos de nível superior, passando por cursos de língua portuguesa para professores e funcionários públicos do país. Dentro deste programa, tive a oportunidade de, no ano de 2014, ser selecionada junto com cerca de 50 colegas para atuarmos em Díli. A missão, como é denominado o trabalho dos cooperantes naquele país, durou cerca de um ano. Em Timor-Leste, além de atuar como professora de língua portuguesa para professores e funcionários do *East Timor Institute of Business* (IOB), uma faculdade privada, e para servidores do Ministério da Educação, no Instituto Nacional de Formação de Docentes e Profissionais da Educação (Infordepe), fui também codocente da disciplina de Sociolinguística na Universidade Oriental Timor Lorosa'e (Unital), em Díli, no curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa, sétimo

semestre e frequentado por finalistas do curso. Esta foi a primeira vez que a disciplina foi oferecida para estudantes desse curso.

Nos três locais, o encontro com os alunos acontecia duas vezes por semana. Cada aula tinha a duração de duas horas, com exceção da Unital, onde as aulas duravam uma hora e meia cada. As aulas no IOB e Infordepe tinham como objetivo preparar professores e funcionários para atuar em língua portuguesa, especificamente no seu local de trabalho. No IOB ministrei cursos dos chamados nível básico I e II (para pessoas iniciantes no estudo da língua portuguesa). No Infordepe as aulas compreenderam o nível intermediário e muitos alunos já utilizavam a língua portuguesa no trabalho, principalmente para a redação de cartas oficiais. O que gerou um problema para uma aluna. Em um determinado dia de aula ela chegou atrasada e, contrariada, revelou que seu “chefe” havia dito que ela “não precisava frequentar o curso, que era mais importante ficar trabalhando”. Para essa atividade, os funcionários são dispensados do trabalho durante o horário da aula. O público do IOB também era formado por professores e funcionários. Mas, curiosamente, as línguas mais utilizadas neste centro universitário eram a indonésia e o inglês.

O trabalho de docência em Díli, em alguns casos, se constitui, de forma efetiva, em uma docência, como foi o caso da disciplina de Sociolinguística na Unital. Devido ao volume de disciplinas assumidas pelo professor titular e à própria estrutura da universidade – o que não é objeto de avaliação neste trabalho –, assumi a docência de três turmas no período compreendido entre o início de fevereiro de 2015 e final de abril do mesmo ano. Ao todo, 87 alunos foram atendidos neste período. No local atuam outros professores cooperantes, brasileiros e portugueses. Alguns contam com a presença do professor titular da disciplina durante o período de aula.

Decidi concentrar a minha investigação entre os estudantes da Unital para fins dessa pesquisa, já que os estudantes do curso de Formação de Professores formavam uma comunidade de prática com interesses e práticas comuns, ou seja, compartilhavam a preocupação com o curso e a participação nas aulas. Os 87 alunos são provenientes de todos os distritos de Timor-Leste, mas possuem residência temporária em Díli durante o período letivo. A questão da mobilidade em Timor-Leste é um aspecto que merece atenção. De acordo com o censo de 2010, no pequeno país, a população de cerca de 1.066.409 habitantes vive, em sua maior parte (21,9%), no distrito de Díli ou em

seus arredores (por exemplo, Ermera, 11% e Baucau, 10,5%). Mas devido às particulares noções de parentesco, as pessoas se movimentam por todo o território constantemente. Os estudantes que participaram da pesquisa são finalistas, ou seja, cursam o sétimo semestre do curso e irão começar, na segunda metade deste ano, um estágio em escolas públicas dos 13 distritos de Timor-Leste.

O que inicialmente seria apenas uma observação etnográfica sobre o grupo se transformou, com o andamento da pesquisa, em uma proposta didática de aula. Foi a partir daí que decidi elaborar um questionário em língua portuguesa com as mesmas perguntas feitas ao grupo de estudantes timorenses que está no Brasil. Pretendia incorporar neste trabalho algumas reflexões sobre discussões e práticas linguísticas destes estudantes, mas, em um segundo momento, considerei a possibilidade de transformar essa ideia em uma atividade didática e aplicar questionários para ter uma noção mais ampla sobre a avaliação do grupo sobre a língua portuguesa, tendo em vista o grande número de alunos. Ao distribuir os questionários, discuti com os estudantes sobre o que eles entendiam a respeito do teor de cada questão e pedi a eles que buscassem responder as perguntas com tranquilidade, em casa. Em uma semana, os questionários foram respondidos e devolvidos. No total, 69 estudantes retornaram os questionários.

As respostas a algumas perguntas foram recorrentes e outras me chegaram inelegíveis. Por isso, reproduzo aqui somente as respostas cujo conteúdo era compreensível e que enunciaram uma opinião relevante dentro dessa pesquisa. A partir delas, elaborei uma aula para encerrar minha participação no curso com o tema “O lugar da língua portuguesa em Díli”, na qual fiz uma exposição sintetizada sobre os resultados dessa investigação. As respostas nas quais me baseei para elaborar essas considerações estão aqui reunidas e ampliadas. Mais uma vez reproduzo os trechos das respostas dos estudantes da mesma forma que eles foram escritos, respeitando a ortografia do grupo. Parte das respostas que denotam repetição ou não têm relevância para a análise foram retiradas e estão marcadas por três pontos entre colchetes – [...].

A reflexão que proponho aqui foi proporcionada pelas respostas dos estudantes a duas perguntas específicas: i) O que significa esse conceito “língua portuguesa” para você?; e ii) a língua portuguesa é importante para você? Explique. As informações contidas nas outras perguntas foram diluídas ao longo desse texto. Para algumas perguntas, no entanto, as respostas não ficaram claras para a pesquisadora, o que

pode ser explicado pelo fato de, apesar de terem considerado compreensíveis todas as perguntas, na verdade os estudantes não compreenderam do que se tratava. Além disso, por ter sido considerada uma atividade didática, concluí que alguns estudantes encararam o questionário como mais um objeto de avaliação do curso e não responderam às questões de maneira opinativa, tendo em vista que algumas respostas recorreram a conteúdos ministrados durante a disciplina, que nem sempre tinham relação com o teor das perguntas. Importante observar ainda que, durante a explicação do que pediam as perguntas no questionário, alguns estudantes pediam explicação para os colegas próximos – em tétum –, o que pode ter gerado algum ruído na compreensão do que era pedido.

De qualquer forma, esse tipo de abordagem da pesquisa, com elementos etnográficos, se faz importante se considerarmos o que Peirano (1995) observa sobre a pesquisa etnográfica como um meio de desenvolvimento para teoria antropológica – e que pode, aqui, contribuir também para os estudos linguísticos: uma experiência que “desafia os conceitos estabelecidos pelo senso comum no confronto entre a teoria que o pesquisador leva para o campo e a observação entre os nativos que estuda” (Peirano, 1995, p. 41).

As respostas dessa comunidade de prática refletem, em um primeiro momento, o discurso institucional sobre a(s) língua(s), presente nos documentos oficiais. Nesse caso, a língua portuguesa é uma entidade que, conforme os trechos abaixo, a partir da definição constitucional de língua oficial, adquire prestígio no país, mesmo tendo ainda pouca penetração nas práticas linguísticas da sociedade timorense. No entanto, o discurso é de valorização da língua portuguesa enquanto recurso instrumental, um bem cultural, um aspecto identitário e promotor de sucesso no futuro.

Tabela 5 – Síntese das respostas dos estudantes em Díli

| Língua oficial | Herança/identidade | Instrumento | Capital |
|--|---|--|--|
| “[...] para me a língua portuguesa é a língua oficial da nossa Nação.” | “Para mim língua portuguesa é uma herança colectiva que transmite para geração a geração [...]” | “[...] estudar e aprender e escrever bem da gramática e pode e fala a língua | “O significado desse conceito da Língua portuguesa é para alcançar e |

| | | | |
|---|--|--|---|
| | | portuguesa [...].” | conhecer bem a Língua portuguesa para melhorar no seu futuro.” |
| “A língua portuguesa é uma das línguas que mais importante no nosso país de Timor-Leste, porque a língua portuguesa foi consagrada na nossa constituição RDTL, artigo 13/2002. A língua portuguesa também funciona-se como língua oficial de Timor-Leste, quando Timor-Leste tornou-se a sua independência [...]” | “[...] para mim como a língua oficial que representa identidade nacional”. | “É um instrumento para nós utilizamos para comunicar.” | “A língua portuguesa importante para me porque hoje estudar e aprender para compriender, para no futuro e desenvolver a língua portuguesa.” |
| “Língua portuguesa é as varias línguas povos e países alem do Timor-Leste, nações que têm essa língua como idioma oficialmente.” | “Este conceito ‘língua portuguesa’ para mim como a língua oficial considerado como patrimônio cultural do país que representa a identidade nacional aos outros países no mundo. De acordo com Luís Filipe Thomaz (1998: 648) <i>considerava o português como “o cimento aglutinador da identidade cultural dos povos de Timor-Leste”</i> ⁴¹ | “A língua portuguesa é acto de falar.” | “A língua portuguesa é para alcançar e conhecer a língua portuguesa para melhorar no seu futuro.” |

⁴¹ Grifo original.

| | | | |
|--|---|--|--|
| <p>“A língua portuguesa é muito importante porque a língua portuguesa não é língua materna mas a língua portuguesa é língua oficial.”</p> | <p>“Em termos histórica a língua portuguesa considerados como heranças da ocupação dos Portugueses durante 145 anos, para que os novos gerações não se esqueçam a construção do estado de Timor-Leste.”</p> | <p>“Para me, a língua portuguesa como um instrumento para fazer comunicação.”</p> | <p>“A língua portuguesa é que nos prepara para o mercado de trabalho, ela também é fundamental para nos ensinar a ler e a escrever de modo correto.”</p> |
| <p>“[...] significa uma disciplina que é obrigatoriamente ensinada e aprendida pelos países lusófonos. Ou é sexta língua do mundo que é falada pelos países, regiões e comunidades que compõem o espaço lusófono.”</p> | <p>“A língua Portuguesa funciona-se como a língua oficial do Timor-Leste quando Timor-Leste tornou-se a sua independência, além disso o português também faz parte da historia Timor-Leste.”</p> | <p>“O conceito da língua portuguesa é muito importante para comunicar entre pessoas para pessoas.”</p> | <p>“[...] através de ler, treinar, falar, aplicar para os outros colegas para que desenvolver a minha conhecimento.”</p> |
| <p>“A língua portuguesa é mais importante é uma língua oficial.”</p> | <p>“É uma língua antiga que conversava na minoria do povo desde princípio da ocupação colônia portugueses ate ao fim da independencia [...]”</p> | <p>“É um instrumento de comunicação ou meio de comunicação da vida quotidiana.”</p> | <p>“[...] é uma disciplina que muito importante para o nosso futuro.”</p> |

Como se pode notar, a oficialização da língua portuguesa – e do tétum – na Constituição de Timor-Leste é o primeiro aspecto (observável na coluna 1) que a comunidade de prática considera para avaliar a importância dessa língua para o país, e pelo menos uma vez, de maneira bem detalhada por meio da citação do artigo tal qual está na Constituição. O discurso do estudante não é da prática individual, mas do que esse fato representa para a entidade Nação. O prestígio que a língua portuguesa adquiriu após a Constituição supera, até mesmo, conforme se pode observar em uma das falas, a própria língua materna

de uma pessoa. Isso é curioso porque, em um dos encontros, quando, por causa da curiosidade de um aluno expliquei qual era a divisão administrativa do Brasil, surgiu a seguinte pergunta na sala de aula: “Mas no Brasil cada estado também tem a sua língua materna?”. A resposta a essa pergunta gerou até mesmo uma réplica: “Mas língua materna é muito importante”, o que denota a excelência com que os timorenses tratam as línguas de seus distritos. No entanto, na resposta elaborada para entregar à professora brasileira, esse valor foi substituído pelo da língua “oficial”.

Fatores históricos e, aparentemente por isso, identitários, são também considerados pelos estudantes para reiterar a importância da língua portuguesa em Timor-Leste. Na coluna 2 encontram-se algumas colocações que, apesar de em sua maioria não se estenderem em justificativas para esse tipo de pensamento, atribuem à língua a formação da identidade do povo timorense; no que se pode chamar de ironia colonial (SILVA, 2012), pois, em pelo menos uma resposta, é utilizado o discurso de um historiador português (*Luís Filipe Thomaz*) para demonstrar como uma língua europeia foi imprescindível para construir a identidade nacional em Timor-Leste.

4.4 A PAISAGEM LINGUÍSTICA EM UMA REGIÃO CENTRAL DE DÍLI

No âmbito das pesquisas em políticas linguísticas, os estudos sobre a paisagem linguística de um lugar propõem reflexões a respeito das ações linguísticas institucionais e as práticas cotidianas. Observar as escolhas linguísticas em uma determinada região a partir dessa paisagem pode ser um caminho para se entender melhor como as políticas linguísticas se constroem e como são conduzidas pelos seus usuários a partir de suas práticas. Compreendo essas práticas a partir de Shohamy (2006), que a denomina como política linguística *de facto*, ou seja “o que realmente ocorre em uma sociedade” (SHOHAMY, apud MACALISTER, 2013, p. 25).

A definição clássica do termo “paisagem linguística” remete a Landry & Bourhis (1997):

A língua dos sinais das ruas públicas, placas de propaganda, nomes de rua, nomes de locais, sinais de lojas comerciais e sinais públicos em prédios governamentais se combinam para formar a paisagem linguística de um determinado território, região ou aglomeração urbana. (LANDRY & BOURHIS, 1997, p. 25)⁴²

Ben-Rafael *et al* (2006, p.7) ampliou esse conceito e considera paisagem linguística como “todos os objetos linguísticos que marcam o espaço público”⁴³. Calvet (2007) também já considerava a paisagem linguística de um local importante de estudos para a sociolinguística e para a intervenção da política linguística. O autor utiliza a expressão “ambiente linguístico”:

[...] as placas indicando o nome das ruas, os sinais de trânsito, as placas dos carros, os cartazes publicitários, os programas de rádio ou televisão são lugares privilegiados de intervenção para a promoção das línguas. [...] E essa marcação de território, seja produto de práticas espontâneas ou de práticas planejadas, nos fornece um instrumento de leitura semiológica da sociedade: entre as línguas em contato há aquelas que são expostas e outras que dificilmente se fazem notar; e isso está vinculado a seu peso sociolinguístico e a seu futuro. (CALVET, 2007, p 72)

Para efeitos deste trabalho, o termo sinal (*sign*), presente nos conceitos sobre a paisagem linguística, se refere às placas (ou qualquer outro tipo de suporte), nas quais estão veiculadas as mensagens da paisagem linguística (avisos, propagandas, nomenclaturas diversas etc). Nesse sentido, parto de Backhaus (2006), segundo o qual *sign* geralmente assume uma forma física, seja sonora, visual ou por atos.

Em um território plurilíngue, como Timor-Leste (aqui representado pela sua capital, Díli), a investigação dessa paisagem pode,

⁴² “The language of public road signs, advertising billboards, street names, place names, commercial shop signs, and public signs on government buildings combines to form the linguistic landscape of a given territory, region, or urban agglomeration.”

⁴³ “[...] linguistic objects that mark the public space.”

ao lado do que já foi detalhado sobre a percepção dos falantes sobre a(s) língua(s), reforçar a compreensão de como política linguística institucional e as práticas linguísticas dialogam. Mas não só. Nesse ambiente também é possível perceber conflitos, resistências e imposições, tendo em vista que a paisagem linguística é “uma arena de protestos e negociações”, de acordo com Shohamy (apud Macalister, 2006, p. 111). Nesse sentido, analisar a linguagem linguística nos espaços públicos possibilita compreender a extensão de como as políticas linguísticas *de facto* coincidem ou não com uma política linguística oficial, pois:

Em alguns domínios da vida humana, ocorre uma lacuna entre o que é pretendido e o que é alcançado. A política linguística é um desses domínios, já que, enquanto as políticas linguísticas são expressões de resultados pretendidos, as práticas linguísticas nem sempre refletem essas intenções. (MACALISTER, 2013, p. 25)⁴⁴

Para além do confronto entre a prática e a ideologia, Landry & Bourhis (apud MACALISTER, 1992, 26) reconhecem que a paisagem linguística exerce duas funções básicas: a função informacional e a função simbólica. A primeira atua como um marcador espacial em um determinado território a partir da língua de uma comunidade. O que significa dizer que, a predominância de uma língua em relação a outra em uma determinada área com limites definidos pode refletir um poder e um status relativo de uma certa comunidade linguística. Além disso, a predominância de uma (ou mais) língua(s) serve como indicador de que a língua(s) em questão pode(m) ser usada(s) para comunicação e para obter serviços públicos e privados localizados neste território. A função informacional também é um importante indicador da diversidade linguística de um determinado lugar, a partir da observação de que o seu conjunto – ou seja, as placas de uma forma geral – pode ser expresso em

⁴⁴“Many domains of human endeavour, there is a gap between what is intended and what is achieved. Language policy is one such domain, since, while language policies are expressions of intended outcomes, language practices do not always reflect those intentions.”

uma, duas ou várias línguas. Isto é o que pode ser percebido na paisagem linguística da região central de Díli, segundo um estudo anterior de Silveira, Dias & Lorena (2014), no qual essa pesquisa se inspirou.

Para analisar a paisagem linguística de determinada área espacial, Landry & Bourhis propõem uma divisão dos sinais/placas em duas categorias, que consistem, basicamente, na divisão entre sinais públicos e comerciais:

Sinais privados incluem placas comerciais em vitrines e instituições de negócios (por exemplo, lojas de varejo e bancos), propagandas comerciais em *outdoor* e placas de propagandas dispostas no transporte público e em veículos privados. Sinais governamentais se referem a placas públicas utilizadas por governos nacionais, regionais e municipais nos seguintes domínios: placas de rua, nomes de locais, nomes de rua e inscrições em prédios públicos incluindo ministérios, hospitais, universidades, prefeituras, estações de metrô e parques públicos. (LANDRY & BOURHIS, 1997, p. 26)⁴⁵

Em complemento à divisão de Landry & Bourhis entre sinais públicos e sinais privados, Ben-Rafael (2006) acrescenta a noção de sinais *top-down* e *bottom-up*:

[...] isto é, entre os elementos da paisagem linguística utilizados e exibidos por agentes institucionais os quais em de uma maneira ou de

⁴⁵ “Private signs include commercial signs on storefronts and business institutions (e.g., retail stores and banks), commercial advertising on billboards, and advertising signs displayed in public transport and on private vehicles. Government signs refer to public signs used by national, regional or municipal governments in the following domains: road signs, place names, street names, and inscriptions on government buildings including ministries, hospitals, universities, town halls, schools, metro stations, and public parks.”

outra agem sob o controle de políticas locais ou centrais, e aqueles utilizados por indivíduos, associações ou atores corporativos que gozam de uma autonomia de ação dentro dos limites legais. (BEN-RAFAEL, 2006, p. 10)⁴⁶

O corpus desta pesquisa é composto pela seleção de 37 imagens de placas, faixas, nomes de ruas e prédios, anúncios comerciais etc. Essas imagens foram selecionadas a partir de um total de 69 fotos de placas tiradas por mim em um quarteirão da região central de Díli durante três semanas. A seleção foi feita a partir do entendimento que obtive sobre as mensagens das placas. Para compreendê-las me baseei, além da consulta a pedestres e funcionários e donos de lojas, na busca dos vocábulos nos dicionários de Luís Costa (Tétum-Português) e do Instituto Nacional de Linguística da UNTL (Tétum-Português-Indonésio). O local escolhido para essa análise é o quarteirão que contorna o Palácio do Governo de Timor-Leste e o Parlamento Nacional, no centro de Díli. No entorno desses dois prédios encontram-se outros órgãos públicos, como o Banco Central, a embaixada de Portugal e a Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Sendo um local de alta movimentação de pessoas (timorenses e internacionais), é também uma região que concentra muitos restaurantes. Esses prédios são dispostos nos lados direito e esquerdo do Palácio do Governo, já que a frente é uma avenida onde está localizada a praia. As ruas desse entorno são locais de passagem para quem se dirige do norte ao sul da cidade, e vice-versa.

Neste trabalho, optei por classificar as placas analisadas abaixo nas categorias *top-down* e *bottom-up*, tendo em vista o propósito desta pesquisa que confrontar política linguística institucional e política linguística *de facto*. Nas placas observei principalmente um aspecto: quais as línguas utilizadas para veicular as mensagens. A intenção é perceber como o repertório multilíngue regional dos falantes se apropria do espaço da cidade e promove a sua própria política linguística.

⁴⁶ “[...] that is, between Linguistic Landscape elements used and exhibited by institutional agencies which in one way or another act under the controle of local or central policies, and those utilized by individual, associative or corporative actors who enjoy autonomy of action within legal limits.”

Tendo em vista o local escolhido para observação, a maioria das fotos que fazem parte desse corpus remetem a sinais *top-down* (23), sendo que 11 podem ser classificadas como *bottom-up* (11). Dentre estas destaco abaixo alguns exemplos que possibilitarão o desenvolvimento da análise. No que diz respeito às categorias, as placas e demais imagens remetem aos seguintes setores:

Tabela 6 – Divisão das imagens segundo a finalidade

| <i>Bottom-up</i> | <i>Top-down</i> |
|---|---------------------------------------|
| Placas com nomes de restaurante | Cartazes de campanhas institucionais |
| Propaganda de bebida | Propaganda de eventos institucionais |
| Aviso em loja comercial | Placas com nomes de ruas |
| Propaganda de empresa de turismo | Nomes de prédios e de locais públicos |
| Anúncio de loja comercial | Identificação de veículo oficial |

Figura 3 – Placa de um mercado local



Figura 4 – Fachada do Parlamento Nacional



As duas imagens acima trazem o exemplo de uma placa *bottom-up* (figura 3) e uma fachada com um letreiro *top-down* (figura 4). A primeira placa, que é da fachada de um mercado local, está escrita em uma língua regional de Timor-Leste, o makassae. A segunda anuncia em português a entrada do prédio que abriga o Parlamento Nacional. No contexto multilíngue como o de Díli a paisagem linguística não se resume ao resultado de estilo ou uma escolha estética. Ela pode fornecer informações sobre o contexto sociolinguístico local e como o uso de diferentes línguas pode ser comparado à política linguística oficial. Já vimos que a língua portuguesa é língua oficial de Timor-Leste; para o governo construir uma paisagem linguística em português é um dos meios de se promover essa língua. No entanto, as iniciativas particulares vão por outro caminho. A utilização da língua makassae em uma placa pode significar, além da marcação de um espaço makassae, um convite para que outras pessoas que se identifiquem com essa língua busquem frequentar o mercado. As categorias *top-down* e *bottom-up* são reflexo, mais do que tudo, de uma disputa de espaços entre o institucional e o privado, conforme afirmam Cenoz & Gorter:

O estudo da paisagem linguística pode também ser interessante porque ele pode fornecer informações sobre as diferenças entre a política linguística oficial que pode estar refletida nos sinais *top-down* assim como nos nomes das ruas ou de prédios oficiais e o impacto dessa política nos sujeitos por meio de sinais *bottom-up* como nomes de lojas e posters de rua. (CENOZ, & GORTER, 2006, p. 68)⁴⁷

A partir dessa primeira divisão, observei a ocorrência das línguas nas placas, o que mostra que o multilinguismo é presente na paisagem linguística dessa região de Díli. A língua portuguesa veicula principalmente, mas não só, os discursos da burocracia institucional e é um recurso para promover a educação formal. Nas ruas, onde as práticas linguísticas seguem um rumo próprio, seu lugar ainda é limitado pelas necessidades comunicativas da população, que adota, principalmente, as línguas tétum, indonésia e inglesa para a veiculação de vários propósitos – desde anúncios em restaurantes a avisos dirigidos a turistas e estrangeiros que circulam pela região pesquisada. É o que ser constatado na próxima tabela:

Tabela 7 – As línguas das placas

| <i>Bottom-up</i> | <i>Top-down</i> |
|---|--------------------------|
| Indonésio, inglês, makassae, português, tétum | Inglês, português, tétum |

⁴⁷ “The study of the linguistic landscape can also be interesting because it can provide information on the differences between the official language policy that can be reflected in top-down signs such as street names or names of official buildings and the impact of that policy on individuals as reflected in bottom-up signs such as shop names or street posters.”

Figura 5 - Placa *top-down* que anuncia campanha de prevenção ao HIV

COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE AO HIV-SIDA DE TIMOR-LESTE

OINSA PREVENE AN HUSI TRANSMISAUN HIV

A: Abstinence

- Diak liu labele halo relasaun seksual kuandu foin namora.
- Diak liu la bele halo relasaun seksual bain hira dok husi fen ka lain.

Labele uza hamutuk instrumentu kroat hanesan:

Seringa, lamina, dauntato, hanesan iha leten.

B: Be faithful

Relasaun seksual so bele halo dett entre fen ho lain. La bele halo relasaun seksual ho feto seluk ka mane seluk.

Diak liu Simu ran ne'ebe livre husi virus HIV

C: Condom

Diak liu uza kondom kuandu halo relasaun seksual ho ema nebe la koinese.

Logo of the National Commission for the Fight Against HIV/AIDS of Timor-Leste (CNCS-TL) is visible in the top right corner. A small logo with a green cross is in the bottom right corner.

Figura 6 – Placa *bottom-up* multilíngue

Curioso notar que, o discurso sobre a necessidade de difusão da língua portuguesa nos documentos oficiais, principalmente naqueles ligados ao sistema educativo, não se reflete na paisagem linguística *top-down* quando se trata de anunciar alguma campanha institucional. Na figura 5, a presença da língua portuguesa se resume ao nome do órgão público que realiza a campanha, mas as orientações estão em língua tétum, também língua oficial. Isto foi notado também em pelo menos outras seis placas que se destinam a: placa e campanha de trânsito, campanha contra a violência doméstica, estatística de acidentes de trânsito, identificação de veículo oficial e veiculação de informações sobre o carnaval local⁴⁸. O que demonstra que, quando se trata de se comunicar com o público, o governo reconhece a necessidade do tétum, que, como já vimos, é uma língua na qual os timorenses revelam ter mais capacidade de compreensão do que o tétum. Sobre isso, Landry & Bourhis (1997) consideram que a predominância de uma língua nos sinais públicos pode refletir “o poder relativo e o status entre grupos linguísticos concorrentes” (LANDRY & BOURHIS, 1997, p. 26).

⁴⁸ Outras imagens da paisagem linguística de Díli estão no anexo D.

A figura 6, que é uma placa localizada na entrada de um local ao lado da UNTL que realiza cópias e impressões, pode-se observar a incidência de pelo menos quatro línguas (inglês, indonésio, português e tétum). As informações sobre os serviços prestado no local estão em indonésio e tétum, com alguns empréstimos do inglês. A língua portuguesa se reserva a informar o endereço do estabelecimento, o que pode denotar um reflexo da categoria *top-down* em um sinal *bottom-up*.

Sobre a incidência de uma ou várias línguas nas placas, Landry & Bourhis (1997) consideram que é o reflexo da diversidade linguística local:

Sociolinguisticamente, a diversidade linguística nos sinais privados pode mais realisticamente refletir a natureza multilíngue de um território particular, região ou aglomeração urbana. Assim como, a diversidade de línguas presentes em uma paisagem linguística pode ser vista como uma manifestação concreta da diversidade linguística e cultural dos grupos etnolinguísticos que habitam um determinado território administrativo ou região. (LANDRY & BOURHIS, 1997, p. 27)⁴⁹

Esta resumida análise da paisagem linguística de um quarteirão em Díli consegue revelar, no entanto, que, para a política linguística timorense existe a necessidade de reafirmação da língua portuguesa, nas ruas da capital são as práticas multilíngues que ditam a política linguística *de facto*.

⁴⁹ “Sociolinguistically, language diversity in private signs may most realistically reflect the multilingual nature of a particular territory, region, or urban agglomeration. As such, the diversity of languages present in the linguistic landscape can be seen as a concrete manifestation of the linguistic and cultural diversity of the ethnolinguistic groups inhabiting a particular administrative territory or region.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desse trabalho, o fato de ter vivido em Díli e, a partir de lá, ter desenvolvido grande parte da pesquisa, ampliou minha percepção sobre o quanto o linguista precisa estar inserido no mundo daquilo que pretende pesquisar. E da mesma forma, ou até mais, de quem se dispõe a observar as políticas linguísticas. Em Timor-Leste, sendo os gestores da(s) língua(s) confinados em funções burocráticas, estes perdem a oportunidade de perceber como o multilinguismo histórico local precisa ser contemplado na elaboração de políticas linguísticas para fazer sentido à sua população. Mesmo assim, notei que, em meio a um discurso modernizante do país e sobre a(s) língua(s), o esforço do povo timorense em, por meio de suas práticas linguísticas cotidianas, não se amarrar a esse discurso e buscar desenvolver uma capacidade de se locomover nesse mundo a partir dessa diversidade.

Nesse sentido, compreendo que, se para os legisladores é necessário alguma discussão sobre essa entidade a que designam língua de união nacional, de identidade e de cultura, nada mais justo do que considerar o multilinguismo peculiar de Timor-Leste na hora de elaborar essas políticas. Se há uma língua franca em Timor, essa é o multilinguismo local.

Uma língua – e no caso a língua portuguesa – e o discurso sobre ela demonstram atualmente não terem mais condições de reverter para os timorenses os benefícios que são apregoados por essa mesma política “modernizante”: inserção no mundo globalizado, conhecimento da ciência e desenvolvimento do país. Pelo contrário, percebe-se que nesse movimento é, ao contrário, o mundo globalizado que se inscreve em Timor-Leste, discursivizando sobre a sua diversidade como um problema a ser equacionado. Nesse discurso, os interesses das cooperações internacionais, apoiados pelo governo local, não permitem aos timorenses que eles próprios percebam as suas necessidades e busquem uma via alternativa que garanta o equilíbrio na relação com outros países.

Soa atual a colocação de Gunn (2007), ao analisar as línguas os efeitos das políticas educativas da época do colonialismo português, da ocupação indonésia e quando da restauração da independência. Para ele,

O debate acerca dos idiomas adotados pelo país não foi reaberto explicitamente, mas pode acontecer de maneira explosiva. Acredito que o multilinguismo deve ser institucionalizado. Isso pode ofender os puristas da língua, mas mesmo o desenvolvimento do “tétum-aportuguesado” ou do “português-tetumisado” contribuiria para a construção de uma comunidade com uma língua e uma identidade comuns. (GUNN, 2007, p. 59)

Se o discurso sobre a gestão da situação linguística transitasse das línguas para os discursos, a urgência de se assumir o multilinguismo apareceria aí como uma realidade possível de ser alcançada. Mas superar essa visão monofônica e monolíngue parece mesmo romper com as fronteiras políticas e geográficas que os timorenses apregoam terem “derramado muito sangue” para conceber. E que hoje, segundo eles, dá sentido à identidade nacional. No entanto, podemos buscar em Hall uma atualização sobre esses conceitos, que nos dá pistas sobre uma outra perspectiva do discurso sobre culturas e identidade. Para o autor (HALL, 2005, p. 62), “Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”, já que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais.”

A promoção de discussões – nas quais esse estudo tem a modesta pretensão de se incluir –, que problematizem as questões linguísticas em países ex-colônias que buscam a modernidade, é vista como uma possibilidade de mudança, pelo que compreendo de Berenblum, quando a autora coloca que

É possível a criação de novas formas de narrar a história que contribuam para “desnaturalizar” e “politizar” os fenômenos linguísticos, abordando historicamente os processos a partir dos quais as línguas e variedades linguísticas se estabelecem, se valorizam e se standardizam. (BERENBLUM, 2003, p. 129)

De qualquer maneira, para que exista em Timor-Leste uma política linguística efetiva, no sentido de voltada para os seus falantes,

importam primeiramente as escolhas do povo timorense. A finalidade destas escolhas, pelo que notamos nas falas das comunidades de prática e em uma amostra da paisagem linguística de Díli, deve ser sempre privilegiar as demandas dos habitantes de seu território. Por isso, sugiro aqui que multilinguismo local, problema para alguns – entre eles “internacionais” que participam da já extensa reconstrução do país –, possa ser considerado um recurso interessante para a elaboração de políticas linguísticas interessadas em equacionar o institucional e as práticas locais. Uma observação, aliás, que poderia dar mais sentido ao trabalho da cooperação brasileira em Timor-Leste, evitando que esta sucumba a uma tentadora atitude neoconial, tão comum entre os internacionais em Díli.

REFERÊNCIAS

ABDELHAY, Ashraf, MESFUN, Yonas Mesfun & JUFFERMANS, Kasper. **Introduction: illiteracy as an artefact of oppression.** In: _____ (Orgs.). *African literacy, ideologies, scripts and education.* [S.l.]: Cambridge Scholars Publishing, 2014. p. 1-62.

ALBUQUERQUE, Davi. **O português de Timor-Leste: contribuições para o estudo de uma variedade emergente.** In: PAPIA 21(1). [S.l.], 2011. p. 65-82.

ANDERSON, Benedict. **Imaginar Timor-Leste.** Tradução de Osvaldo Manuel Silvestre. *Arena Magazine.* Melbourne, 4, 1992. Não paginado.

_____. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. **Number in the Colonial Imagination.** In: *Orientalism and the Post-Colonial Predicament.* C.A. Breckenridge and P. van der Veer (Orgs.). Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1993. p. 114-135.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso.** In: _____. *Estética da criação verbal* (Trad. Paulo Bezerra), 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 277-326.

BEN-RAFAEL, Elizer et al. **Linguistic Landscape as Symbolic Construction of the Public Space: the Case of Israel.** In: *International Journal of Multilingualism*, 3: 1. [S.l.]: Routledge, 2006. p. 7-30.

BERENBLUM, Andrea. **Identidade e lingual nacional. Comentários acerca da produção de estrangeiros.** In: Lugar Comum Nº 18. Rio de Janeiro: LATEC - Laboratório Território e Comunicação/UFRJ; Rede Universidade Nômade, 2002. p. 123-130.

BEVER, Olga. **Linguistic Landscapes and Environmental Print as a Resource for Language and Literacy Development in Multilingual Contexts.** In: SANZ, Montserrat & IGOA, José Manuel Igoa (Orgs.). *Applying Language Science to Language Pedagogy: Contributions of Linguistics and Psycholinguistics to Second Language Teaching.* [S.l.]: Cambridge Scholars Publishing, 2011. p. 321-341.

BORMANN, A. & SILVEIRA, M. **Primeira missão de especialistas brasileiros em educação em Timor-Leste: desafios e impasses.** In: SILVA, Kelly Cristiane da. & DAMIÃO, Daniel. *Timor-Leste por trás do palco: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 234 -254.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRITO, Regina Helena Pires de; CORTE-REAL, Benjamim. A. **Aspectos da política lingüística de Timor-Leste, Desvendando Contra-Correntes.** In: MOISES, M.L.; SOUSA, H; CABECINHAS, R. (Orgs.). *Comunicação e Lusofonia.* Porto: Campo das Letras, 2007, p. 123-132.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **As políticas linguísticas.** São Paulo: Parábola/IPOL, 2007.

CANAGARAJAH, S. **Reconstructing local knowledge, reconfiguring language studies.** In: CANAGARAJAH, S. (Org.). Reclaiming the local in language policy and practice. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2005. p. 3-24

CARNEIRO, Alan Silvio Ribeiro. **Política linguística em Timor-Leste: tensões no campo da formação docente.** In: XIV CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 2010. Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Anais do XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, vol. XIV, número 4, tomo 4: Rio de Janeiro: Cifefil, 2010, p. 3167-3179.

_____. **Políticas linguísticas e identidades sociais em trânsito : língua(gem) e construção da diferença em Timor-Leste.** 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas. 2014.

CASTELLS, Manuel. **Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede.** In: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 21-84.

CENOZ, Jasone. & GORTER, Durk. **Linguistic Landscape and Minority Languages.** In: International Journal of Multilingualism Vol. 3, Nº 1. [S.l.], 2006. p. 67-80

COSTA, Luís. **Dicionário de Tétum-Português.** Lisboa: Edições Colibri, 2000.

_____. **A língua. Fator de identidade nacional leste-timorense.** In: Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários. BASTOS, Neusa (Org.). São Paulo: EDUC, 2012. p. 213-222.

COUTO, H.H. **Linguística, ecologia e ecolinguística**. São Paulo: Contexto, 2009.

D'ÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana**. (Trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne) São Paulo: Paz e Terra, 2011.

DAVIS, Hayley. **Ordinary People's Philosophy: Comparing Lay and Professional Metalinguistic Knowledge**. In: *Language Sciences*, Vol. 19, Nº 1. [S.l.], 1996. p. 33-46

Disionáriu Tetun-Portugés-Indonéziu - Ho Matadalan Gramátika nian. Díli: Buka Hatene, 2005.

ECKERT, Penelope & McCONNELL-GINET, Sally. **Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder**. In: OSTERMANN, Cristina & CONTANA, Beatriz (Orgs). *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 93-108

FARDON, Richard & Furniss, Graham. **Introduction: frontiers and boundaries – African languages as political environment**. In: _____ (Orgs.). *African languages, development and the state*. London: Routledge, 2003. p. 1-29.

FIORIN, José Luiz. **Vox Populi, Vox Dei?** In: LOPES DA SILVA, F. L.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs.). *A linguística que nos faz falar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 107-110.

FOUCAULT, Michel. **Verdade e Poder** [1977]. In: _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013.

GARCIA, Ofélia; WEI, Li. **Translanguaging: Language, Bilingualism and Education**. Palgrave Pivot, 2013.

GORETE NETO, M. **Representações sobre os indígenas: algumas implicações para a pesquisa de inspiração etnográfica**. In: PEREIRA, Maristela; LUCENA, Mariz Inêz Probst. (Orgs.). O olhar da etnografia em contextos educacionais: interpretando práticas de linguagem. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 17-34.

GUNN, Geoffrey. **A ocupação indonésia de Timor-Leste: lições e legados para a construção do Estado na nova nação**. In: SILVA, Kelly Cristiane & SIMIÃO, Daniel (Orgs.). Timor-Leste por trás do palco: Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 40-62

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora. 2005.

HULL, G. **Língua portuguesa: o último capítulo da Reconquista**. In: Janus. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa, 2002. p. 1-5.

KUMARAVADIVELU, B. **A Linguística Aplicada na era da globalização**. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo da (Org.) **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 129-148.

LANDRY, Rodrigue & BOURHIS, Richard. **Linguistic Landscape and Ethnolinguistic Vitality: An Empirical Study**. In: Journal of Language and Social Psychology. [S. l.]: Sage, 1997. p. 23-49

LOPES DA SILVA, Fábio. **As três leis de Nixon**. In: _____ & RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 79-82.

LUCENA, Maria Inêz. **O papel da pesquisa de cunho etnográfico na discussão das políticas educacionais de línguas**. In: FRITZEN, Maristela & _____. (Orgs.). *O olhar da etnografia em contextos educacionais*. Blumenau: Edifurb, 2012. p. 119-135.

MAKONI, Sinfree & PENNYCOOK, Alastair. **Disinventing multilingualism: from monological multilingualism to multilingual francas**. In: Martin-Jones M., Blackledge A. & Creese, A. *The Routledge Handbook of Multilingualism*. Routledge, Oxon, 2012. p. 439-453.

MELLO, Antonio Augusto. **Política Lingüística en Timor Leste: La Implementación de Lenguas Oficiales en un País Multilingüe**. In: V Encuentro de Lenguas Aborígenes y Extranjeras, 2005, Salta. no prelo, 2005.

MACALISTER, John. **Language policies, language planning and linguistic landscapes in Timor-Leste**. In: *Language Problems & Language Planning*. 25-45. [S.l.]: John Benjamins Publishing Company, 2012. p. 25-45

MATTOSO, José. **A Dignidade: Konis Santana e a Resistência Timorense**. Lisboa: Temas e Debates, 2012.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo da (Org.) **Por uma linguística aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.) **O Português no Século XXI – Cenário Geopolítico e Sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

PENNYCOOK, Alastair. **Os limites da linguística**. In: LOPES DA SILVA, Fábio & RAJAGOPALAN, Kanavillil. (Orgs.). *A linguística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 39-43.

RIBEIRO, António Pinto. **Para acabar de vez com a Lusofonia**. In: ipsílon, suplemento cultural do jornal Público (18/01/13). Acesso em 25 de fevereiro de 2014.

António Pinto Ribeiro; ipsílon, suplemento cultural do jornal Público (18/01/13). Acesso em 25 de fevereiro de 2014

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVERO, Cristine. **Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor-Leste**. In: *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 11. Belo Horizonte, 2011. p.95 - 113

_____. **A diversidade linguística como questão de governo**. In: *Calidoscópio*, Vol. 11, n. 2, [S.l.]: Unisinos, 2013. p. 107-115

_____. **Política(s) Linguística(s) e Questões de Poder**. In: *Alfa*, 57 (2): São Paulo, 2013.p. 451-457

SILVA, Kelly Cristiane da. **As Nações Desunidas – Práticas da ONU e a estruturação do Estado em Timor-Leste**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. **O governo da e pela cultura: complexos locais de governança na formação do Estado em Timor-Leste.** In: Revista Crítica de Ciências Sociais, 104. [S.l.]. p 123-150, 2004.

SILVEIRA, A. DIAS, C.S. & LORENA, R. **Cultura e Identidade em Políticas Linguísticas: o Caso de Timor-Leste.** In: Livro de Atas do 1.º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Lisboa: CONLAB, 2015, p. 6342-6355.

THOMAZ, Luís Felipe. **Babel Loro Sa'e – O Problema Linguístico de Timor-Leste.** Lisboa: Instituto Camões, 2002.

_____. **País dos Belos – Achegas para a Compreensão de Timor-Leste.** Lisboa: Fundação do Oriente, 2008.

TIMOR-LESTE. **Constituição da República Democrática de Timor-Leste.** Díli, Assembleia Constituinte, 2002. Disponível em: <<http://timor.no.sapo.pt/constibase.html>>.

_____. DIRESAUN NASIONÁL ESTATÍSTIKA. **Timor-Leste: Sensu Populasaun no Uma-kain.** 2010.

_____. Lei n.º 14/2008, de 29 de outubro de 2008. **Dispõe sobre as bases da educação.** Lex: Jornal da República, Díli, Timor-Leste, Série I, n. 40, p. 2641-2648, 2008a.

_____. Parlamento Nacional. **Resolução do Parlamento Nacional n.º 20/2011 de 7 de Setembro - Sobre a Importância da Promoção e do Ensino nas Línguas Oficiais para a Unidade e Coesão Nacionais e**

para a Consolidação de uma Identidade Própria e Original no Mundo. Lex: Jornal da República, Díli, Timor-Leste, Série I, N.º 33, p. 5132-5134, 2008.

WODAK, Ruth. **Políticas linguísticas europeias: tensões devidas à globalização e ao nacionalismo.** In: LOPES DA SILVA, Fábio; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). A linguística que nos faz falhar: investigação crítica. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. p. 145-152.

_____. **Language and Ideology – Language in Ideology.** In: Journal of Language and Politics 6:1. [S.l.]: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 1-5

ZELEZA, Paul Tiyambe. **The Inventions of African Identities and Languages: the Discursive and Developmental Implications.** In: Selected Proceedings of the 36th Annual Conference on African Linguistics. Sommerville, Massachusetts: Cascadilla Proceedings Project, 2006. p. 14-26

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas gravadas em Florianópolis-SC

1. Dados pessoais

Idade: _____

Local de nascimento: _____

Local de nascimento dos pais: _____

Local onde mora atualmente: _____

Estuda? _____

Trabalha? _____

2. Perguntas

Quais os nomes das línguas que você conhece do/no seu país?

Quais delas você usa para realizar suas atividades diárias (no Timor-Leste e no Brasil)? Especifique as línguas e as atividades.

O que significa esse conceito "língua portuguesa" para você?

A língua portuguesa é importante para você? Por que? Para que?

Por causa da língua você já enfrentou alguma dificuldade? No seu país e/ou no exterior?

Por que você quis estudar no Brasil?

Antes de estudar no Brasil você já falava e/ou já tinha estudado português? Onde? Se não, você estuda português no Brasil? Você acha (achava) necessário/importante? Por que?

Como é estudar no Brasil? Dificuldades e vantagens:

Quem se beneficia com a língua portuguesa em seu país? Explique.

ANEXO A – Questionário distribuído aos alunos em Díli

UNITAL
QUESTIONÁRIO SOCIOLINGÜÍSTICO

DISCIPLINA: SOCIOLINGÜÍSTICA, TURMA A
 PROFESSORA CO-DOCENTE: CHRISTIANE DA S. DIAS
 DATA: 8/11/2015
 NOME DO(A) ALUNO(A): _____

O que você acha da língua portuguesa?

1. Quais os nomes das línguas que você conhece do/no seu país?
2. Quais delas você usa para realizar suas atividades diárias? Por exemplo, qual língua você usa na universidade; no comércio; no trabalho; com a sua família; em algum outro tipo de reunião social (igreja, sindicato, partidos políticos, associações diversas, clubes); para usar a internet etc?
3. O que significa esse conceito "língua portuguesa" para você?
4. A língua portuguesa é importante para você? Por que? Para que?
5. Por causa da língua você já enfrentou alguma dificuldade?
6. Quem se beneficia com a língua portuguesa em seu país? Explique.

Respostas:

1. Os nomes das línguas eu conheço no meu país são Língua materna, mambae, Bunak, marasae, kemak, toso-dede
2. Eu converso na família/todos os dias na comunidade sempre usa língua materna para minha família compreende porque na comunidade todos os sempre fala língua materna quando conversa na universidade então usa língua Tetum ~~Aminta~~ para Aminta colega compreende porque todos os dias fala língua tetum e também língua portuguesa.
3. ~~A língua portuguesa~~
3. O conceito da língua portuguesa significa: A língua portuguesa importante para me porque hoje estudar e aprender para compreender, para no futuro e desenvolver a língua portuguesa.
4. A língua portuguesa é importante para me, porque para estudar para que, para desenvolver a língua.
5. Já enfrentou dificuldade na língua, porque não há possibilidade.
6. benefício a língua portuguesa no meu país, ~~português importante~~ porque língua portuguesa é uma língua oficial de Timor-Leste

ANEXO B – Trechos da transcrição das entrevistas gravadas em
Florianópolis-SC

1. Sobre as línguas do/no país

1. Jerito

Língua que nós conhecemos o nosso país é primeiro é língua portuguesa, segundo é língua tétum e também outra língua, porque Timor-Leste tem 17 língua nacionais, língua nacionais, e 36 dialetos. (...) Eu só fala mais ou menos é 6 línguas.

2. José

Quase a maioria da população do meu país fala a língua malaio, metade também um dialeto que a maioria é puxa a novas gerações formadas na época de colonização indonésia, então quase a metade da população fala a língua malaio e também tétum.

3. Vasco

Na minha família nós usamos a língua naueti, porque nós somos naueti. E, mas nós moramos dentro da sociedade de makasai, então, por exemplo, maioria na minha escola maioria são pessoas makasai, então eu tentei falar makasai com elas para interagir com elas.

4. Santina

Com família sempre tétum, todo dia sempre fala tétum, às vezes mistura inglês. (...) Meu pai fala bem português, mas ela nunca aplica, quando aplica quando coisas que é importante ela quer falar com nós,

5. Expedito

Lá Timor-Leste existe 36 dialetos.

6. Mílton

Conhece mais de 30. 30... 32, 33.

A família parece só eu fala (...) com meu família que fala a língua makassai, eu fala makassai. Quando eu entra no família que... a minha família que é naueti, eu fala naueti. Também quando com outros colegas que... outro distrito, então eu ele fala tétum.

7. David

2. Sobre as línguas do ensino formal

1. Jerito

Timor-Leste é em primeiro lugar nós utilizamos a língua malaio, ou mais conhecido lá é língua indonésia. Nós utilizamos isso. Mas depois de independência, restauração da independência 2002, 2002, o nosso governo escolheu a língua portuguesa é a língua oficial, mas (...) neste momento utiliza a escola básico até a escola médio todo utiliza a língua portuguesa, mas na universidade utiliza língua mistura, maior parte utiliza a língua malaio e explica como a língua tétum, porque língua tétum é segunda língua oficial do Timor-Leste depois de língua portuguesa.

escrevemos a língua portuguesa, depois explica como língua malaio ou língua tétum para os alunos é melhor compreender

2. José

Quando eu era (...) estudante, eu usei língua malaio e língua tétum lá na escola.

A universidade lá no Timor era a Indonésia e eu usei também tétum e malaio.

Atualmente no meu trabalho eu utiliza língua tétum e língua português como língua oficial, língua que oficialmente utiliza na área educação. Eu misturo um pouco com o tétum quando... (português e tétum?) português e tétum.

3. Vasco

Português nós não falamos português porque naquele momento no meu ensino básico era na era da Indonésia, né? Então nós não falamos língua portuguesa. Quando depois da independência, no 2003, eu já tava no ensino médio, então iniciamos a nossa língua portuguesa, mas a língua portuguesa como uma aula, uma aula; daí a tempo a aula de português nós falamos português, mas durante a aula a língua referência do ensino é língua indonésia.

4. Santana

Quando era eu criança, comecei ensino básico até ensino superior que língua que na formação é indonésia e inglês. Inglês não é só a língua, mas é matéria inglês. Então comecei ensino pré-secundário, aqui ensino fundamental, e até ensino superior. (...) As aulas tudo em indonésio.

Dar aula é indonésio; depois 2009, 2010, assim, fui dar aula com o português, mas é área que eu deu é tétum com tétum; religião e moral é com tétum;

5. Expedito

Eu acho que lá Timor-Leste para transformar o meu conhecimento para todos alunos preciso bem conhece três língua. Primeiro, o português; segundo, língua malaio; e terceiro, língua tétum. Porque a maioria pessoa, maioria estudante lá Timor-Leste talvez não entenda bem português. Por isso, para facilitar entendimento dele e talvez com língua português quando eles não entende bem, talvez através de língua tétum; quando língua tétum ele não entende bem talvez com língua, língua malaio. Mas quando a pessoa que tem conhecimento sobre língua inglês pode ser através de língua inglês. Baseado na necessidade das pessoas que encontremos (...) na sala de aula.

3. Sobre a língua portuguesa na época da Indonésia

1. Jerito

Em 1975 com a... em 1974 quando aconteceu a Revolução es cravo em Portugal, Timor-Leste quer a Independência e naquele momento o partido que escolheu a independência é o partido FRETILIN(...) também utiliza a língua portuguesa é língua oficial naquele momento

Só a pessoa que utilizar a língua portuguesa é pessoa grileiros, que ficam na montanhas, eles utilizar a língua portuguesa e língua oficial.

4. Sobre o que significa “língua portuguesa”

1. Jerito

e língua portuguesa é língua oficial do Timor-Leste, quer não quer, nós tem queremos para aprender e falar.

Língua portuguesa em princípio é língua oficial do Portugal (...), mas depois de 100, 1515, quando português, português chegou lá em Timor-Leste, (...) Timor-Leste faz parte de Portugal, é uma província de Portugal, uma província ultramarina de Portugal. E naquele momento a língua portuguesa também língua oficial, porque Timor-Leste faz parte da Portugal.

Depois disso, nós timorenses reconhece língua portuguesa é língua oficial. Por isso é durante ocupação indonésia no Timor-Leste, os nossos guerrilheiros sempre utilizaram a língua portuguesa é língua oficial e também língua comunicar para outro país. Para apoiar o nosso luta, a nossa luta. Para reconhecer isso, 2002, o primeiro legislação do Timor-Leste escolheu a língua portuguesa é língua oficial para reconhecer a luta (...) escolha a língua portuguesa é por causa da língua da resistência.

2. José

Primeiro, quer dizer língua é uma como meios de comunicação, né? Para conhecer o mundo, para conversar e espremer o que as pessoas sentem, as pessoas conhecem, para outra pessoa. Isso língua. Como língua português que para mim é uma língua que é importante para nosso país. Todo também já escolheu como língua oficial, então no futuro é importante para nós para tem que aprender mais e falar mais uma das línguas, além de tétum, também no país.

3. Vasco

Pra mim a língua portuguesa é uma língua, língua estrangeiro e língua (...) colonialista né? Porque na verdade os portugueses foi nos colonizar... Na minha mente é isso, língua estrangeira e língua colonizado. Mas agora eu percebi que a língua portuguesa já era uma faz parte da identidade, pra mim, porque a língua portuguesa já foi uma língua, a nossa língua oficial, né? E também porque ela tem, uma língua que tem história, história da nação, né? Ela também faz parte da nossa processo da libertação, daí... Antes disso é uma língua estrangeira pra mim, mas agora eu entendi que a língua português também é como uma língua de identidade própria.

4. Santana

porque nossa língua oficial eu tenho que, quer não quer, eu tenho ser obrigatório, tem que ser, que é a língua.

5. Expedito

Eu acho que língua português é um língua que é mais importante para nós, porque ela é já consagrada na minha Constituição. Baseada historicamente, Timor-Leste durante ocupação indonésia fazer luta para ganhar independência e língua. Língua comunicação que os liderança utiliza é língua português, para comunicar com outro país. Para pessoa indonésia quando escreve língua português ele não entende bem o quê que é contido de carta. (rindo) Por isso o nosso liderança já formula em língua português. Um língua histórico porque que ajuda através de transformação política de Timor-Leste. Por isso o nossa liderança já consagraram na Constituição, já consagraram na constituição.

5. Sobre a importância da língua portuguesa

1. Jerito

a língua portuguesa é uma é um instrumento que ajuda timorense, Timor-Leste, hoje conseguir o nosso objetivo.

Primeiro, língua portuguesa, neste momento faz parte da cultura do Timor-Leste, primeiro. Segundo, a língua portuguesa durante a luta, 24 anos, utiliza essa língua. Para reconhecer isso, nós, jovens, tem é receber. Nós não sabemos essa língua, mas nós quando pensamos o quê que acontece no passado, nós sempre lembrar a língua portuguesa é uma é um instrumento que ajuda timorense, Timor-Leste, hoje conseguir o nosso objetivo.

a língua portuguesa se nós não utilizamos isso, talvez o Portugal não queira apoiar nós para independência. Porque o Portugal da relação com Timor-Leste é por causa da língua portuguesa.

nós utilizamos a língua portuguesa significa nós é mais perto com União Europeia.

nós queremos ou não queremos, tem estudar porque essa língua oficiais e língua que... língua da resistência durante a ocupação da Indonésia.

2. José

Primeiro atualmente para mim é importante porque hoje estuda atualmente estuda na UFSC, que tem que aprender a língua portuguesa

como a língua academia, língua de estudo, para comunicar com os professores, os amigos e para buscar o conhecimento da ciência através de livros, abordagem da teoria do estudos; isso é importante para mim hoje, depois para futuro para um melhor país.

3. Vasco

a língua portuguesa é importante porque meu país em si mesmo ele usa língua portuguesa como língua oficial. Daí, pouco um pouco, no futuro a língua portuguesa aumenta ali no Timor-Leste. Eu tenho saber, eu sou um cidadão do Timor-Leste, eu tenho saber a língua portuguesa.

Essa língua já é consagrada na Constituição. E tem uma história. A língua portuguesa tem a sua papel importante, a seu papel importante na nossa libertação. Por exemplo, na nossa proclamação no 28 de novembro, ali no 75, foi proclamada a língua portuguesa e as Constituições foi, foi escrita, escrever, como é? (é escrita...) escrita a língua portuguesa. E os nosso guerrilheiro durante 24 anos lá na guerrilha tava se comunicando com a língua portuguesa. E o nosso governantes agora como Xanana, como Ramos Horta, como Mari Alkatiri, como XXXXX, eles estudam, eles são frutos da portuguesa. Eles são frutos da portuguesa. A portuguesa tem merece para ser a nossa língua.

4. Santana

antes de independência, quando era... quando ainda não era independência, os lideranças sempre fala português para fazer clandestir, né, a resistência. Então, porque essa língua que o indonésio não sabe, não sabe. Então, só para falar português para falar alguma segredo. Política do nosso país. Depois de isso então a independência eles põe essa língua para língua oficial, segundo. Aí depois, essa é uma política para entra no país, CPLP.

5. Mílton

Porque é instrução que é mais importante para contribui desenvolvimento Timor-Leste, só educação. Todos currículo que... currículo ciência que desenvolve para ciência, para seres humanos lá Timor-Leste, agora já até ensino básico até universidade, já escreve com língua português. Por isso eu acho que língua português mais importante porque um língua único que transforma a ciência para todos os estudantes lá do Timor-Leste.

Politicamente já consagrada na minha Constituição e Timor-Leste faz parte de país CPLP. Por isso, para frente, quer Timor-Leste, todos o país que faz parte de país CLPL, Timor-Leste é um país que é novo. Por isso, quer, aleva posição Timor-Leste mesma com outra país CPLP. Por isso, precisa compreender bem a língua comunicação CPLP, língua português, para frente fazer política e melhorar o nosso desenvolvimento. Se quando os recursos Timor-Leste, que eu não entendo bem língua português. O quê que ele vou fazer com país CPLP, quando ele não entende, não entende bem língua português? Por isso, língua português é mais importante para Timor-Leste para cooperar com outro país CPLP, melhorar o nosso desenvolvimento para frente.

6. Sobre motivos para estudar no Brasil

1. Jerito

Nosso objetivo é estudar aqui é... profundo e melhorar a nossa língua, a língua portuguesa para futuro nós é... podemos aplicar lá em Timor-Leste.

objetivo melhorar a nossa língua. Porque língua portuguesa é língua oficial do Timor-Leste. Segundo nós aprender um pouco da ciência para futuro quando nós voltarmos para Timor-Leste, nós tem a ensinar os nossos alunos e timorense que precisa a nossa contribuição.

2. José

Primeiro, nível de interesse do país apenas um pouco sobre a... talvez o desenvolvimento da educação no Brasil. Ai que muito avançado, né? Isso é primeiro, sobre ciência. Segundo sobre o conhecimento da língua para minha país. Porque o nosso país já oficializando língua português e considera como língua oficial também, além dele o nosso língua próprio, como o língua tétum.

3. Vasco

E eu escolhi Brasil porque é uma coisa, muita praia, a cultura - principalmente a capoeira (eu aprendo) - eu queria eu gostaria de aprender capoeira. (...) Eu já tentei. E então eu prefiro porque 2014 tem a realização de Copa Mundial aqui, capoeira e eu conheci também bastantes artistas brasileiros, como Michel Teló, como Gustavo Lima.

Porque as músicas, além de músicas indonésias, as músicas brasileiras são populares lá no Timor-Leste. E isso tem me atraído.

4. Santina

Quando eu ganhei essa bolsa desse governo eu, na verdade, eu não escolhi país Brasil. Eu escolhi Portugal. Mas não sei o meu destino cair aqui, hoje. Então... depois de eu seguir aqui, no fim a realidade que eu penso é que não é assim. Eu acho que tudo pessoas aqui são bom,

5. Expedito

é melhor eu vou estudar lá, país que fala língua portuguesa para melhorar o meu linguagem. Para futuro eu tenho capacidade para transformar a ciência que eu tenho para todos estudar.

eu quero continuar a estudar país de língua portuguesa, exemplo, a realidade agora hoje eu estuda aqui para aproveita a oportunidade e melhorar o meu pensamento, vou voltar lá pra Timor-Leste contribuir para o meu país.

ANEXO C – Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhora) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada “ *[...] é língua oficial de Timor-Leste, quer não quer nós tem falar.* ” *reflexões sobre políticas e práticas linguísticas em Díli*”, sob a responsabilidade da mestranda Christiane da Silva Dias e orientação da Professora Cristine Gorsky Severo, do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A pesquisa tem como finalidade coletar dados para a dissertação de mestrado ora em construção.

Serão previamente marcados a data e horário para uma entrevista gravada somente em meio sonoro. A coleta de dados será feita por entrevista gravada dos participantes, e o tempo destinado para as gravações deverá variar de acordo com a necessidade de cada colaborador. Esse processo não causará nenhum desconforto, risco ou constrangimento aos participantes.

Esta pesquisa será bastante importante para os estudos sobre as políticas linguísticas, especificamente em Timor-Leste.

Durante a pesquisa, você terá e poderá solicitar, quantas vezes achar necessário, informações do que está sendo ou será realizado. Se, por acaso, você não quiser responder a qualquer uma das perguntas feitas ou desistir de participar da pesquisa, você não sofrerá nenhum constrangimento ou cobrança de nenhuma natureza. Além disso, você não terá nenhum tipo de despesa, nem receberá pagamento ou qualquer gratificação por sua participação. Asseguramos-lhe que, sem sua expressa permissão, nenhuma das gravações feitas será publicada em meios impressos ou virtuais, assim como as informações obtidas pelo questionário sociolinguístico serão confidenciais. Logo, asseguramos o total sigilo da sua participação, pois todos os dados ficarão sob a guarda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC.

A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado por um nome fictício. Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder da pesquisadora e outra com o sujeito participante da pesquisa.

Agradecemos a sua participação.

Christiane da Silva Dias

(48) 9653-9758

Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC – Centro de Comunicação e Expressão – Campus Florianópolis

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, gravarei uma entrevista por meio sonoro, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome: JOÃO DOS SANTOS

Assinatura: 

Local: Florianópolis Data: 11 / 12 / 13

ANEXO D – Imagens da paisagem linguística de Díli























